



CHMA

Centro Hospitalar do Médio Ave. E.P.E.

RELATÓRIO & CONTAS

ÍNDICE

I. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8
II. APRESENTAÇÃO DO CENTRO HOSPITALAR	12
Missão, visão, valores e objetivos	12
Missão	12
Visão	12
Valores.....	13
Objetivos	13
Carteira de Serviços.....	14
Internamento	14
Bloco operatório.....	15
Consulta externa	15
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica.....	16
Urgência	16
Hospital de dia.....	16
Saúde materno-infantil	17
Enquadramento na região.....	18
III. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	21
Objetivos de gestão.....	21
Evolução do prazo médio de pagamentos	21
Divulgação dos atrasos nos pagamentos	22
Deveres especiais de informação.....	22
Recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação de contas de 2014.....	23
Das remunerações.....	23
Dos órgãos sociais	23
Do Fiscal Único	25
Dos restantes colaboradores.....	25
Da contratação pública	25
Da adesão ao sistema nacional de compras públicas	27
Impacto das medidas de redução de gastos operacionais.....	27

Do princípio da unidade de tesouraria do estado.....	28
Princípios relativos à divulgação de informação.....	28
Cumprimento das orientações legais.....	29
IV. ATIVIDADE GLOBAL EM 2015	31
Evolução do movimento assistencial e dos seus indicadores	31
Evolução de indicadores por atividade	32
Consultas externas	32
Internamento	34
Atividade cirúrgica.....	37
Hospital de dia.....	39
Urgência	40
Atividade do Gabinete do Cidadão	41
Evolução dos indicadores de recursos humanos	46
Absentismo.....	48
Formação.....	50
Qualidade	52
Acompanhamento das atividades planeadas.....	52
Auditorias realizadas	53
Gestão documental	53
Projeto SINAS	54
Plano de melhoria da qualidade e relatório da qualidade da DGS	55
Projeto de Gestão do Risco, Clínico e Não Clínico.....	55
Sistema de Notificação de Incidentes	56
Articulação com o gabinete de Relações Públicas	56
Avaliação da satisfação dos utentes e profissionais	56
Avaliação da satisfação dos utentes.....	56
Avaliação da satisfação dos profissionais.....	58
Sistemas de Informação	60
Evolução da situação económico-financeira.....	63
Proveitos operacionais	64
Custos operacionais	66
V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	74

VI.	ATIVIDADES E INVESTIMENTOS DESENVOLVIDOS EM 2015	75
	ACTIVIDADES RELEVANTES EM 2015	75
	Evolução dos investimentos realizados	82
	Fontes de financiamento dos investimentos realizados.....	82
VII.	DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ATIVIDADE PARA 2016.....	83
	Estratégia e atividade assistencial para 2016.....	83
VIII.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	84
	Balanço	85
	Demonstração de Resultados por Natureza	88
	Demonstração de Fluxos de Caixa.....	90
	Mapa dos Fluxos Financeiros	92
IX.	Anexos às demonstrações financeiras	94
	8.1 - Caracterização da entidade.....	94
	8.1.1 - Identificação.....	94
	8.1.2 - Legislação	94
	8.1.3 - Estrutura organizacional efetiva	95
	8.1.4 - Descrição sumária das atividades	95
	8.1.5 - Recursos humanos	95
	8.1.6 - Organização contabilística	98
	Notas ao balanço e à demonstração de resultados	99
X.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	122
XI.	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL UNICO.....	123

Índice de quadros

<i>Quadro 1: lotação praticada no CHMA.....</i>	<i>14</i>
<i>Quadro 2: remunerações dos órgãos sociais</i>	<i>24</i>
<i>Quadro 3: remuneração do fiscal único.....</i>	<i>25</i>
<i>Quadro 4: procedimentos adjudicados em 2015 com evidência de redução acentuada do valor contratual</i>	<i>27</i>
<i>Quadro 5: divulgação de informação no site do SEE</i>	<i>28</i>
<i>Quadro 6: cumprimento das orientações legais</i>	<i>30</i>
<i>Quadro 7: síntese da atividade no Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.</i>	<i>32</i>
<i>Quadro 8: produção de consultas externas no CHMA</i>	<i>33</i>
<i>Quadro 9: lista de espera para consulta externa há mais de 4 semanas.....</i>	<i>34</i>
<i>Quadro 10: produção no internamento por serviço (2015)</i>	<i>35</i>
<i>Quadro 11: produção no internamento por serviço (2013 a 2015)</i>	<i>36</i>
<i>Quadro 12: total de doentes operados no CHMA.....</i>	<i>37</i>
<i>Quadro 13: doentes operados por especialidade (sem atividade adicional)</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 14: sessões em hospital de dia.....</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 15: episódios no Serviço de Urgência.....</i>	<i>40</i>
<i>Quadro 16: veículo de entrada das exposições no GC</i>	<i>43</i>
<i>Quadro 17: reclamações por assunto/problema</i>	<i>43</i>
<i>Quadro 18: absentismo no CHMA.....</i>	<i>48</i>
<i>Quadro 19: Atividades do Gabinete de Formação e Ensino Pré e Pós Graduado - ano de 2015.....</i>	<i>51</i>
<i>Quadro 20: indicadores associados ao projeto de gestão documental</i>	<i>54</i>
<i>Quadro 21: situação económico-financeira</i>	<i>63</i>
<i>Quadro 22: proveitos operacionais.....</i>	<i>64</i>
<i>Quadro 23: proveitos operacionais por linhas de atividade</i>	<i>65</i>
<i>Quadro 24: custos operacionais.....</i>	<i>66</i>
<i>Quadro 25: custos com matérias consumidas</i>	<i>66</i>
<i>Quadro 26: custos com medicamentos por área de atividade</i>	<i>67</i>
<i>Quadro 27: medicamentos consumidos por grupo terapêutico.....</i>	<i>68</i>
<i>Quadro 28: custos com FSE.....</i>	<i>68</i>
<i>Quadro 29: custos com pessoal</i>	<i>70</i>
<i>Quadro 30: Balanço</i>	<i>71</i>
<i>Quadro 31: indicadores económico-financeiros.....</i>	<i>72</i>
<i>Quadro 32: investimento realizado.....</i>	<i>82</i>
<i>Quadro 33: Fontes de financiamento.....</i>	<i>82</i>
<i>Quadro 34: contagem de pessoal efetivo do CHMA por grupo/cargo/carreira/modalidade de vinculação .</i>	<i>96</i>
<i>Quadro 35: listagem de órgãos / serviços / gabinetes e respetivas chefias</i>	<i>98</i>

Índice de gráficos

Gráfico 1: população residente nos concelhos da área de influência do CHMA	18
Gráfico 2: taxa bruta de natalidade	19
Gráfico 3: índice de envelhecimento da população	20
Gráfico 4: evolução da produção de consultas médicas no CHMA	32
Gráfico 5: evolução da produção de GDH no internamento	35
Gráfico 6: evolução da demora média no CHMA	37
Gráfico 7: evolução da atividade cirúrgica base no CHMA	38
Gráfico 8: evolução dos atendimentos em urgência	40
Gráfico 9: repartição das exposições entradas no GC	42
Gráfico 10: evolução das exposições entradas no GC por tipo	42
Gráfico 11: repartição das reclamações por grupo profissional	45
Gráfico 12: repartição dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira	47
Gráfico 13: evolução da distribuição de RH efetivos por tipo de vínculo	47
Gráfico 14: repartição do pessoal médico por grupo etário	48
Gráfico 15: repartição do absentismo por motivo de ausência em 2015	49
Gráfico 16: repartição do volume de formação por grupo profissional em 2015	52

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TUTELA

Índice de figuras

<i>Figura 1: evolução dos recursos humanos</i>	<i>46</i>
<i>Figura 2: distribuição dos motivos de absentismo em cada grupo/cargo/carreira</i>	<i>49</i>
<i>Figura 3: proveitos por entidade financeira responsável</i>	<i>65</i>

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TUTELA

I. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A responsabilidade pela elaboração do atual Relatório e Contas é do Conselho de Administração cujo mandato decorreu no período compreendido entre abril de 2013 a dezembro de 2015.

Apesar da experiência e capacidade de trabalho dos membros do Conselho de Administração que se mantiveram ao longo do referido período, em efetividade de funções, as contingências que se colocaram a um Plano de Ação eficaz para a instituição, foram muitas, algumas das quais resultaram mesmo insuperáveis.

Desde logo, só dois membros do Conselho de Administração subsistiram desde a nomeação inicial, obrigando, por diferentes motivos, à reformulação ao longo do tempo da equipa de gestão com a consequente necessidade de integração dos novos elementos e a consolidação da equipa. Acresce que o Conselho de Administração contou durante a maioria do período do mandato com apenas 4 membros, o que é manifestamente insuficiente, atendendo à complexidade da instituição e às orientações de mudanças estratégicas que foram ocorrendo.

Face às dificuldades encontradas, o Plano de Ação necessário para criar as condições mínimas de sustentabilidade, mostrou-se tecnicamente exigente e requeria muita disponibilidade pessoal para negociar com a tutela, com os *stackholders* e internamente. Enquanto Centro Hospitalar, a organização não estava consolidada. Não possuía uma carteira de serviços prestados e estruturados, efetivamente dimensionada e ajustada às necessidades, verificando-se a duplicação de serviços de apoio, com descontrolo de circuitos, designadamente ao nível da prescrição de MCDT, e um ciclo da despesa muito pouco transparente e rigorosa.

Quando o Conselho de Administração do CHMA, E.P.E., apostou numa reorganização, com a aprovação e implementação de um novo Regulamento Interno, tentando criar eficiências que libertassem recursos para responder às necessidades com que se ia deparando e para as reformas que se impunham, logo cria corpo a ideia de fragmentar o Centro Hospitalar através da devolução do Hospital Conde de São Bento, de Santo Tirso, à

Misericórdia local. Todo um plano para o efeito foi desenhado e desenvolvido à revelia do Conselho de Administração e da interpretação dos interesses do CHMA e da comunidade que serve. Mas pior, esta ideia, que ia crescendo à margem do processo de gestão, revelou-se um obstáculo à negociação dos recursos humanos e meios técnicos necessários, no sentido de implementar uma carteira de serviços mais efetiva, mais equilibrada e economicamente mais ajustada, no curto prazo, às solicitações e expectativas da comunidade. Mesmo as intervenções que se mostravam urgentes em instalações e equipamentos tiveram uma apreciação sucessivamente adiada por parte da tutela.

Resulta evidente que os obstáculos, direta ou indiretamente criados ao desenvolvimento do Plano de Ação, traçado e necessário para assegurar a governança, fazendo face às expectativas dos utentes, da comunidade, e dos profissionais, foram geradores de incerteza e de desmotivação de muitos dos profissionais que se foram afastando do projeto inicial. Implicaram o adiamento de soluções que poderiam garantir as tais economias de escala, que presidiram à criação do CHMA, E.P.E., e tornaram críticas as condições de sustentabilidade, de coesão e desenvolvimento da instituição, em sintonia com os interesses da comunidade da sua área de referência. E isto marcou a atividade e o exercício económico, que terminou em 31 de Dezembro de 2015.

Quando era expectável, que o CHMA, E.P.E., e o seu Conselho de Administração se encontrassem em condições de concretizar a reorganização prevista no Regulamento Interno, viram-se confrontados com a turbulência das notícias que a Unidade de Santo Tirso iria ser desagregada do CHMA, E.P.E., e que a sua gestão passaria a ser da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia local. Tal notícia foi geradora de muita incerteza e desmotivação dos profissionais e criou preocupação e ansiedade nos diferentes *stakeholders*. Foi difícil gerir a falta de informação e as incertezas criadas quanto ao futuro dos colaboradores na Unidade de Santo Tirso e na Unidade de Famalicão e responder aos receios e anseios da população e forças políticas quanto ao futuro da instituição. Tudo isto teve, naturalmente, um impacto muito negativo nos resultados alcançados.

Por isso, a execução do PE 2013_2015 apresenta uma situação económica e financeira desequilibrada. Foi feito um esforço no sentido de não acumular novos pagamentos em

atraso e de não comprometer a atividade principal, isto é, garantindo bons níveis de acesso e a efetividade e qualidade dos cuidados prestados à população. Ao nível da remuneração dos serviços prestados ocorreram alterações significativas, nomeadamente a nova versão do agrupador APR 31. Houve por isso necessidade de rever o Acordo Modificativo de 2015 (AM 2015) pelo impacto que a redefinição do conceito de pequena cirurgia e a introdução do agrupador APR 31 tiveram na produção de ambulatório, classificada em GDH. Efetivamente a alteração atrás descrita originou alterações ao nível do número de consultas externas, com forte penalização para a produção do CHMA, E.P.E., uma vez que sendo considerada produção marginal a mesma não é faturável ou tem uma redução significativa no seu valor.

Para além do mais, destaca-se, aqui, que uma das principais preocupações teve a ver com o controlo das despesas com MCDT solicitados ao exterior. Foi para o efeito elaborado e aprovado o regulamento da Unidade de Gestão de Marcação de Exames ao Exterior. Todas as requisições clínicas de exames ao exterior passaram a carecer de autorização de despesa, expressa pela assinatura do Termo de Responsabilidade, por membro do Conselho de Administração em quem fosse delegada a respetiva competência. Acresce que, as limitações orçamentais não permitiram um adequado planeamento dos investimentos tendo sido efetuadas aquisições pontuais de substituição de equipamentos médico-cirúrgicos e outros, bem como pequenas obras de remodelação das instalações. O CHMA, E.P.E., tem um parque de equipamentos muito antigos, obsoletos e inoperantes que exige um investimento significativo a curto prazo. Refira-se também a visível necessidade de intervenção urgente nas instalações de modo a permitir que tenham o mínimo de conforto para os profissionais e doentes.

Resulta que, ao longo do exercício de 2015, foram múltiplos os pedidos de informação sobre diversas matérias para diferentes Entidades aos quais os serviços do CHMA, E.P.E., tiveram de dar resposta, designadamente sobre recursos humanos, atividade assistencial, e em matéria contabilística e económico-financeira.

Pode concluir-se que, apesar do anteriormente referido, foi dada uma resposta adequada e, em alguns casos mesmo exemplar, a todas as solicitações que foram

colocadas, resultante do empenho, do esforço acrescido, da disponibilidade permanente, do brio profissional e do elevado espírito de serviço público, da maioria dos excelentes colaboradores das diferentes áreas de responsabilidade do Centro Hospitalar.

A todos, a justa e reconhecida gratidão.

O Conselho de Administração

António da Costa Afonso
João Carlos Figueiredo de Jesus
Luís de Sousa Lima
Olívia da Costa Figueiredo

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TUTELA

II. APRESENTAÇÃO DO CENTRO HOSPITALAR

O Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., adiante designado por CHMA, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 50-A/2007 de 28 de fevereiro, possui o número de identificação de pessoa coletiva 508 093 937 e tem sede em Santo Tirso.

É uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial nos termos do atual Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que define o regime jurídico do sector empresarial do estado.

O CHMA rege-se ainda pelos seus Estatutos, definidos no Decreto-Lei nº 233/2005 de 29 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei nº 244/2012, de 9 de novembro, bem como por toda a legislação emitida pelo Ministério da Saúde sobre prestação de cuidados de saúde e rede de referência hospitalar, para o Serviço Nacional de Saúde, designadamente pelo Decreto-Lei nº 11/93, de 15 de Janeiro, e demais atualizações, que aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, e pela Lei nº 48/90, de 2 de Agosto no que concerne à Lei de Bases da Saúde, com as alterações decorrentes da Lei n.º 27/2002 de 8 de novembro.

Missão, visão, valores e objetivos

Missão

Prestar cuidados de saúde a toda a população, de forma integrada, através de uma rede de serviços de fácil acesso, com uma eficiência técnica e social de elevado nível, que permita a obtenção de ganhos em saúde. Colabora, ainda, no desenvolvimento dos programas de saúde de âmbito regional e ou nacional, promovidos pela tutela ou entidades parceiras.

Visão

Contribuir para ampliar e melhorar a acessibilidade das pessoas aos seus serviços e otimizar a utilização dos recursos existentes, através de um atendimento de qualidade, em tempo útil, com eficiência e humanidade no quadro dos recursos disponíveis e das capacidades instaladas. Apostar no desenvolvimento de parcerias sinérgicas e articulação

com outros serviços de saúde, sociais e de ensino tornando o CHMA, E.P.E. uma instituição de referência nacional e internacional ao nível da prestação de cuidados e da investigação.

Valores

- 🔄 **Rigor.** Promover a responsabilidade individual e coletiva na boa prática clínica e na adequada utilização de recursos;
- 🔄 **Transparência na governação.** Privilegiar uma relação personalizada, escutar e dar resposta às preocupações e necessidades e oferecer sempre um serviço humanizado, seguindo elevados padrões de comportamento ético;
- 🔄 **Inovação.** Adotar formas de atuação inovadoras, que promovam serviços mais eficazes, cómodos e rápidos. O mesmo princípio é válido para procedimentos internos que visam melhorar os serviços em rapidez e rigor;
- 🔄 **Qualidade.** Promover o trabalho em equipa, a responsabilidade individual, a iniciativa, a confiança, o nível de serviço e a comunicação, conseguindo assim elevados níveis de participação entre todos. Apostar no desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos colaboradores, capitalizando todo o conhecimento criado numa importante fonte de informação e diferenciação para todos;
- 🔄 **Responsabilidade Social e Ambiental.** Respeitar o bem-estar e o futuro da comunidade onde estamos inseridos, fomentando um espírito ativo de responsabilidade social e ambiental;
- 🔄 **Performance.** Alcançar de uma forma continuada os melhores indicadores, com o objetivo de cumprir a nossa missão, garantindo o presente e sustentando o nosso desenvolvimento futuro;
- 🔄 **Equidade.** Imparcialidade no tratamento e igualdade no acesso.

Objetivos para satisfazer a missão

- 🔄 Prestar cuidados de saúde diferenciados, de qualidade, em tempo adequado, com eficiência e em ambiente humanizado;
- 🔄 Intervir na prevenção da doença;

- Constituir-se como entidade de referência na elaboração de padrões para a prestação de cuidados;
- Promover o ensino e a formação, como condição para uma prática excelente;
- Promover a investigação científica e a investigação em cuidados de saúde;
- Prosseguir a melhoria contínua da qualidade;
- Promover o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores através da responsabilização por resultados, instituindo em simultâneo uma política de incentivos à produtividade, ao desempenho e ao mérito;
- Otimizar a utilização dos recursos disponíveis;
- Desenvolver programas de melhoria da eficiência operacional, tendentes a garantir o equilíbrio económico-financeiro.

Carteira de Serviços

Internamento

Desde a criação do CHMA a lotação praticada tem vindo a ser reduzida na sequência da concentração de serviços efetuada no âmbito de opções internas e em linha com as opções estratégicas da Tutela.

Em 2015 o CHMA contou em permanência com 276 camas para internamento de doentes e 21 berços repartidas de acordo com a informação no quadro *lotação praticada no CHMA*.

Quadro 1: lotação praticada no CHMA

Serviço/enfermaria	Camas
Medicina interna I	52
Medicina interna II	41
Cirurgia geral	71
Ginecologia	10
Obstetrícia	21
Ortopedia	43
Pediatria	19
Neonatologia	9
Cuidados intermédios	10
Total	276
Berçário	21

Em situações de crise está previsto o aumento de disponibilidade de até 10 camas suplementares que habitualmente estão afetas a uso particular. Enquanto usadas a título particular o respetivo encargo financeiro está a cargo do ocupante de acordo com o enquadramento legal previsto.

Bloco operatório

O CHMA conta com oito salas de bloco operatório. Uma sala é afeta ao Serviço de Urgência e outra é preferencialmente afeta a cirurgia de ambulatório, sendo que todas elas têm condições para a realização de cirurgias convencionais.

Consulta externa

No que respeita à **Consulta Externa** a atual oferta é a seguinte:

Consultas médicas

-  Anestesiologia
-  Cardiologia
-  Cirurgia geral
-  Medicina interna
-  Obstetrícia
-  Ginecologia
-  Ortopedia
-  Pediatria
-  Medicina física e de reabilitação
-  Oftalmologia
-  Oncologia médica
-  Neurologia
-  Imunohemoterapia
-  Pneumologia
-  Otorrinolaringologia
-  Saúde mental

Consultas não médicas

- 🌿 Psicologia clínica
- 🌿 Apoio nutricional e dietética

Meios complementares de diagnóstico e terapêutica

Ao nível dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), a atual oferta assegura o funcionamento dos serviços de prestação de cuidados e potencialmente poderá prestar serviços ao exterior, para o que se admite a promoção e dinamização da mesma. A oferta de MCDT do CHMA enquadra-se no âmbito de:

- 🌿 Patologia clínica
- 🌿 Imagiologia
- 🌿 Imunohemoterapia
- 🌿 Medicina física e de reabilitação
- 🌿 Cardiologia
- 🌿 Oftalmologia
- 🌿 ORL
- 🌿 Ginecologia / Obstetrícia
- 🌿 Neurologia
- 🌿 Gastrenterologia

Urgência

O CHMA dispõe de duas unidades de atendimento a cuidados urgentes: uma unidade de urgência médico-cirúrgica – localizada nas instalações da unidade de Famalicão – e uma unidade de urgência básica – localizada nas instalações da unidade de Santo Tirso.

Hospital de dia

O CHMA disponibiliza assistência clínica em Hospital de dia no âmbito da quimioterapia, psiquiatria, imunohemoterapia e pediatria.

Saúde materno-infantil

Os Serviços de Ginecologia/Obstetrícia e Pediatria contam com um bloco de partos e uma unidade de Neonatologia.

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TUTELA

Enquadramento na região

A área de influência do Centro Hospitalar compreende a área geográfica dos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa. Ao nível dos cuidados primários os três Municípios são servidos pelo Agrupamento de Centros de Saúde Ave III - Famalicão e Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso / Trofa. A população residente tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos em todos os três concelhos e era de 241.684 habitantes em 2014, sendo que 52,14% dos indivíduos são do sexo feminino¹.

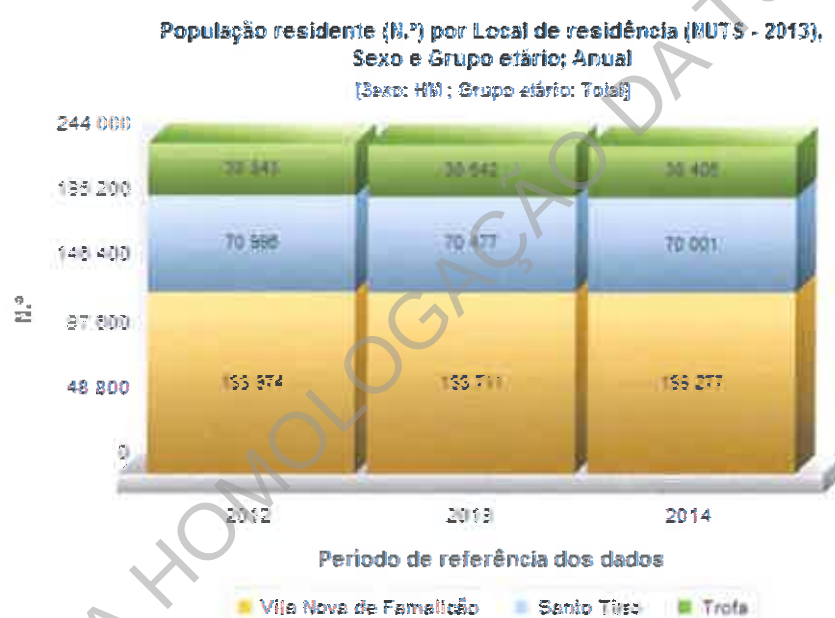


Gráfico 1: população residente nos concelhos da área de influência do CHMA

Inserida no contexto da região Norte, a área de influência do CHMA tem sido afetada por um envelhecimento acentuado da população justificado em simultâneo pela diminuição da taxa de natalidade e pelo aumento da esperança média de vida.

A taxa bruta de natalidade tem apresentado uma tendência decrescente ao longo dos últimos tempos, quer para a região Norte, quer para o Continente, sendo, em 2014, de 7,9

¹ atualização efetuada em junho de 2015 pelo INE segundo os Censos 2011

nados vivos por cada 1000 habitantes em Portugal Continental e de 7,2 nados vivos por cada 1000 habitantes na região Norte. Nos concelhos da área de influência do CHMA tem vindo a ser sistematicamente inferior à do país e em 2014 eram de 6,6 em Santo Tirso, 6,8 na Trofa e 7,2 em Vila Nova de Famalicão².

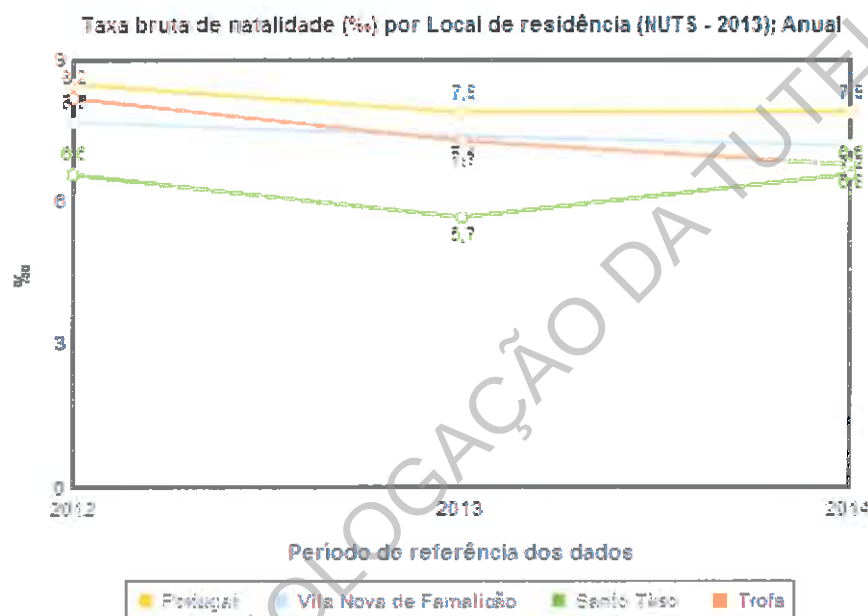


Gráfico 2: taxa bruta de natalidade

O índice de envelhecimento relaciona a população idosa e a população jovem. A nível nacional, em 2014, para cada 100 jovens com menos de 15 anos existiam 141,1 idosos com 65 anos ou mais. Nos três concelhos da área de influência do CHMA esta proporção é de 100 para 106,0 em Vila Nova de Famalicão; 100 para 155,5 em Santo Tirso e 100 para 109,2 na Trofa³.

² atualização efetuada em junho de 2015 pelo INE segundo os Censos 2011

³ atualização efetuada em junho de 2015 pelo INE segundo os Censos 2011

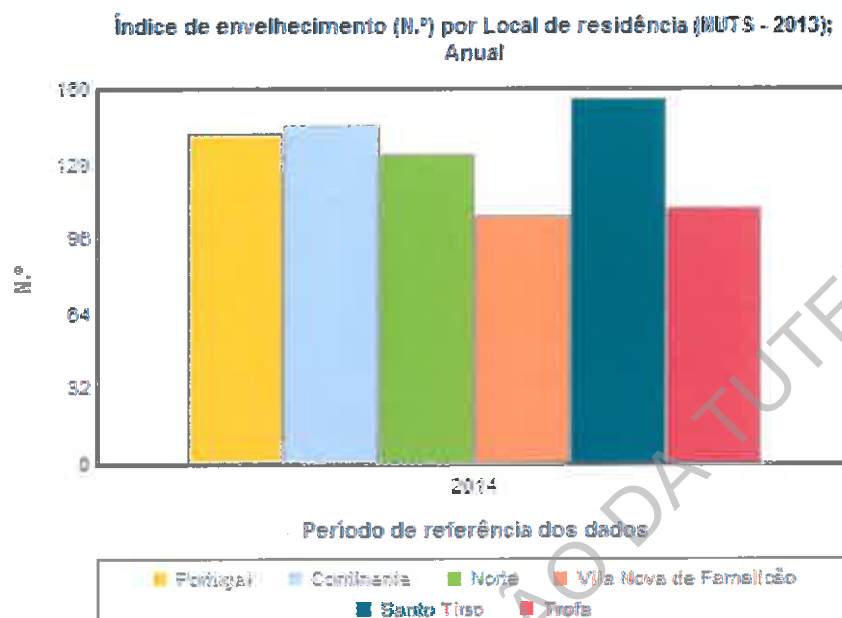


Gráfico 3: Índice de envelhecimento da população

Verifica-se um crescente envelhecimento da população, com aumento do índice de longevidade e uma diminuição da taxa de natalidade, aumentando deste modo as necessidades em cuidados de saúde e o desafio do Centro Hospitalar na adaptação das suas estruturas e funcionamento para melhor responder à crescente procura de serviços.

III. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Objetivos de gestão

Na elaboração das ferramentas de gestão para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, designadamente o Plano de Desempenho, de suporte ao Contrato Programa 2013_2015, e o Plano de Atividade e Orçamento, foram consideradas as orientações estratégicas do SEE para 2015, as orientações específicas para o sector da saúde, bem como as alterações introduzidas pela LOE 2015 – Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.

O exercício de 2015 previa uma contenção e racionalização de custos, procurando atingir uma maior eficiência, efetividade e sustentabilidade económico-financeira. Neste sentido, os custos operacionais, designadamente as rubricas de custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos e consumos de materiais, previam uma redução para 2015 de modo a, entre outros:

- garantir um orçamento equilibrado, traduzido num valor de EBITDA obrigatoriamente nulo ou positivo em 2015.

Evolução do prazo médio de pagamentos

Prazo médio de pagamentos a fornecedores calculados nos termos da RCM nº 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009.

2013

	1T 2013	2T 2013	3T 2013	4T 2013
Dividas a fornecedores	3.309.332,00 €	3.940.412,00 €	4.300.618,00 €	6.487.112,00 €
Aquisições Trimestrais	3.603.412,00 €	3.636.658,00 €	3.104.687,00 €	4.805.757,00 €
PMP Ponderado - Publicação	162	79	70	99

PMP Ponderado = média das dividas a fornecedores / somatório das aquisições trimestrais

2014

	1T 2014	2T 2014	3T 2014	4T 2014
Dividas a fornecedores	9.063.479,91 €	9.856.893,73 €	10.772.602,11 €	11.569.583,60 €
Aquisições Trimestrais	1.572.638,36 €	2.060.866,28 €	1.825.615,22 €	2.232.897,65 €
PMP Ponderado - Publicação	125	156	177	194

PMP Ponderado = média das dividas a fornecedoras / somatório das aquisições trimestrais

2015

	1T 2015	2T 2015	3T 2015	4T 2015
Dividas a fornecedores	10.467.835,56 €	12.940.439,03 €	11.237.409,20 €	13.362.233,95 €
Aquisições Trimestrais	1.850.498,73 €	2.485.460,78 €	1.927.554,07 €	2.226.619,87 €
PMP Ponderado - Publicação	205	241	210	202

PMP Ponderado = média das dividas a fornecedores / somatório das aquisições trimestrais

Evolução 2014/2015

PMP	2015	2014	Variação 15/14	
			Valor	%
Prazo (dias)	202	194	8	4%

O prazo médio pela antiguidade da dívida era no primeiro trimestre de 2015 de 205 dias e dada a insuficiência de fundos disponíveis manteve-se relativamente estável com este prazo ao longo do ano atingindo os 202 dias no encerramento do exercício.

Divulgação dos atrasos nos pagamentos

Mapa da posição a 31/12/2015 dos pagamentos em atraso, nos termos do Decreto-lei nº 65-A/2011, de 17 de Maio.

Dívidas Vencidas (€)	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL 65 - A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	3.197.047,70 €	848.938,17 €	4.216.539,43 €	1.729.622,17 €	3.289.267,48 €	
Aq. de Capital	32.616,00 €	0,00 €	42.746,00 €	5.325,00 €	132,00 €	
Total	3.229.663,70	848.938,17	4.259.285,43	1.734.947,17	3.289.399,48	

Deveres especiais de informação

Foi reportada informação à DGTF e à IGF, nos termos do nº 1 do Despacho nº 14277/2008, de 23 de Maio, relativos ao exercício de 2015.

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, remetemos Informação desmaterializada, através do SIRIEF, de acompanhamento mensal e outra informação, nomeadamente relatório e contas, certificação legal de contas e relatório e parecer do fiscal único.

Recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação de contas de 2014

À data de fecho deste relatório ainda não foram recebidas recomendações do acionista enquadradas neste âmbito.

Foi consolidado o acolhimento das recomendações emitidas aquando da aprovação de contas do exercício de 2013, rececionadas em 26 de novembro de 2014, com exceção ao cumprimento total do princípio da unidade de tesouraria do estado em virtude do CHMA ainda possuir conta em instituição privada para assegurar o depósito de vales do correio.

Das remunerações

Dos órgãos sociais

Não foi atribuído qualquer prémio de gestão, nos termos do artigo 41º da Lei n.º 82-B/2014. Mantém-se a aplicação da redução de 5% nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho, bem como a redução remuneratória nos termos do artigo 2º e 4º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro.

Nos termos do fixado no Despacho Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Saúde, de 18 de dezembro de 2013, sobre política de remunerações dos membros do Conselho de Administração do CHMA, a remuneração é apurada de acordo com a metodologia definida nas Resoluções de Conselho de Ministros nº 16/2012, publicada no DR 1ª série, n.º 32 de 14 de fevereiro, e nº 18/2012 publicada no DR 1ª série de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, publicada no DR 1ª série, n.º 61 de 26 março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros nº 97/2012, publicada no DR 1ª série, n.º 225 de 21 de novembro e n.º 45/2013, publicada no DR 1ª série, n.º 138 de 19 de julho, sem prejuízo do disposto no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho e no art.2º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, bem como de outras reduções legalmente determinadas.

O detalhe das remunerações consta no quadro *remunerações dos órgãos sociais*.

2015 (jan a dez)	Presidente Americo Afonso	Dir. Clínico Norberto Nunes	Ente Dirº Otilinda Sá	Vogal Fátima Machado	Vogal José Miguel Paiva
Mandato	I	I	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	sim	sim	sim	sim	sim
Remuneração total (1.+2.+3.+4.)	70.558,56 €	68.575,90 €	57.760,46 €	50.076,39 €	12.712,87 €
OPRLO	não	sim	não	não	não
Entidade de origem (Identificar)	FMDU Porto	Hospital de Braga	ARS Norte	ULS Matosinhos	
Entidade pagadora (Origem/Destino)	Destino	Destino	Destino	Destino	
1.1 Remuneração anual	52.067,12 €	58.515,14 €	41.661,62 €	41.539,95 €	9.866,85 €
1.2 Despesas de representação (anual)	15.620,16 €	14.283,96 €	14.283,96 €	14.283,93 €	1.944,20 €
1.3 Senhas de presença (valor anual)					
1.4 Redução decorrente da Lei 12-A/2010	3.375,01 €	3.616,38 €	2.797,32 €	2.797,32 €	591,23 €
1.5 Redução decorrente da Lei 82-B/2014	5.044,57 €	5.512,57 €	4.002,00 €	4.002,00 €	778,81 €
1.6 Reduções de anos anteriores					
1. Remuneração anual efetiva líquida (1.1+1.2+1.3-1.4-1.5-1.6)	59.267,70 €	63.670,15 €	49.146,26 €	49.024,56 €	10.441,01 €
2. Remuneração variável					
3. Isenção de horário de trabalho (IHT)					
4. Outras (Identificar)	11.290,86 €	4.905,75 €	8.614,20 €	1.051,83 €	2.271,86 €
Subsídio de deslocação	10.334,38 €	3.893,76 €	7.640,64 €	129,51 €	2.109,60 €
Subsídio de refeição	956,48 €	1.011,99 €	973,56 €	922,32 €	162,26 €
Encargos com benefícios sociais					
Regime de proteção social (ADSE/Seg.Social/Outros)	14.195,14 €	15.121,65 €	11.672,24 €	11.852,09 €	2.498,04 €
Seguros de saúde					
Seguros de vida					
Seguro de acidentes pessoais					
Outros (Indicar)					
Acumulação de funções de gestão (SN)	não	não	não	não	não
Entidade (identificar)					
Remuneração anual					

Parque Automóvel	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
Mandato	I	I	I	I	I
Modalidade de utilização					
Valor de referência da viatura nova					
Ano início					
Ano termo					
Nº prestações (se aplicável)					
Valor residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço					
Combustível gasto com a viatura (€)				1.849,20 €	
Plafond anual combustível atribuído (€)				3.392,40 €	
Outros (Portagens/Reparações/Seguro)				3.152,91 €	
Limite definido conforme artº 33 do EGP (sim/não)	sim	sim	sim	sim	sim

Outras regalias e compensações	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
Mandato	I	I	I	I	I
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	959,20 €	710,11 €	681,29 €	914,38 €	169,13 €
Outras (Indicar)					
Limite definido conforme artº 32 do EGP (sim/não)	sim	sim	sim	sim	sim

Quadro 2: remunerações dos órgãos sociais

Do Fiscal Único

Fiscal Único - Dr. Jorge Rui Reis de Pinho, ROC nº 452, nomeado por Despacho do SETF de 17 de Maio de 2013 sendo a remuneração anual ilíquida a constante no contrato de prestação de serviços, com o limite de 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração do CHMA de acordo com o estabelecido nos artigos 59º e 60º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

ROC	2013 Jan - Jun	2013 Jul - Dez	2013	2014	2015
Remuneração anual auferida	6.053,25 €	6.527,88 €	12.581,14 €	13.055,75 €	13.055,98 €
Redução remuneratória *	998,58 €	652,80 €	1.651,38 €	1.305,58 €	1.305,58 €
Remuneração anual efetiva	5.054,67 €	5.875,08 €	10.929,76 €	11.750,17 €	11.750,40 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010, Lei 64-B/2011, Lei 66-B/2012, Lei 83-C/2013, Lei 75/2014 e Lei 82-B/2014, conforme aplicável

Quadro 3: remuneração do fiscal único

Dos restantes colaboradores

Foi aplicada a redução das remunerações dos colaboradores, em conformidade com o acórdão nº 413/2014 do Tribunal Constitucional (DR 1ª série, nº 121 de 26 de Junho) e artigo 2º e 4º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro. Foi também aplicado o previsto no artigo 73º da Lei n.º 82-B/2014 relativo a remuneração de trabalho extraordinário.

Da contratação pública

No ano de 2015, manteve o CHMA um elevado empenho na realização de diversos procedimentos, com particular incidência nos procedimentos realizados ao abrigo de Acordos Quadro dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.. Destes, à data de 31/12/2015, encontravam-se adjudicados um total de 193 artigos distintos, no montante global de 1.804.797,26 € (s/IVA), tendo como adjudicatários 46 empresas. Para 38 artigos foi concedido visto do Tribunal de Contas, conforme exigido na Lei de Orçamento de Estado

para 2015⁴. De referir ainda que foi autorizada a realização de encargos plurianuais para 7 artigos, através da Portaria 332/2015, de 03 de junho.

O Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., é, desde outubro de 2013, uma Entidade compradora voluntária do Sistema Nacional de Compras Públicas, tendo por esse motivo realizado um procedimento ao abrigo de um Acordo Quadro da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, E.P.E..

Encontram-se também em vigor diversos contratos, em que os procedimentos foram realizados pela Unidade Ministerial de Compras, assim como pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., através de contrato de mandato administrativo. Como exemplo temos os contratos de eletricidade, gás, combustíveis, diverso *software* e plataforma eletrónica de contratação.

Aquando da escolha da tipologia do procedimento a realizar, o Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. tem por base as exigências legais, tendo também em consideração o procedimento que melhor servirá os interesses do CHMA. Como exemplo, foi lançado um procedimento com um preço base de 12.000,00 €, tendo sido realizado um concurso público.

Dos procedimentos adjudicados em 2015 denota-se uma diminuição acentuada do valor contratual em diversos procedimentos. Como exemplo, realçam-se os contratos constantes no quadro *procedimentos adjudicados em 2015 com evidência de redução acentuada do valor contratual*, onde é visível essa redução.

Designação	2014	2015	Variação Anual 2014/2015	Variação (%)
Papel de Fotocópia	14.844,52 €	14.720,17 €	-124,35 €	-1%
Plataforma Vortal	4.500,00 €	3.292,68 €	-1.207,32 €	-27%
Gases Medicinais	175.370,80 €	86.099,90 €	-89.270,90 €	-51%
Material de Incontinência	41.655,29 €	35.560,16 €	-6.095,13 €	-15%

⁴ A adjudicação dos artigos restantes estava dispensada de visto do Tribunal de Contas

Medicamentos Anti -Infeciosos	58.781,05 €	53.088,29 €	-5.692,76 €	-10%
Medicamentos Foro Oncológico	714.262,85 €	699.882,72 €	-14.380,13 €	-2%
Luvas de Uso médico	70.739,24 €	60.317,21 €	-10.422,03 €	-15%
Disposable Bloco operatório	41.009,98 €	31.616,86 €	-9.393,12 €	-23%
Total	1.121.163,73 €	984.577,99 €	-136.585,74 €	-12%

Quadro 4: procedimentos adjudicados em 2015 com evidência de redução acentuada do valor contratual

Os procedimentos realizados no ano em questão podem ser consultados no portal dos contratos públicos.

Da adesão ao sistema nacional de compras públicas

Em outubro de 2013 o CHMA aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, na qualidade de entidade compradora voluntária, através dos acordos quadro celebrados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.

Impacto das medidas de redução de gastos operacionais

O n.º 1 do artigo 61º da Lei 82 - B/2014 de 31/12 estabelece as orientações no que respeita à evolução dos gastos operacionais das empresas públicas. No entanto o mesmo não se aplica aos hospitais EPE. Segue abaixo mapa do Plano de Redução de Custos (PRC).

PRC	Meta	2015 Exec.	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	2015/2014		2015/2010	
								Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC		8.228.327,56	7.587.911,08	7.508.191,59	8.981.614,33	8.611.962,79	9.289.279,54	640.416,48	8,44%	-1.060.951,98	-11,42%
(2) FSE		9.309.754,07	8.757.634,60	8.351.084,97	8.959.179,50	9.304.138,62	10.436.777,85	552.119,47	6,30%	-1.127.023,78	-10,80%
(3) Gastos com o pessoal		29.784.937,78	30.497.200,04	30.729.425,81	30.539.889,59	31.452.765,49	34.538.413,39	-712.262,36	-2,34%	-4.753.475,55	-13,76%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)		47.323.019,41	46.842.745,72	46.588.702,37	47.974.683,42	49.368.866,90	54.264.470,72	480.273,69	1,03%	-6.941.451,31	-12,79%
(5) Volume de negócios		40.652.555,06	38.939.922,12	40.626.291,90	45.393.916,98	48.665.910,82	52.519.120,94	1.712.632,94	4,40%	-11.866.565,88	-22,59%
Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)		116,41%	120,29%	114,68%	105,46%	101,44%	103,32%				
Comunicações (FSE)	em linha com 2014	85.251,29	74.877,75	82.534,58	114.663,73	158.938,35	181.654,63	11.179,54	15,08%	-96.403,34	-53,07%
Deslocações/Estadas (FSE)	em linha com 2014	6.111,38	4.931,32	9.328,22	7.531,67	12.348,52	13.578,67	1.180,06	23,93%	-7.467,29	-54,99%
Ajudas de custo (FSE)	em linha com 2014	39.505,27	31.793,69	38.868,45	45.740,13	43.536,65	89.394,80	1.711,68	5,38%	-5.889,71	-14,85%
Número Trabalhadores							n.a			n.a	n.a
N.º Efetivos		1029	1053	1109	1143	1120	n.a	-24,00	-2,28%	n.a	n.a
N.º Cargos de Direção		14	11	11	12	12	n.a	0,00	0,00%	n.a	n.a
N.º de Trabalhadores / Cargos Direção											
Viaturas											
N.º de viaturas	menor que 2014	5	6	7	n.a	n.a	n.a	-1,00	-16,67%	n.a	n.a
Gastos com as viaturas	menor que 2014	42.392,48	38.963,90	41.025,69	n.a	n.a	n.a	3.428,58	8,00%	n.a	n.a

O n.º 3 do artigo 61º da Lei 82 - B/2014 refere que os gastos com comunicações, despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento devem manter - se ao nível dos valores observados em 2014. O CHMA tem seguido uma política de contenção e racionalização das despesas, apesar disso verificou-se um aumento nas rubricas em causa.



Do princípio da unidade de tesouraria do estado

Ainda não cumprimos na totalidade o princípio da unidade de tesouraria do estado em virtude de ainda termos uma conta em instituição financeira pertencente ao sector privado para assegurar o depósito de vales do correio. Em 2015 foi ativado o pagamento dos serviços pela utilização da via verde junto do IGCP associando-o ao cartão “Tesouro Português”

Princípios relativos à divulgação de informação

No portal das empresas do SEE (www.dgtf.pt) pode ser observada a informação identificada no quadro *divulgação de informação no site do SEE*:

Quadro 5: divulgação de informação no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data de atualização	
Estatutos	S	05-09-2015	
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S	19-07-2011	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	27-11-2015	
- Identificação dos órgãos Sociais	S	27-11-2015	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	27-11-2015	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	27-11-2015	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	27-11-2015	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	27-11-2015	
Esforço Financeiro Público	S	07-04-2015	
Ficha Síntese	S	04-12-2014	
Informação Financeira histórica e atual	S	04-12-2014	
Princípios de Bom Governo	S	04-12-2014	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	04-12-2014	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	04-12-2014	
- Outras transações	S	04-12-2014	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	04-12-2014	
Social	S	04-12-2014	
Ambiental	S	04-12-2014	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	04-12-2014	

- Código de ética

S

04-12-2014

Cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento			Pág.27
Objetivo 1 - manter a contenção e racionalização de custos			
Objetivo 2 - atingir um EBITDA positivo em 2015.			
Gestão do Risco Financeiro			
Limites de Crescimento do Endividamento			
Evolução do PMP a fornecedores			
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação 1	N.A.	Taxa média de financiamento	
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	N.A.		
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	N	Variação, em 2015, do PMP a fornecedores (em dias)	Pág. 21
Auditor Externo - redução e reversões remuneratória nos termos do art.º 75.º da Lei 82-B/2014	S	Indicar o total de "Arrears" em 31 de Dezembro 2015 (em euros)	Pág. 22
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	S		
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014	S		
Complementos de reforma - n.º 3 do artigo 78.º da Lei n.º 82-B/2014	S		
Suspensão do pagamento de complemento de reforma, nos casos em que as empresas apresentem resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios (2014, 2013 e 2012).	N.A.		
EGP - artigo 32º			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 133/2013	S		
Proibição de realização de despesas não documentadas	S		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014	N		
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens			Relatório não elaborado atendendo que para a mesma categoria profissional não existe discriminação de pagamento de remunerações por género
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Dec. Lei 12/2008, de 29/01	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	Identificar	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S		
Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º			

133/2013			
Elaboração e divulgação do relatório anual	S	http://www.chma.pt/portal/images/docs/Relatorio_PGRCIC_2015_assinado.pdf	
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)	N.A.		
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	5	Pág.27
Gastos com Viaturas	S	42.392,48 €	Pág.27
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014)	S	Preencher quadro Anexo 1	Pág.27
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 82-B/2014)	S		Pág.27
Nº de trabalhadores	S	-24 face a 2014	Pág.27
Volume de Negócios / N.º de Trabalhadores	N.A.		
Nº de cargos dirigentes	N.A.		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei n.º 82-B/2014/artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	N		Pág. 28

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE

Quadro 6: cumprimento das orientações legais

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TUTELA



IV. ATIVIDADE GLOBAL EM 2015

Evolução do movimento assistencial e dos seus indicadores

A atividade assistencial do CHMA caracteriza-se por uma forte expressão da atividade de ambulatório, nomeadamente pela elevada representatividade da produção de consultas externas e dos atendimentos em urgência – especialmente os de prioridade urgente ou mais grave.

O quadro *síntese da atividade no Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.* expõe a evolução do movimento assistencial do CHMA nos últimos três anos, bem como o crescimento no ano 2015.

ATIVIDADE	TOTAIS	2013	2014	2015	Δ (%)
Consulta Externa	Consultas médicas	171.585	168.441	166.547	-1,12%
	Primeiras	50.087	48.875	49.940	2,18%
	Referenciadas via CTH	21.693	22.708	23.511	3,54%
	Referenciadas por outras vias	28.394	26.167	26.429	1,00%
	Subsequentes	121.498	119.566	116.607	-2,47%
	Consultas não médicas	13.466	9.409	7.871	-16,35%
Internamento	GDH médicos	8.771	8.544	8.372	-2,01%
	GDH cirúrgicos programados	3.240	2.459	2.388	-2,89%
	GDH cirúrgicos urgentes	1.667	1.592	1.529	-3,96%
	Lotação (s/ berçário e s/ SO)	281	281	276	-1,78%
	Doentes saídos	12.555	11.486	11.181	-2,66%
	Doentes saídos + saídos do berçário	13.678	12.600	12.294	-2,43%
	Dias de internamento dos doentes saídos	78.113	76.975	78.194	1,58%
Partos		1.251	1.238	1.245	0,57%
Doentes operados	Cirurgia Programada	8.767	6.853	6.521	-4,84%
	Convencional	3.463	2.696	2.616	-2,97%
	Ambulatória	5.304	4.157	3.905	-6,06%
	Cirurgia Urgente	1.602	1.453	1.488	2,41%
Hospital de dia	Imunohemoterapia	635	619	729	17,77%
	Psiquiatria	2.915	3.221	3.244	0,71%
	Outros	4.595	4.890	4.661	-4,68%
GDH de ambulatório	Cirúrgicos	4.990	3.858	2.493	-35,38%
	Médicos	2.383	2.565	3.704	44,41%
Urgência	Total de episódios	131.621	131.450	126.072	-4,09%
	SU médico-cirúrgica	102.958	105.009	103.493	-1,44%
	Geral	65.680	65.336	64.017	-2,02%
	Pediátrica	33.048	34.145	33.094	-3,08%
	Obstétrica	4.230	5.528	6.382	15,45%
	SU básica	28.663	26.441	22.579	-14,61%

	Episódios sem internamento	122.884	123.000	117.890	-4,15%
	SU médico-cirúrgica	96.140	98.447	97.043	-1,43%
	Geral	61.118	61.079	59.798	-2,10%
	Pediátrica	32.141	33.304	32.322	-2,95%
	Obstétrica	2.881	4.064	4.923	21,14%
	SU básica	26.744	24.553	20.847	-15,09%
Cuidados domiciliários	Visitas domiciliárias	477	826	876	6,05%
Diagnóstico pré-natal	Protocolos I	1.086	1.318	1.429	8,42%
VIH/Sida	Doentes em TARC	33	33	32	-3,03%
IVG em ambulatório	Medicamentosa	249	215	212	-1,40%
Diagnóstico e tratamento da infertilidade	Primeiras consultas de apoio à fertilidade	139	132	126	-4,55%
	Induções da ovulação			11	

Quadro 7: síntese da atividade no Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.

Evolução de indicadores por atividade

Consultas externas

A atividade assistencial do CHMA caracteriza-se, entre outros, por uma elevada produção de consultas externas, que o colocam nos últimos três anos como a instituição hospitalar do grupo B com mais consultas externas médicas⁵.

Em 2015 na produção de consultas médicas observou-se um decréscimo das subsequentes e um aumento das primeiras, refletindo maior acessibilidade da população servida pelo CHMA aos cuidados de saúde.

O quadro *produção de consultas externas no CHMA* expõe detalhadamente a informação sobre a

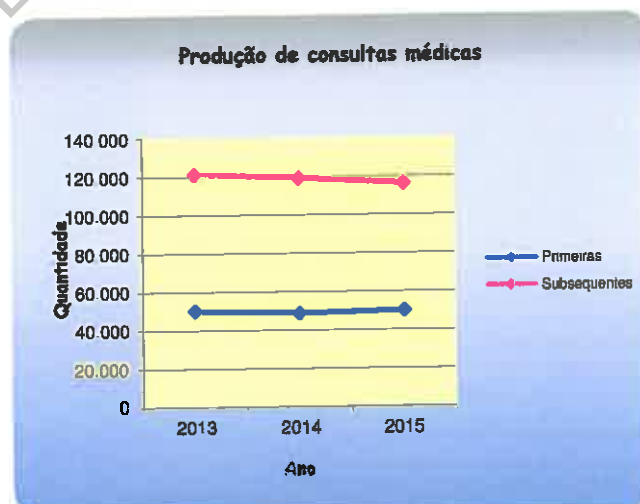


Gráfico 4: evolução da produção de consultas médicas no CHMA

⁵ Fonte: benchmarking ACSS

produção de consultas.

Especialidade	Primeiras				Subsequentes				Total			
	2013	2014	2015	Δ	2013	2014	2015	Δ	2013	2014	2015	Δ
Cardiologia	1.821	1.138	976	-14,24%	6.329	6.385	5.375	-15,82%	8.150	7.523	6.351	-15,58%
Medicina interna	2.877	2.576	2.723	5,71%	11.943	11.965	11.923	-0,35%	14.820	14.541	14.646	0,72%
Medicina física e reabilitação	2.086	1.908	1.598	-16,25%	3.222	3.168	3.049	-3,76%	5.308	5.076	4.647	-8,45%
Medicina do trabalho	349	221	191	-13,57%	368	114	113	-0,88%	717	335	304	-9,25%
Neurologia	797	738	712	-3,52%	1.731	2.061	2.249	9,12%	2.528	2.799	2.961	5,79%
Oncologia médica	689	625	632	1,12%	4.545	4.820	5.186	7,59%	5.234	5.445	5.818	6,85%
Pneumologia	849	890	888	-0,22%	2.533	2.407	2.022	-16,00%	3.382	3.297	2.910	-11,74%
Anestesiologia	2.341	2.176	2.701	24,13%	276	313	289	-7,67%	2.617	2.489	2.990	20,13%
Dor	115	123	133	8,13%	329	358	421	17,60%	444	481	554	15,18%
Cirurgia	10.582	9.251	9.459	2,25%	13.329	12.000	12.229	1,91%	23.911	21.251	21.688	2,06%
Oftalmologia	2.883	4.866	6.649	36,64%	3.785	3.580	5.113	42,82%	6.668	8.446	11.762	39,26%
Ortopedia	7.499	7.449	6.401	-14,07%	12.366	11.684	10.059	-13,91%	19.865	19.133	16.460	-13,97%
Otorrinolaringologia	3.754	3.427	3.412	-0,44%	6.011	4.821	4.990	3,51%	9.765	8.248	8.402	1,87%
Ginecologia	4.789	4.585	4.607	0,48%	8.615	9.126	8.276	-9,31%	13.404	13.711	12.883	-6,04%
Obstetrícia	2.187	2.508	2.723	8,57%	2.718	2.943	3.288	11,72%	4.905	5.451	6.011	10,27%
Pediatria	2.444	2.464	2.458	-0,24%	8.406	8.619	8.933	3,64%	10.850	11.083	11.391	2,78%
Pedopsiquiatria	211	197	182	-7,61%	1.463	1.434	1.383	-3,56%	1.674	1.631	1.565	-4,05%
Psiquiatria	1.361	1.379	1.259	-8,70%	11.147	11.432	9.959	-12,88%	12.508	12.811	11.218	-12,43%
Outras consultas médicas		76	36	-52,63%		326	159	-51,23%	0	402	195	-51,49%
Imunohemoterapia	2.453	2.278	2.200	-3,42%	22.382	22.010	21.591	-1,90%	24.835	24.288	23.791	-2,05%
Sub-total (consultas médicas)	50.087	48.875	49.940	2,18%	121.498	119.566	116.607	-2,47%	171.585	168.441	166.547	-1,12%
Apoio nutricional e dietética	583	750	677	-9,73%	1.598	1.980	2.013	1,67%	2.181	2.730	2.690	-1,47%
Outras consultas não médicas	1.521	1.269	1.145	-9,77%	7.759	2.006	1.012	-49,55%	9.280	3.275	2.157	-34,14%
Psicologia	617	632	522	-17,41%	2.909	2.772	2.502	-9,74%	3.526	3.404	3.024	-11,16%
Total geral	52.808	51.526	52.284	1,47%	133.764	126.324	122.134	-3,32%	186.572	177.850	174.418	-1,93%

Quadro 8: produção de consultas externas no CHMA

A nível de especialidade há a assinalar variações significantes:

- Decréscimos na produção de consultas de Cardiologia, MFR, Pneumologia, Ortopedia;
- Aumentos na produção de consultas de Anestesiologia, Oftalmologia e Obstetrícia.

As variações identificadas prendem-se com as oscilações no quadro de pessoal médico destas especialidades durante os anos de 2014 e 2015: os serviços de Cardiologia, MFR, Pneumologia e Ortopedia perderam clínicos; o serviço de Psiquiatria esteve temporariamente com menos um médico por motivo de doença; e os serviços de Anestesiologia, Oftalmologia e Obstetrícia beneficiaram de novas contratações de médicos.

O esforço exercido na realização de primeiras consultas reflete-se na evolução da lista de espera para primeira consulta médica de especialidade. Analisando a evolução da lista de espera para consulta externa à data de 31 de dezembro, para pedidos com mais de 4 semanas, verifica-se que a mesma decresceu 15,96% em 2015:

Especialidade	2013	2014	2015	Δ (%)
Cardiologia	124	277	507	83,03%
Medicina interna	163	157	108	-31,21%
Medicina física e reabilitação	155	365	671	83,84%
Neurologia	142	248	261	5,24%
Oncologia médica	5	12	5	-58,33%
Pneumologia	269	240	374	55,83%
Anestesiologia	90	109	97	-11,01%
Dor	5	8	4	-50,00%
Cirurgia	830	1.035	720	-30,43%
Oftalmologia	5.882	3.817	978	-74,38%
Ortopedia	773	1.352	2.461	82,03%
Otorrinolaringologia	726	999	1.000	0,10%
Ginecologia	516	497	624	25,55%
Obstetrícia	46	63	3	-95,24%
Pediatria	98	133	47	-64,66%
Pedopsiquiatria	28	44	17	-61,36%
Psiquiatria	184	269	226	-15,99%
Outras		5	3	-40,00%
Imunohemoterapia	18	15		
Medicina do trabalho	3			
Sub-total	10.057	9.645	8.106	-15,96%
Psicologia		199	105	-47,24%
Apoio nutricional e dietética		33	94	184,85%
Total Geral	10.057	9.877	8.305	-15,92%

Quadro 9: lista de espera para consulta externa há mais de 4 semanas

Por especialidade, constata-se que foi precisamente nas especialidades em que a produção de consultas externas mais decresceu que a lista de espera aumentou (Cardiologia, MFR, Pneumologia e Ortopedia) e – no sentido contrário – aos maiores aumentos de produção de consultas correspondem grandes decréscimos na lista de espera (Anestesiologia, Oftalmologia e Obstetrícia).

Internamento

O quadro *produção no internamento por serviço (2015)* detalha o movimento assistencial no internamento do CHMA (ótica do serviço responsável pelo internamento):

Serviço	Lotação	Doentes saídos para o exterior*	Doentes saídos para outros serviços	Dias de internamento no ano	Demora média (dias)	Ocupação média diária	Doentes saídos por cama
Medicina interna	93	3.273	92	35.179	10,45	96,38	35,19
Cirurgia geral	71	2.888	127	17.984	5,96	49,27	40,68
Ortopedia	43	1.072	192	11.725	9,28	32,12	24,93
Otorrinolaringologia		303	0	509	1,68	1,39	
Ginecologia	10	883	6	2.579	2,90	7,07	88,30
Obstetrícia	21	1.624	7	5.008	3,07	13,72	77,33
Pediatria	19	574	6	2.012	3,47	5,51	30,21
Neonatologia	9	214	29	1.197	4,93	3,28	23,78
U.C. Intermédios	10	350	679	1.920	1,87	5,26	35,00
Total	276	11.181		78.113	6,99	214,01	40,51
Berçário	21	1.113	177	3.198	2,48	8,76	53,00

* Ótica do serviço responsável pelo internamento

Quadro 10: produção no internamento por serviço (2015)

O número de doentes saídos do internamento diminuiu 2,43% em 2015, para o que contribuiu significativamente a produção de episódios aos quais está associado GDH médico.

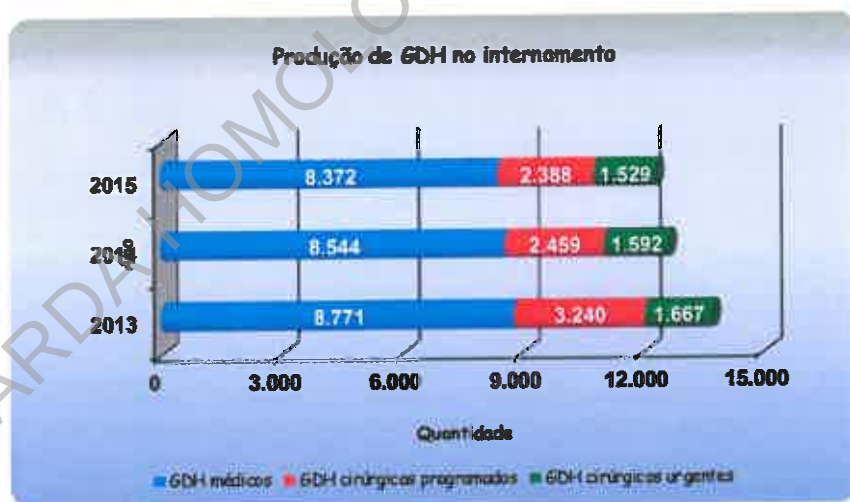


Gráfico 5: evolução da produção de GDH no internamento

Em anos anteriores a produção de episódios a gerar GDH cirúrgico foi superior mas a informação dos últimos anos não é diretamente comparável por estar condicionada por dois fatores relevantes:

- a atividade remunerada em regime de produção adicional, que foi nula em 2015 mas muito expressiva em 2013 e menos expressiva em 2014;

- a introdução do novo agrupador de GDH (APR31) que veio classificar como produção médica parte da produção cirúrgica com expressão significativa no CHMA.

O quadro *produção no internamento por serviço (2013 a 2015)* expõe com detalhe a evolução do número de doentes saídos (na ótica do serviço responsável de internamento), demora média e ocupação média diária dos serviços nos três últimos anos.

Serviços	Doentes Saídos do Serviço				Demora Média (dias)				Ocupação média diária			
	2013	2014	2015	Δ(%)	2013	2014	2015	Δ (%)	2013	2014	2015	Δ (%)
Medicina Interna	3.537	3.361	3.273	-2,62%	9,28	9,64	10,45	8,48%	91,23	90,45	96,38	6,55%
Cirurgia Geral	3.494	3.039	2.888	-4,97%	4,94	5,76	5,96	3,64%	49,55	50,32	49,27	-2,07%
Ortopedia	1.268	1.104	1.072	-2,90%	8,49	9,29	9,28	-0,15%	35,18	33,57	32,12	-4,31%
Otorrinolaringologia	287	275	303	10,18%	2,15	1,80	1,68	-6,52%	1,71	1,36	1,39	2,62%
Ginecologia	958	864	883	2,20%	3,13	3,05	2,90	-4,93%	8,26	7,33	7,07	-3,62%
Obstetrícia	1.604	1.656	1.624	-1,93%	3,04	3,04	3,07	1,16%	13,39	13,85	13,72	-0,97%
Pediatria	756	649	574	-11,56%	3,18	3,75	3,47	-7,59%	6,61	6,68	5,51	-17,54%
Neonatologia	194	228	214	-6,14%	5,12	4,88	4,93	0,86%	2,98	3,22	3,28	1,70%
U.C. Intermédios	457	310	350	12,90%	1,56	1,75	1,87	6,34%	5,33	4,10	5,26	28,43%
Berçário	1.123	1.114	1.113	-0,09%	2,58	2,50	2,48	-0,88%	8,98	8,75	8,76	0,13%

* Ótica do serviço responsável pelo internamento

Quadro 11: produção no internamento por serviço (2013 a 2015)

Globalmente, o número de doentes saídos do internamento diminuiu 2,43% em 2015 e o decréscimo foi transversal a todas as especialidades com exceção de otorrinolaringologia e ginecologia.

Em particular, e por motivos que se prendem com o envelhecimento da população, o serviço de medicina interna tem vindo a apresentar uma necessidade diária de camas superior às que lhe estão diretamente afetas levando à sobrelotação do serviço e à necessidade de se socorrer de camas de outros para assistir os seus doentes, nomeadamente camas de serviços cirúrgicos, o que afetou negativamente a produção cirúrgica e implicitamente a resolução da lista de inscritos para cirurgia. Por outro lado, as unidades que integram o serviço de pediatria e a obstetrícia registam ocupações médias diárias diminutas para a lotação de que dispõem. Pelo exposto a lotação dos serviços poderá ser alvo de decisão em 2016 com vista à obtenção de maior rentabilidade da capacidade instalada.

Em simultâneo com o decréscimo do número de doentes saídos do internamento verificou-se um aumento da demora média hospitalar que por força da elevada dimensão do serviço de medicina interna no CHMA é sensível a quaisquer variações na demora média

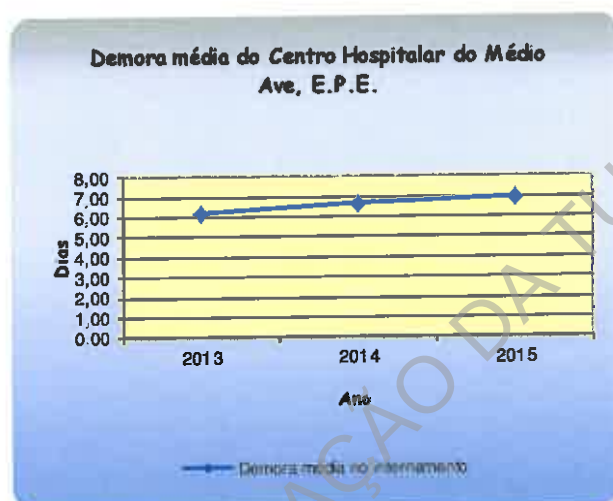


Gráfico 6: evolução da demora média no CHMA

do mesmo e aniquila o efeito de redução que outros serviços possam apresentar, como foi o caso de otorrinolaringologia, ginecologia e pediatria.

Atividade cirúrgica

O quadro *total de doentes operados no CHMA* expõe a contagem de doentes operados nos últimos três anos por tipo de cirurgia, bem como o crescimento em 2015.

Tipo de Cirurgia	2013	2014	2015	Δ (%)
Programada convencional	3.463	2.696	2.616	-2,97%
Programada de ambulatório	5.304	4.157	3.905	-6,06%
Urgente	1.602	1.453	1.488	2,41%
Total	10.369	8.306	8.009	-3,58%

Quadro 12: total de doentes operados no CHMA

Em termos absolutos observa-se uma ligeira redução no número de doentes operados que se deve ao termo da atividade convencional remunerada em regime de produção adicional – nula em 2015 – e à redefinição do conceito de pequena cirurgia que teve impacto na atividade registada em bloco operatório como cirurgia de ambulatório, afetando muito negativamente a produção do serviço de cirurgia geral em bloco operatório.

Cumulativamente é de referir ainda que, em 2015, a produção em bloco operatório foi prejudicada durante vários meses por constrangimentos à utilização das salas do bloco operatório da unidade de Vila Nova Famalicão que se prendem com avarias diversas e recorrentes nomeadamente nos ventiladores que apoiam as mesmas. O desgaste e o elevado número de horas de prestação de muito do equipamento, teve acentuados períodos de inoperância e provocou um elevado número de dias de inatividade, com impacto negativo na produção e produtividade dos serviços, na insatisfação dos profissionais, e na reclamação dos utentes.

A produção de intervenções cirúrgicas de ambulatório continua a ser a mais expressiva na atividade cirúrgica do CHMA e só em otorrinolaringologia não se pode concluir pelo seu crescimento. A produção de cirurgias urgentes, depois de ter reduzido em 2014 estabilizou em 2015.

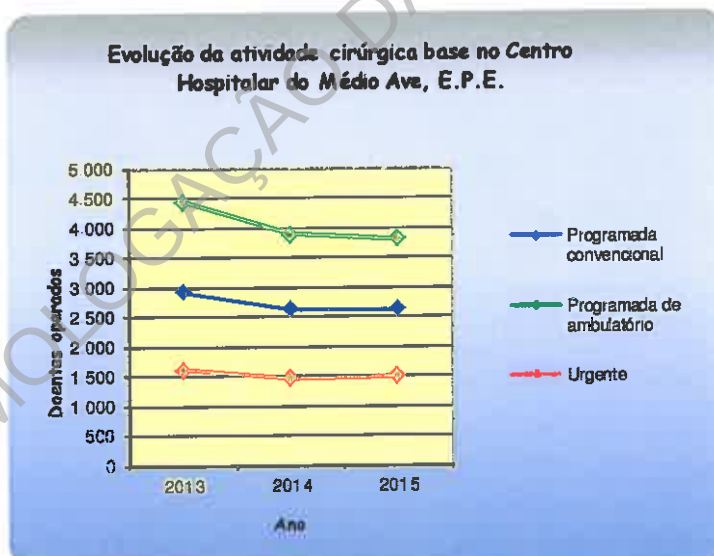


Gráfico 7: evolução da atividade cirúrgica base no CHMA

O quadro *doentes operados por especialidade*

(sem atividade adicional) permite comparar o crescimento da atividade em bloco operatório, expurgando o efeito da atividade remunerada em regime de produção adicional.

Tipo de Cirurgia	Serviço	2013	2014	2015	Δ (%)
Programada convencional	Cirurgia Geral	1.283	1.070	1.065	-0,47%
	Ginecologia	769	655	716	9,31%
	Obstetrícia	33	46	42	-8,70%
	Ortopedia	581	597	539	-9,72%
	Otorrinolaringologia	252	247	254	2,83%
Total		2.918	2.615	2.616	0,04%

Programada de ambulatório	Cirurgia Geral	2.190	1.916	1.198	-37,47%
	Ginecologia	749	660	860	30,30%
	Oftalmologia	416	399	753	88,72%
	Ortopedia	509	460	553	20,22%
	Otorrinolaringologia	575	458	448	-2,18%
	Total	4.439	3.893	3.812	-2,08%
Urgente	Cirurgia Geral	653	636	608	-4,40%
	Ginecologia	39	44	60	36,36%
	Obstetrícia	614	519	539	3,85%
	Ortopedia	292	254	278	9,45%
	Otorrinolaringologia	4	0	3	
	Total	1.602	1.453	1.488	2,41%
Total		8.959	7.961	7.916	-0,57%

Quadro 13: doentes operados por especialidade (sem atividade adicional)

Esta exposição corrobora as afirmações anteriores, observando-se uma estabilização da produção em bloco operatório em 2015, apenas contrariada pela quebra das cirurgias de ambulatório de cirurgia geral que se deve à redefinição do conceito de pequena cirurgia e que anulou o crescimento da atividade cirúrgica de ambulatório impulsionado pela ginecologia, oftalmologia e ortopedia.

Hospital de dia

O número de sessões de hospital de dia manteve-se estável depois de um acentuado crescimento em 2014.

O quadro *Quadro 14: sessões em hospital de dia* expõe a contagem total de sessões em ambiente de hospital de dia, independentemente da forma como são remuneradas, e permite observar um aumento significativo no movimento de imunohemoterapia.

Especialidade	2013	2014	2015	Δ (%)
Imunohemoterapia	635	619	729	17,77%
Psiquiatria	2.915	3.221	3.244	0,71%
Oncologia	4.007	4.350	4.110	-5,52%
Pediatria	588	540	551	2,04%
Total	8.145	8.730	8.634	-1,10%

Quadro 14: sessões em hospital de dia

Urgência

A procura pelos serviços de urgência do CHMA decaiu em 2015 em harmonia com o decréscimo de procura verificado no país e em particular nas unidades hospitalares da área de influência da ARS Norte.

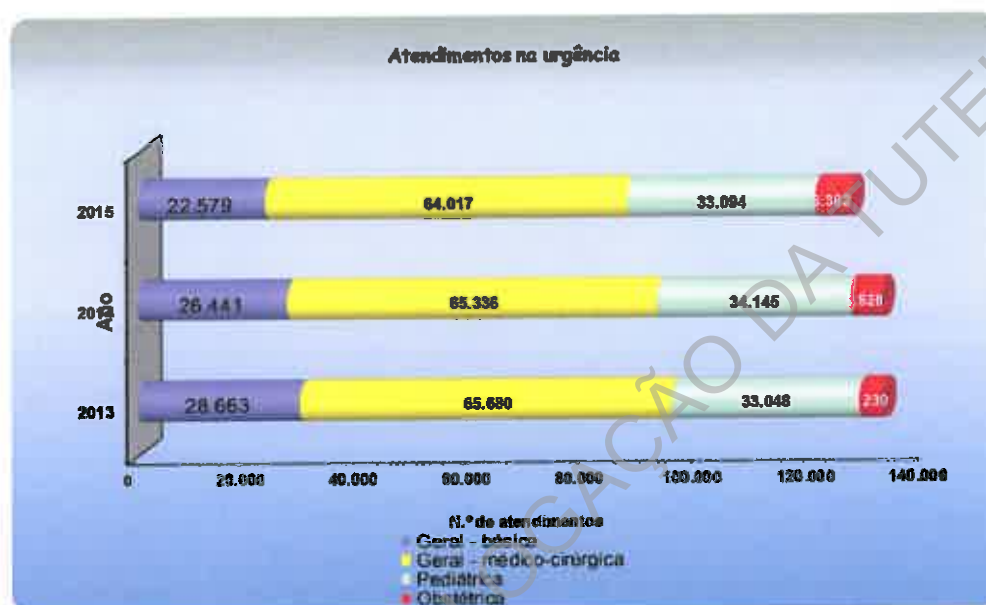


Gráfico 8: evolução dos atendimentos em urgência

A unidade de urgência básica foi aquela em que o decréscimo foi maior (14,61%) e a tendência foi contrariada pelo movimento da urgência obstétrica – aumentou 15,45% – que tem vindo a intensificar-se nos últimos anos.

A diminuição da procura do Serviço de Urgência reduziu para 345 a média diária de atendimentos.

Tipo	2013	2014	2015	Δ (%)
Geral - médico-cirúrgica	65.680	65.336	64.017	-2,02%
Geral - básica	28.663	26.441	22.579	-14,61%
Pediátrica	33.048	34.145	33.094	-3,08%
Obstétrica	4.230	5.528	6.382	15,45%
Total	131.621	131.450	126.072	-4,09%
Média diária de episódios	361	360	345	-4,09%

Quadro 15: episódios no Serviço de Urgência

Atividade do Gabinete do Cidadão

O Gabinete do Cidadão (GC) do CHMA integra-se no Serviço de Gestão da Informação da Saúde (SGIS) que tem por missão a proteção dos direitos do utente e dos seus familiares, assim como a integração da sua opinião na organização do Centro Hospitalar, atenta a especificidade de atuação de cada uma das áreas que integram o SGIS, assim como a concretização da garantia do legítimo acesso aos dados de saúde.

Este gabinete funciona nas duas Unidades do CHMA, dispondo de espaço para atendimento presencial de utentes e cidadãos em geral. A sua forma de articulação com todos os exponents acontece seja através das comunicações escritas que são dirigidas ao CHMA, como através dos contatos presenciais, sendo que todas as situações apresentadas são reduzidas a escrito.

Atendendo à situação de acumulação de exposições que se verificava no GC, foram redefinidas prioridades para 2015, tendo-se estabelecido as que abaixo se expõem com os seguintes resultados:

- 🔄 Conclusão do tratamento das exposições recebidas em 2014
 - No que concerne à prioridade relativa à atualização das exposições de 2014, são diminutos os casos não findos.
- 🔄 Implementação de um novo circuito para tramitação das exposições por email
 - Este circuito encontra-se estabilizado, sendo utilizado por todos os profissionais a quem compete a pronúncia no processo de audição. Atendendo às dificuldades inerentes ao processo de digitação do conteúdo das audições no anterior sistema da DGS, bem como às delongas no circuito físico/manual este meio de comunicação veio facilitar esses aspetos;
- 🔄 Enquadramento e tipificação das situações extra tipologias aceites pelo SGREC (sugestões, elogios e reclamações e outras)
 - O GC tem vindo a intervir num conjunto de situações extra tipologias formalmente definidas. Estas incluem pedidos de mudança de médico, intervenções no âmbito do acesso à informação por familiares de doentes internados, orientação de utentes no âmbito da marcação de consultas e/ou

MCDT e implementação do circuito de prescrição de taxas moderadoras. Todas as situações são registadas para efeitos de informação estatística da atividade do GC.

Os parágrafos que se seguem apresentam dados relativos às exposições recebidas, assentes no registo interno do CHMA, considerando a ausência de sistema de informação do SGREC da ERS.

No ano de 2015 foram registadas 835 exposições, distribuídas entre reclamações, contestações, elogios e sugestões. As reclamações representam 93,3% das exposições recebidas.

Repartição das exposições entradas no Gabinete do Cidadão

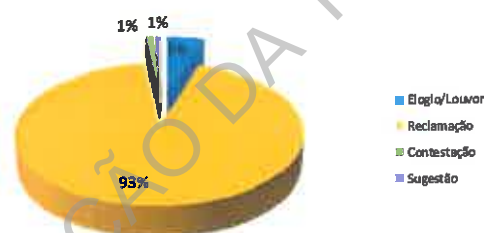


Gráfico 9: repartição das exposições entradas no GC

No ano de 2014 tinham-se registado 926 exposições e em 2015 foram apresentadas 835 ocorrências. Verifica-se assim que houve uma redução global de 91 ocorrências.

Evolução das exposições entradas no Gabinete do Cidadão por tipo

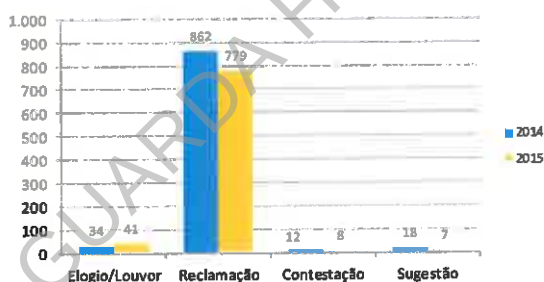


Gráfico 10: evolução das exposições entradas no GC por tipo

Relativamente ao período homólogo assinala-se que as reclamações decresceram 9,63% e os elogios aumentaram 20,59%. As sugestões mantiveram-se em decréscimo, com menos 11 exposições do que em 2015.

Em fevereiro de 2015 verificou-se a transição do aplicativo de registo das exposições pelo Gabinete do Cidadão. Nessa medida, houve 97 registos ainda no Sistema de Gestão de Reclamações e Sugestões da responsabilidade da Direção Geral da Saúde e 738 no Sistema de Gestão de Reclamações da Entidade Reguladora da Saúde.

A maioria dos exponentes continua a recorrer maioritariamente ao livro de reclamações, vulgo livro amarelo, para efeito de apresentação da sua exposição.

Meio de Entrada	CHMA
Livro de reclamações	633
Formulário interno	89
Carta	42
Email	53
Caixa de sugestões	2
Total	819

Quadro 16: veículo de entrada das exposições no GC

Logo após, mediante comparência presencial junto do GC, surgem os formulários internos, nos quais os cidadãos reduzem a escrito a situação que os levou a recorrer ao GC, nos casos em que aquela possa não ter sido resolvida de imediato.

A opção do email tem sido também mais utilizada. As cartas são a via seguinte pela qual as exposições são apresentadas, ficando muito diminutas aquelas que são apresentadas através das caixas de sugestões.

- 🔄 O quadro *reclamações por assunto/problema* expõe a contagem das reclamações entradas por assunto/problema.

Quadro 17: reclamações por assunto/problema

Designação problemas-nível 1	Designação problemas-nível 2	CHMA
Atos administrativos/ Gestão	Leis/ Regras/ Normas	88
	Procedimentos	8
	Taxas moderadoras	11
	Atendimento	25
	Desorganização dos serviços	6
		159
Infraestruturas/Amenidades	Qualidade da alimentação	15
	Falta de manutenção	8
	Avarias	6
	Parques de estacionamento	2
		47
Prestação de Cuidados de Saúde	Tempo de espera no SU	295
	Leis/ Regras/ Normas	89
	Atendimento	98
	Procedimentos	64
	Diagnóstico incompleto	11
	Falta MCDT	5
	Falta de cortesia	8
		462
Relacionais/ Comportamentais	Atendimento	10
	Cortesia	10
		23

No que concerne aos assuntos (problemas de nível I) e respetivos problemas implicados (nível II) no conjunto das reclamações apresentadas, 462 versam sobre a **prestação de cuidados**, sendo o problema específico do tempo de espera o que reúne maior nº de queixas. Destaca-se ainda nos problemas de nível II deste âmbito as questões relativas a regras e normas, assim como questões relativas ao atendimento, designadamente por falta de cortesia, de informação ou por alegado diagnóstico incompleto. Os procedimentos adotados são também motivo de grande insatisfação.

Seguidamente são os **atos administrativos e de gestão** que suscitam mais reclamações, com 159 exposições. Destas, 88 referem-se especificamente às leis e normas vigentes, onde se inclui a aplicação de taxas moderadoras (nomeadamente nos casos de abandono por tempo de espera que os utentes consideraram excessivo, entendendo o não dever de pagamento das mesmas).

Ainda neste âmbito, o tema do atendimento e a forma como este se processo é invocado pelo menos 25 vezes.

Em 2015 verificaram-se 47 reclamações que visaram especificamente as **infraestruturas e amenidades**, com especial destaque em 15 das mesmas para a qualidade da alimentação, seguindo-se questões relativas a equipamentos, falta de manutenção ou acessibilidades.

As temáticas **relacionais/comportamentais** são elencadas como motivo principal de insatisfação em 23 das reclamações, referindo o atendimento em geral, como especificamente a falta de cortesia.

Quando analisados os Serviços visados nas reclamações e considerando aqueles que se posicionam nos 5 primeiros lugares, temos em igualdade de posições entre as duas Unidades do CHMA o Serviço de Urgência, a Consulta Externa e o Internamento, pese embora com um nº de ocorrências bastante distinto.

Serviço visado UF – 5+	
Urgência	431
Cons. externa	69
Internamento	28
Nutrição e dietética	10
Imagiologia	5

Serviço visado UST – 5+	
Urgência	85
Cons. externa	18
Internamento	19
Serviços financeiros	7
Nutrição e dietética	5

Em primeiro lugar surge o Serviço de Urgência como mais frequentemente apontado, com 431 reclamações na Unidade de Famalicão e 85 na Unidade de S. Tirso. Nas duas Unidades CHMA segue-se o serviço de Consulta Externa com 69 e 18 exposições, respetivamente. No caso da UF em 4º lugar surge o Serviço de Nutrição e Dietética com 10 reclamações e logo após a Imagiologia com 5 ocorrências. Em 4º lugar na UST surgem os Serviços Financeiros com 7 reclamações e o Serviço de Nutrição e Dietética com 5 exposições.

- 🔗 No que concerne às reclamações por grupo profissional, indissociável do facto da grande maioria das reclamações visar o Serviço de Urgência, estas dirigem-se sobretudo aos médicos, com um total de 413 reclamações na UF e 95 na UST.

Seguidamente surgem os dirigentes intermédios com 140 exposições na UF e 24 na UST. Logo após são visados os enfermeiros com 51 participações na UF e 23 na UST.

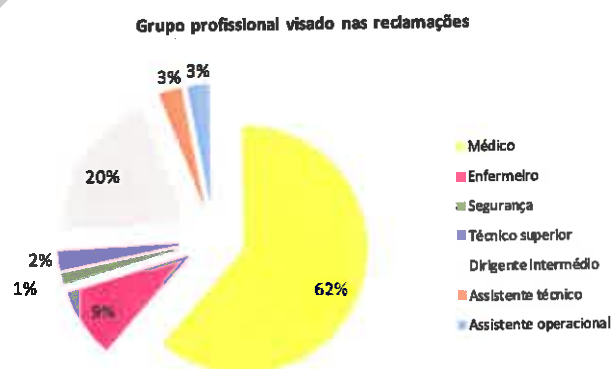


Gráfico 11: repartição das reclamações por grupo profissional

Os profissionais das áreas de assistentes técnicos, técnicos superiores e assistentes operacionais observam um nº de reclamações muito próximo entre as 20 e as 25 exposições.

Os seguranças têm uma expressão de 10 ocorrências na UF e apenas 1 na UST (local onde não existe recurso a empresa provada de segurança).

A existência do Gabinete do Cidadão não deverá servir primordialmente para cumprir com um desiderato das organizações modernas, mas sobretudo para se lhe reconhecer o importante papel de proximidade na auscultação dos cidadãos em geral e utentes em particular, servindo de barómetro para a identificação de oportunidades de melhoria e de necessidades em se proceder a mudanças ou correções.

Em resultado desta conceção foi possível implementar medidas que permitiram resolver casos concretos, mas acima de tudo medidas que prevenirão situações similares.

Não obstante, os problemas identificados e reconhecidos como de grande impacto, exigiram medidas apropriadas e estratégicas. Destaca-se o tempo de espera para atendimento no contexto do serviço de Urgência e a aplicabilidade de taxas moderadoras, na sequência de abandonos do SU. Com efeito, houve a nomeação de nova direção do SU, com proposta de nova arquitetura organizacional do serviço de urgência (definição de circuitos de encaminhamento, atendimento preferencial por especialidades, monitorização sistemática de tempos de espera; agilização do papel do chefe de equipa e do coordenador de enfermagem adequando e realocando circuitos conforme necessário).

Evolução dos indicadores de recursos humanos

O quadro de pessoal do CHMA tem vindo a reduzir nos últimos anos e 2015 não foi exceção. O ano encerrou com 1029 trabalhadores efetivos – menos 24 do que em 2014 – tendo sido o grupo profissional dos assistentes operacionais o que em 2015 acumulou mais

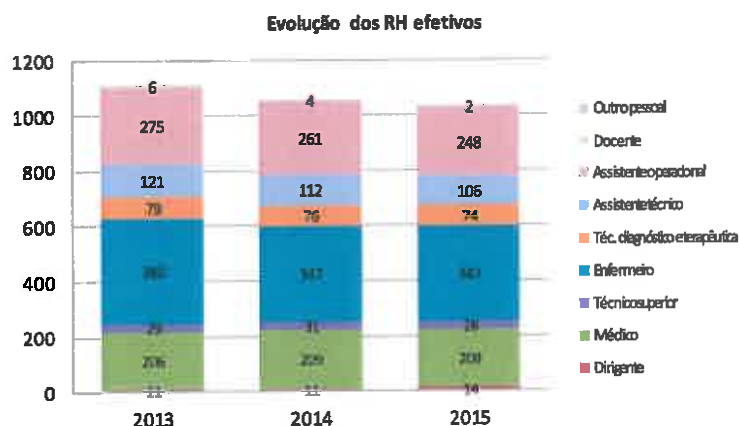


Figura 1: evolução dos recursos humanos

perdas de efetivos.

Do balanço social extraímos alguma informação relativa aos dados dos recursos humanos no CHMA:

Mais de dois terços do mapa de pessoal é constituído por trabalhadores diretamente afetos ao normal funcionamento da atividade clínica (médicos, enfermeiros, assistentes operacionais e técnicos de diagnóstico e terapêutica)

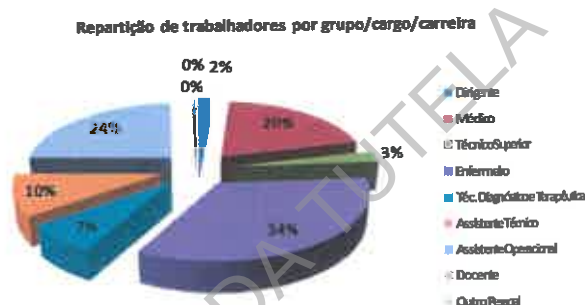


Gráfico 12: repartição dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira

Relativamente à relação jurídica de emprego, a esmagadora maioria dos trabalhadores mantém-se com vínculo definitivo à instituição (em funções públicas ou no âmbito do código do trabalho – sendo que a representatividade dos últimos tem vindo a aumentar em detrimento da dos primeiros, como é previsível no atual contexto legal).

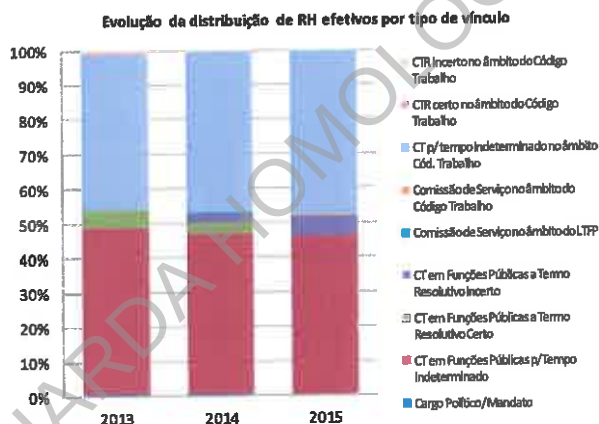


Gráfico 13: evolução da distribuição de RH efetivos por tipo de vínculo

Da análise ao grupo de pessoal médico segundo o grupo etário, verificamos que 26,44% são médicos com mais de 55 anos incluindo-se no grupo de colaboradores que podem optar pela dispensa de efetuar serviço de urgência. Já os que estão em condições de dispensa de serviço de urgência noturna representam 34,13% do pessoal médico efetivo.



Gráfico 14: repartição do pessoal médico por grupo etário

Absentismo

O quadro *absentismo no CHMA* expõe a contagem absoluta de dias de ausência ao trabalho bem como a taxa global de absentismo nos últimos três anos.

Motivo de ausência	2013	2014	2015
Casamento	131	311	299
Proteção na parentalidade	6617	5852	5880
Falecimento de familiar	211	241	276
Doença	7902	7658	10388
Por acidente em serviço ou doença profissional	633	1006	988
Assistência a familiares	212	178	287
Trabalhador-estudante	131	41	168
Por conta do período de férias	140	109	102
Com perda do vencimento		1	2
Greve	214	322	260
Injustificadas	4		180
Outras	898	911	970
Total	17093	16630	19800
Taxa de absentismo	6,86%	6,97%	8,33%

Quadro 18: absentismo no CHMA

Em 2015 a taxa de absentismo aumentou 1,36 p.p. fruto do elevado crescimento das ausências por motivo de doença, assistência a familiares ou direitos dos trabalhadores-estudantes. As ausências por motivos de greve foram as que mais decresceram (19,25%).

Cada trabalhador faltou, em média, 19,24 dias (em 2014 esta estatística foi 15,80 e em 2013 foi 15,41). Por motivo de ausência, o crescimento médio por trabalhador foi muito expressivo no n.º de dias de falta por motivo de doença – de 7,27 dias em 2014 elevou-se para 10,10 dias em 2015.

Podemos observar no gráfico ao lado a repartição do absentismo por motivo de ausência em 2015, constatando que mais de 80% do mesmo é justificado

por doença ou proteção na parentalidade.

A proteção na parentalidade é o motivo mais representativo de ausência entre os dirigentes, médicos e técnicos superiores e a doença nos restantes grupos profissionais:

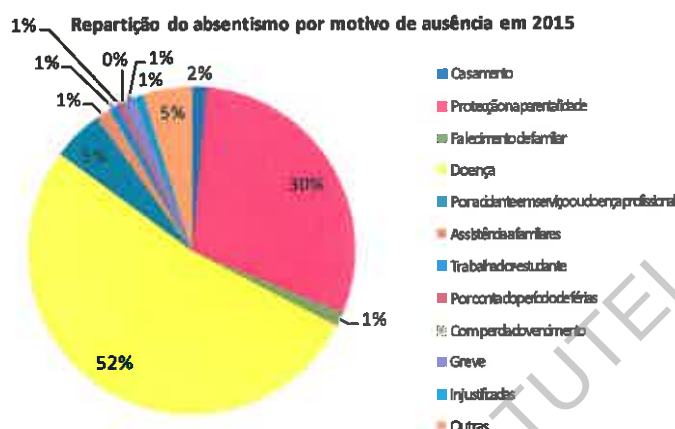


Gráfico 15: repartição do absentismo por motivo de ausência em 2015

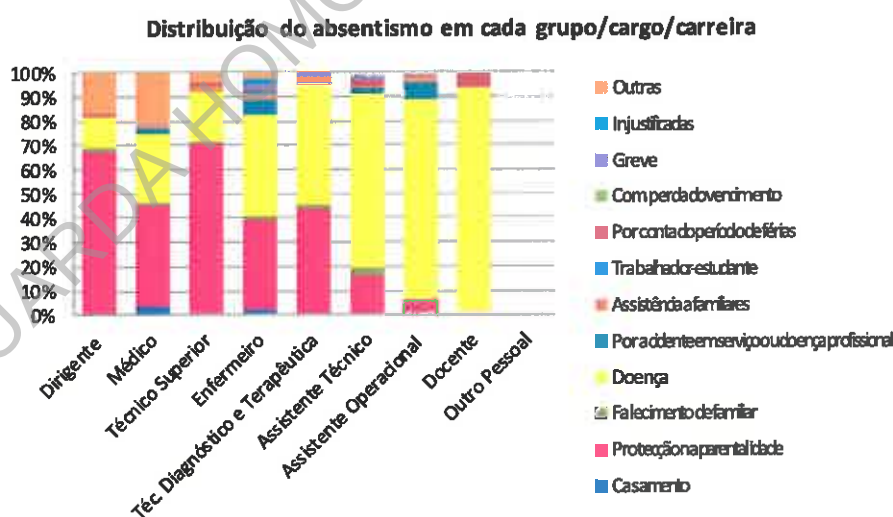


Figura 2: distribuição dos motivos de absentismo em cada grupo/cargo/carreira

Formação

Tendo em consideração a estratégia e os objetivos do CHMA para o ano de 2015, foram realizadas 73 ações de formação promovidas pelo Gabinete de Formação e Ensino Pré e Pós Graduado.

Todas as ações desenvolvidas ou apoiadas foram suportadas pelo orçamento do CHMA.

As atividades realizadas visaram o desenvolvimento de competências dos colaboradores do CHMA e tiveram como finalidade a concretização dos seguintes objetivos:

- Facilitar a concretização dos objetivos institucionais;
- Contribuir para a implementação do Processo de Acreditação da Qualidade Hospitalar pelo CHKS;
- Proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores do CHMA;
- Preparar os colaboradores internos para um desempenho mais eficiente;
- Colaborar com Comissões/ Equipas nomeadas institucionalmente, na realização e desenvolvimento das ações de formação / informação.

As ações de formação totalizaram 2827,5 horas de formação e beneficiaram 1701 formandos no desenvolvimento de competências em diferentes Saberes (saber, saber ser, saber fazer e saber agir) nomeadamente:

- Prestação de cuidados aos utentes, inseridas no conteúdo profissional, respeitando normas, procedimentos e técnicas adequadas às necessidades específicas de cada utente;
- Utilização de meios de 1ª intervenção, e respetiva atuação em caso de emergência;
- Manuseamento de combate a incêndio, com meios de 1ª Intervenção;
- Aplicação dos procedimentos definidos, no Plano de Segurança, de atuação e evacuação;
- Utilização correta do sistema de notificação de incidentes do CHMA;
- Implementação da separação / valorização dos resíduos Sólidos;
- Uniformização das práticas e procedimentos;

- Utilização de normas e procedimentos seguros que potenciem a melhoria dos cuidados prestados aos doentes através da diminuição das Infecções Associadas aos Cuidados de Saúde— IACS.

O quadro seguinte compreende a síntese das atividades de formação desenvolvidas em 2015:

CURSO	N.º de ações	Horas de ação	N.º. de formandos / Grupo profissional								Total de formandos
			Dirigentes	Médicos	Tec. sup. saúde	Enfermeiros	Ass. Técn.	Ass. op.	T.D.T.	Outro	
Gestão do Risco e Segurança	7	21	3	18	11	72	2	2	24	6	138
Segurança contra Incêndios em Edifícios (SCIE)	20	30		29	9	202	67	82	43	39	471
Gestão do Risco e Segurança - Gestão Resíduos	5	5		5	2	67	2	26	13	1	116
Workshop Formativo - Eutanásia/ Distanásia e Testamento Vital	1	2		10		26				2	38
Diagnóstico e Tratamento de Infecção	1	1,5		42							42
Diabetes	2	3		2		38				3	43
PGRIC	4	4				42	24				66
Divulgação da PDS	1	1,5		14		19					33
Parametrização - Versão normalizada	1	3,5				33				3	36
GCL PPCIRA - Higienização do ambiente hospitalar	4	6		1		60		52	9		122
GCL PPCIRA - Precauções baseadas nas vias transmissão	4	6		1	1	93		33	4	1	133
GCL PPCIRA - Campanha de Prevenção Básicas Controlo Infecção (CPBCI)	17	25,5		14	6	186	3	63	25	20	317
GCL PPCIRA - Detergentes / antissépticos/ desinfetantes	4	6			1	52		38	9		100
GCL PPCIRA - Antibioterapia	2	6		4		42					46
Total	73	121	3	140	30	932	98	296	127	75	1701

Quadro 19: Atividades do Gabinete de Formação e Ensino Pré e Pós Graduado - ano de 2015

Como corolário da informação do quadro obtemos a repartição do volume de horas de formação representada no gráfico *repartição do volume de formação por grupo profissional em 2015*

Repartição do volume de formação por grupo profissional em 2015 (CHMA)

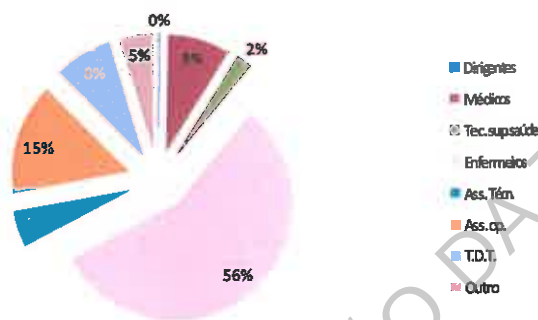


Gráfico 16: repartição do volume de formação por grupo profissional em 2015

Qualidade

Em maio de 2015 foi homologado o Regulamento da Comissão de Qualidade e Segurança que formaliza quer as estruturas, quer as funções e articulações / comunicações necessárias no âmbito da Qualidade e da Segurança do CHMA.

Simultaneamente tem-se vindo a apostar no Programa de Gestão da Qualidade e Segurança. É um documento que procura identificar as necessidades, quer em termos legais, quer em termos de requisitos normativos (Acreditação CHKS, Departamento da Qualidade em Saúde da DGS, SINAS da ERS) e agregá-los num único documento, transmitindo uma imagem clara da estrutura organizacional a este nível.

Acompanhamento das atividades planeadas

De acordo com o Programa de Gestão da Qualidade e Segurança (PGQS), o cumprimento das ações planeadas foi conforme apresentado a seguir:

- 100% (Homologado / Implementado): 18
- 75% (Concluído): 6
- 50% (Em desenvolvimento): 14

🕒 25% (Preparação / Início): 27

🕒 0% (Não Iniciado): 24

Constata-se um total de 20% das ações concluídas e/ou homologadas.

Auditorias realizadas

Auditorias internas

No âmbito do Grupo Coordenador da Qualidade (GCQ), foram realizadas Visitas de Acompanhamento, num total de 16,5 horas a 10 serviços da Unidade de Famalicão, em Outubro e Novembro de 2015. Daqui, foi elaborado um relatório global, com várias recomendações e sempre que aplicável integradas no Programa de Gestão da Qualidade e Segurança.

Pretende-se alargar estas Visitas aos restantes serviços do CHMA.

Auditorias externas

- 🕒 **SINAS:** A 8 de setembro o CHMA foi submetido a uma auditoria no âmbito do projeto SINAS. Daí, foi elaborado uma resposta ao relatório pelo GCQ, com algumas recomendações; sempre que se referiam a assuntos transversais relevantes, os mesmos foram integrados no PGQS para 2016.
- 🕒 **CHKS:** Estava previsto para 2015 a realização de uma auditoria externa, "simulada", de preparação para a auditoria externa do CHKS. Mercê das alterações organizacionais previstas, que acabaram por não acontecer, a mesma foi adiada para 2016, tendo sido agendada a auditoria final, formal, para o final do ano de 2016.

Gestão documental

Com vista à necessária uniformização de práticas e harmonização de procedimentos, bem como de forma a possuir evidência das regras estabelecidas e do *modus operandi*, quer em termos organizacionais quer em termos clínicos, a gestão documental é uma ferramenta fundamental e pilar de muito do trabalho desenvolvido pelo GCQ.

De seguida apresentam-se alguns indicadores sobre este circuito:

Documentos elaborados	80
Número de documentos elaborados (especificamente de qualidade e risco)	13
Número de documentos verificados pelo GCQ	158
Número de documentos homologados pelo CA	88
Número de documentos publicados	88
Demora média para verificação pelo GCQ (dias)	22
Demora média para homologação (dias)	45

Quadro 20: indicadores associados ao projeto de gestão documental

Projeto SINAS

Em 2014 o Gabinete da Qualidade assumiu a coordenação dos projetos SINAS, da Entidade Reguladora da Saúde, que inclui tanto o apoio e coordenação da recolha de dados, como a receção e análise de relatórios e consequentes definições de sugestões de ações corretivas e/ou de melhoria (sempre que possível, também integradas no Programa de Gestão da Qualidade e Segurança).

No Global, são várias as áreas de participação do CHMA:

Excelência Clínica

- AVC Famalicão e Santo Tirso (Área de Neurologia/Medicina);
- EAM Famalicão e EAM Santo Tirso (Área de Cardiologia/Medicina);
- Cirurgia de ambulatório Famalicão;
- Cuidados neonatais (área de Pediatria);
- Pneumonia (área de Pediatria).

Checklists de Avaliação Organizacional

- Segurança do doente;
- Focalização no utente;
- Adequação e conforto das instalações;
- Satisfação dos utentes.

No que concerne ao programa de Excelência Clínica, há outros projetos que seria importante o CHMA aderir, a saber:

- Artroplastias Totais da Anca e Joelho (área de Ortopedia – já recolheu dados inicialmente, mas não tem tido continuidade),

- Tratamento Cirúrgico de Fratura Proximal do Fémur (área de Ortopedia – já recolheu dados inicialmente, mas não tem tido continuidade),
- Cirurgia do Cólon (área de Cirurgia Geral),
- Histerectomias (área de Ginecologia),
- Partos e Cuidados Pré-Natais (área de Obstetrícia),
- Tromboembolismo Venoso no Internamento (área Transversal),
- Avaliação da Dor Aguda (área Transversal),
- Cirurgia de ambulatório (alargamento para Santo Tirso).

Plano de melhoria da qualidade e relatório da qualidade da DGS

O Despacho n.º 3635/2013 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, de 7 de março, prevê a criação das Comissões de Qualidade e Segurança e a existência de plano de ação anual e relatório anual relativos às iniciativas de qualidade e segurança; o Despacho 5613/2015 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, de 27 de maio, aprova a Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde 2015-2020 e define a integração do plano anual referido no Contrato-Programa das Instituições. O CHMA procura dar resposta a este plano e para esse efeito integra-o no Programa de Gestão da Qualidade e Segurança interno, mais abrangente e com um maior número de ações, decorrentes então das necessidades identificadas localmente.

Projeto de Gestão do Risco, Clínico e Não Clínico

Foi publicado o relatório nacional sobre a Avaliação da Cultura de Segurança de 2014. Na sequência da publicação do Despacho 1400-A/2015, que define o Plano Nacional de Segurança do Doente 2015-2020 e dos respetivos Objetivos Estratégicos, por ser considerado um documento de grande relevo e importância para todos os colaboradores, o grupo da qualidade e grupo do risco elaboraram um pequeno livro, com o apoio do Gabinete de Relações Públicas, com os principais conceitos e objetivos, tornando assim mais apelativo a uma leitura e assunção por todos os profissionais.

Sistema de Notificação de Incidentes

Deu-se início à divulgação formal, em janeiro de 2015, em sessão na Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, do aplicativo informático parametrizado durante 2014.

Iniciou-se nesse seguimento um período de testes, que originou mais alterações e solicitações à empresa responsável pelo *software*. Devido à solicitação destas alterações, a disponibilização do aplicativo ao CHMA sofreu um atraso.

Simultaneamente foi efetuada formação onde já foi explicado o funcionamento específico da plataforma de notificação, bem como foi explicado o Circuito de Notificação e Tratamento de Incidentes e Eventos Adversos, apto a entrar em funcionamento no início de janeiro de 2016.

Articulação com o gabinete de Relações Públicas

O gabinete de gestão da qualidade, com vista a uma melhoria da imagem corporativa, e procurando melhorar circuitos de comunicação e marketing, tem trabalhado de forma próxima com o Gabinete de Relações Públicas, sendo que muitos dos documentos informativos, elaborados, em elaboração, e já finalizados, derivam de trabalho de cooperação entre gabinete de gestão da qualidade e gabinete de relações públicas.

Avaliação da satisfação dos utentes e profissionais

Avaliação da satisfação dos utentes

A Avaliação da Satisfação e Qualidade Apercebida dos Utesntes do CHMA já se realiza de forma sistemática, anualmente, desde 2009.

Fruto de análise e reflexão interna, algumas das questões foram revistas, tendo-se retirado algumas e incluído outras, por se considerar que seriam de maior utilidade para a identificação de oportunidades de melhoria.

Também as áreas avaliadas têm aumentado gradualmente. Em 2015, da mesma forma que no ano anterior, foram 5 as áreas avaliadas: Internamento desde 2009; Urgência desde

2009; Consulta Externa desde 2011; Cirurgia de Ambulatório desde 2012; MCDT com início em 2014.

Esta avaliação foi realizada durante o 2.º trimestre de 2015, com recurso a 1815 chamadas telefónicas, tendo obtido resposta de 872 utentes que vieram ao Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE, durante o 1.º Trimestre de 2015.

Realizaram-se inquéritos sobre Serviço de Urgência (156 respostas), Consulta Externa (135 respostas), Cirurgia de Ambulatório (177 respostas), Internamento (260 respostas) e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (144 respostas), abrangendo ambas as Unidades do Centro Hospitalar.

As questões abrangeram aspetos que incluíram:

- 🌀 Organização (funcionamento, tempos de espera, informações, resolução de reclamações, entre outros);
- 🌀 Atendimento dos profissionais;
- 🌀 Instalações (conforto, limpeza, privacidade, entre outros);
- 🌀 Alimentação; e,
- 🌀 Visitas.

Inclui ainda outros aspetos mais globais (qualidade percebida, satisfação global, lealdade, imagem, entre outros).

Na análise dos resultados dos vários inquéritos, constataram-se globalmente valores elevados, das percentagens de “BOM” e “EXCELENTE”, e dos indicadores, pela média ponderada. A tendência, relativamente a 2013, foi também maioritariamente de subida.

Valor Médio das percentagens de “Bom”+“Excelente”

- 🌀 Consulta: 75,01%
- 🌀 Urgência: 79,40%
- 🌀 Internamento: 84,47%
- 🌀 Cirurgia de ambulatório: 90,01%
- 🌀 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica: 78,15%

Na análise comparativa entre os vários inquéritos, a maior satisfação é proporcionada pela na Cirurgia de Ambulatório e a menor pela Consulta Externa. O Serviço de Urgência aumentou consideravelmente a satisfação dos utentes de 2014 para 2015.

Numa análise genérica, as dimensões com os resultados mais baixos resultam sobretudo de aspetos organizacionais (funcionamento da consulta, triagem na urgência, marcação de exames e tempo de espera nos exames e tratamentos). Os aspetos relacionais apresentam globalmente dos valores mais elevados. Verificam-se também valores elevados nas dimensões de QUALIDADE, LEALDADE e SATISFAÇÃO. A resolução de reclamações continua com os valores de satisfação mais reduzidos, sobretudo no que se refere à forma como a reclamação foi resolvida. Salienta-se no entanto que as questões relativas a resolução de reclamações foram dirigidas unicamente aos respondentes que já reclamaram, pelo que a amostra é bastante reduzida.

A dimensão dos inquéritos era considerável (33 a 51 questões mais os aspetos sociodemográficos), mas ainda assim a taxa de adesão e resposta foi considerável por parte dos utentes, com variações entre os 45% e os 65%.

Isto demonstra abertura e colaboração por parte dos utentes, provavelmente pela confiança e crença de que o CHMA se esforçará por dar resposta às áreas de oportunidade identificadas.

Avaliação da satisfação dos profissionais

O Gabinete da Qualidade, em conjunto com o Grupo Coordenador da Qualidade, e após devidamente autorizado pelo Conselho de Administração, lançou um inquérito para avaliar a satisfação e motivação dos colaboradores do CHMA.

Para além de ser um requisito do programa de acreditação em curso, esta avaliação pretende:

- Conhecer o grau de satisfação dos profissionais do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.;
- Identificar oportunidades de melhoria na organização;
- Avaliar o progresso relativamente a avaliações anteriores;

- Obter um padrão comparativo para avaliações futuras.

No desenvolvimento e implementação de sistemas da qualidade, é fundamental a existência de medidas objetivas, periódicas, que permitam aferir o *status quo* e identificar oportunidades de melhoria. A Avaliação da Satisfação dos profissionais do CHMA pretendeu identificar oportunidades de melhoria no CHMA e avaliar se, relativamente a inquéritos anteriores, existe evolução.

O n.º de respostas (150), foi bastante reduzido, não chegando a 15% da população do CHMA. Isto dificulta uma extrapolação de dados, devendo a análise dos dados ter em conta essa condição. Deve no entanto ser alvo de preocupação o baixo nível de participação dos colaboradores.

O Inquérito foi realizado online, em plataforma web com acesso pelo portal interno (sharepoint) da Acreditação. Os dados foram exportados para Excel, onde se fez o tratamento de dados.

O questionário foi adaptado do Common Assessment Framework (CAF) e era constituído por 6 Dimensões: Opinião sobre o CHMA, Chefia Hierárquica, Gestão de Topo, Clima Organizacional, Condições de Trabalho, Níveis de Motivação.

- IMAGEM DO CHMA. O nível de satisfação mais elevado refere-se á satisfação por trabalhar no CHMA (60% >= Satisfeito e 69,6% média ponderada) e o mais baixo é relativo à satisfação no envolvimento nos processo de tomada de decisão (28,7% >= Satisfeito e 52,8% média ponderada), existindo outros também com valores reduzidos, nomeadamente Organização Global do CHMA (29,3% / 56,5%) e Nível de Conhecimento sobre os Objetivos do CHMA (32,7% / 52,4%).

- CHEFIA HIERÁRQUICA. O nível de satisfação mais elevado refere-se á facilidade de comunicação com a chefia hierárquica (76% >= Satisfeito e 78,0% média ponderada) e os mais baixos são relativos à forma como a chefia hierárquica recompensa esforços individuais e esforços de equipa (45,3% >= Satisfeito e 61,9% média ponderada e 44,7% >= Satisfeito e 60,8% média ponderada, respetivamente).

- GESTÃO DE TOPO. O nível de satisfação mais elevado, refere-se a Facilidade de Comunicação com o CA (34% >=Satisfeito e 50,1% média ponderada) e os mais

baixos são relativos à forma como o CA recompensa esforços individuais e esforços de equipa (20% >=Satisfeito e 42,1% média ponderada e 19,3% >=Satisfeito e 42,5% média ponderada, respetivamente).

- CLIMA ORGANIZACIONAL. O nível de satisfação mais elevado refere-se ao ambiente de trabalho (68% >= Satisfeito e 71,6% para a média ponderada) e o mais baixo é relativo à satisfação com oportunidades de progressão e promoção na carreira (18,7% >= Satisfeito e 41,3% média ponderada).
- CONDIÇÕES DE TRABALHO. O nível de satisfação mais elevado refere-se a condições de higiene (60,0% >= Satisfeito e 67,5% média ponderada) e o mais baixo é relativo à satisfação com serviços de alimentação (30% >= Satisfeito e 47,3% média ponderada).
- MOTIVAÇÃO. Os níveis de motivação são elevados, em todos os indicadores: Aprender novos métodos de trabalho; Desenvolver trabalho em equipa; Participar em ações de formação; e, Participar em projetos de mudança na organização.

A implementação do Programa de Acreditação Organizacional pelo CHMA tem procurado contribuir para a melhoria dos aspetos organizacionais identificados (seja no que se refere a imagem e perceção, seja no que se refere à informação ao utente, e gestão dos tempos de espera), mas temos a perceção do longo caminho ainda a percorrer.

Sistemas de Informação

A gestão das infra-estruturas tecnológicas é realizada recorrendo à equipa de sistemas e redes interna sem apoio de qualquer entidade externa, e pretendeu no ano 2015 dar continuidade e solidez aos objectivos traçados no ano anterior.

Desde de Outubro 2013, o CHMA fez uma aposta clara no SClínicoH, abdicando de outros sistemas clínicos existentes. É opinião generalizada no CHMA que foi uma aposta ganha, pelo que do ponto de vista estratégico é para dar continuidade ao projeto e colaborar ativamente no seu contínuo desenvolvimento. Tal como até aqui, o CHMA pretende estar na linha da frente deste processo de mudança no SNS.

Existem planos de contingência e redundância para a maioria dos sistemas, nunca colocando em causa a continuidade dos serviços. Contudo existem outros que devido à sua

complexidade (requer intervenção externa), custo de aquisição e de manutenção, não temos atualmente possibilidade de garantir do ponto de vista tecnológico a sua continuidade, como por exemplo o caso do SONHO.

O CHMA reconhece a vantagem e necessidade de efetuar uma integração direta dos resultados dos diversos MCDT externos (públicos ou privados), como por exemplo os resultados da Anatomia Patológica. Nesse sentido, tem sido realizado um esforço no sentido de desenvolver uma ferramenta que de uma forma automatizada receba e disponibilize os resultados aos clínicos de uma forma segura. Pretende-se que esta plataforma ganhe dimensão e possa futuramente integrar todos os resultados de MCDT externos e internos. Nesse sentido procedeu-se a uma atualização significativa, quer de infraestrutura quer aplicacional, no PACS. Esta atualização permitiu de imediato a disponibilização interna de imagens e relatórios de imagiologia através do processo clínico eletrónico. E, a médio prazo, a disponibilização na PDS. Está preconizado também incluir neste sistema de arquivo clínico os resultados de MCDT, com especial destaque os de anatomia patológica.

Estamos atualmente em processo de reformulação do Portal Externo do CHMA, onde vão ficar disponíveis um conjunto de serviços para o utente por forma a evitar deslocações desnecessárias ao CHMA, informações úteis, etc. O utente deve estar no centro do SNS, pelo que o CHMA tem como objetivo efetuar uma aproximação e aumentar os pontos de contacto dos utentes com o SNS, neste caso com o CHMA.

Internamente temos por objetivo a melhoria contínua dos serviços de atendimento prestados aos utentes, nesse sentido pretendemos uma consolidação dos sistemas de agendamento por forma a disponibilizar um ponto único de atendimento, ou seja, um Balcão Único de atendimento. Pretendemos ainda modernizar o sistema telefónico por forma a facilitar a interação dos utentes com o CHMA facilitando o encaminhamento automático de chamadas evitando assim tempos de espera elevados.

Julgamos assim ser capazes de fornecer um serviço com mais qualidade, mais rápido e integrado aos utentes, podendo inclusive retirar ganhos de produtividade pela organização

e sincronização dos diversos atos médicos que um utente tem de fazer em diversos departamentos, sem esquecer a comodidade e conforto para o utente.

Após a finalização do Portal Externo, pretendemos migrar o Portal da Intranet para uma nova versão da tecnologia subjacente com mais e melhores conteúdos, tornado o Portal um sítio de interesse e divulgação de informação relevante para todos os profissionais do CHMA, bem como aumentar o número de serviços disponibilizados.

No que diz respeito à gestão documental, a aposta do CHMA desde 2008 tem sido na solução lportalDoc, e que pretendemos não só manter como alargar o seu uso à maioria dos colaboradores. Irá ainda ser equacionado o aumento da abrangência da solução para outras áreas onde possa fazer sentido.

A estratégia de inovação tecnológica passa por duas vertentes:

- 🔄 Por um lado a continua migração dos sistemas obsoletos para novas versões com novas funcionalidades que deem resposta às necessidades sentidas pelos profissionais.
- 🔄 Por outro lado, estamos numa procura contínua de projetos que possam de uma forma clara potenciar e facilitar os cuidados prestados ao utente. Neste conceito encaixam-se projetos tecnológicos do âmbito clínico, administrativo ou mesmo com uma vertente de gestão de topo.

O CHMA também está alinhado com os objetivos nacionais da tutela nomeadamente:

- 🔄 Universalização do Processo Clínico Eletrónico;
- 🔄 100% Prescrição eletrónica intra e extra hospitalar;
- 🔄 Migração do e-mail institucional para a *cloud* do SNS, integrando o piloto gerido pelos SPMS;
- 🔄 Utilização universal da PDS e disponibilização de dados de saúde. Por entendermos que a comunicação e partilha de dados com outras instituições de cuidados de saúde, em especial com os cuidados de saúde primários é fundamental, será dada especial atenção ao Incremento de integração com a PDS e outros sistemas da SPMS.

Evolução da situação económico-financeira

A análise dos indicadores apresentados traduz a evolução dos resultados do CHMA de 2013 ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2015. A sua leitura deverá ser complementada com as Demonstrações Financeiras e respetivos Anexos, incluídos no presente relatório.

Os resultados líquidos são negativos, bem como o EBITDA.

Os resultados operacionais, apesar de manterem a tendência negativa, registam uma ligeira recuperação face ao ano transato auxiliado pela estabilização dos custos e pela recuperação dos proveitos operacionais em 2,46%, invertendo o movimento registado em 2014.

Ainda assim a recuperação nos proveitos operacionais não foi suficiente para atingir os valores propostos para o ano de 2015 devido, por um lado, à quebra de produção face ao estimado nas Adendas ao Contrato-Programa, que associada ao aumento dos custos nas grandes rubricas que compõem os gastos operacionais – custo com as matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e custos com o pessoal – conduziram os resultados operacionais a valores negativos.

Rubricas	2013	2014	2015				Em euros (€)
			Realizado	Previsto	Desvio		
Proveitos Operacionais	41.515.076,05	40.584.033,88	41.584.310,92	43.772.196,24	-2.187.885,32	-5,00%	
Gastos Operacionais	48.177.783,09	48.190.099,24	48.733.579,46	43.554.339,15	5.179.240,31	11,89%	
Resultado Operacional	-6.662.707	-7.606.065	-7.149.269	217.857	-7.367.126	-3382%	
Proveitos Financeiros	272.923,48	4.239,58	5.337,12	4.500,00	837,12	18,60%	
Custos Financeiros	10.313,13	6.481,95	7.271,22	5.550,00	1.721,22	31,01%	
Resultado Financeiro	262.610	-2.242	-1.934	-1.050	-884	84,20%	
Proveitos Extraordinários	1.512.409,91	979.655,65	753.563,12	250.000,00	503.563,12	201,43%	
Custos Extraordinários	882.406,63	170.402,69	11.458,25	0,00	11.458,25	100,00%	
Resultado Extraordinário	630.003,28	809.252,96	742.104,87	250.000,00	492.104,87	196,84%	
Imposto sobre o rendimento	28.045,98	8.233,43	7.760,79	0,00	7.760,79	0,00%	
Resultado Líquido do Exercício	-5.798.139,39	-6.807.288,20	-6.416.858,56	466.807,09	-6.883.665,65	1474,63%	
EBITDA	-4.201.076,52	-5.469.252,86	-5.262.464,75	1.509.830,13	-6.772.294,88	-448,55%	

Quadro 21: situação económico-financeira

Os resultados financeiros, que em 2013 registaram valores positivos, em virtude do perdão de juros vencidos e não pagos relativos ao Fundo FASP-SNS, por aplicação do

Despacho nº 14181- A/2013, de 4 de Novembro, em 2015 registam novamente valores negativos, mas mantendo os valores pouco expressivos, como verificado em 2014.

Os resultados extraordinários mantêm-se positivos, em resultado de correções relativas a exercícios anteriores por correções a custos e transferências de capital inerentes a projetos de investimento co-financiados e em resultado dos créditos obtidos no âmbito do Acordo Apifarma 2015 celebrado com a indústria farmacêutica.

Proveitos operacionais

Rubricas	2013	2014	2015				Em euros (€)
			Realizado	Previsto	Desvio		
Vendas e prestações de serviços	40.626.291,90	38.939.922,12	40.652.555,06	43.252.196,24	-2.599.641,18	-6,01%	
Proveitos suplementares	58.139,75	61.910,42	61.829,92	70.000,00	-8.170,08	-11,67%	
Transferências e subsídios	15.521,26	81.745,37	46.212,64	0,00	46.212,64	100,00%	
Outros proveitos operacionais	815.123,14	1.500.455,97	823.713,30	450.000,00	373.713,30	83,05%	
Total Proveitos e Ganhos Operacionais	41.515.076,05	40.584.033,88	41.584.310,92	43.772.196,24	-2.187.885,32	-5,00%	

Quadro 22: proveitos operacionais

No que diz respeito aos proveitos operacionais, verificam-se valores muito superiores aos orçamentados no que diz respeito a transferências e subsídios e outros proveitos operacionais. Contudo, estes não foram suficientes para colmatar o desvio negativo das vendas e prestações de serviços. O peso de 98% destas no total de receitas do CHMA conduziram a que o total dos proveitos e ganhos operacionais ficassem 5% abaixo do estimado para o ano de 2015.

Ainda assim, ressalva-se a recuperação ocorrida nas vendas e prestação de serviços quando comparadas com o período homólogo.

As prestações de serviços por linhas de produção podem ser observadas no quadro seguinte, com evolução de 2013 a 2015 e comparativamente ao orçamento.

Observa-se uma diminuição de proveitos face ao previsto, sendo que os GDH de ambulatório representam o maior desvio. As taxas moderadoras ficam abaixo do valor previsto no orçamento para o ano findo muito por causa do aumento da prestação de serviços a utentes isentos e da dificuldade de cobrança das mesmas. Neste âmbito destaca-se o DL nº 61/2015, de 22 de Abril, que veio alargar a isenção das taxas moderadoras dos menores dos 12 para os 18 anos de idade.

Os proveitos com os quartos particulares também registam uma diminuição face ao esperado, já que a sua utilização ao longo do ano foi suspensa para fazer face à necessidade da sua utilização para internamento de doentes em regime de enfermaria.

Rubricas	Em euros (€)					
	2013	2014	2015		Desvio	
			Realizado	Previsto		
Internamento	18.833.755,98	17.007.606,67	17.818.525,98	17.256.538,63	561.987,35	3,26%
Consultas Externas	7.073.644,23	6.562.705,78	6.874.076,60	6.966.613,47	-92.536,87	-1,33%
Urgências	5.949.758,00	5.805.431,13	6.229.632,90	6.241.452,50	-11.819,60	-0,19%
Quartos Particulares	177.892,70	180.174,75	128.955,64	179.550,00	-50.594,36	-28,18%
Hospital de Dia	269.922,56	318.548,74	285.562,74	278.214,28	7.348,46	2,64%
MCDT	40.789,10	80.557,40	104.619,97	110.800,00	-6.180,03	-5,58%
Taxas Moderadoras	1.084.338,90	1.272.029,45	1.177.443,07	1.417.500,00	-240.056,93	-16,94%
GDH de Ambulatório	4.750.120,39	3.795.051,42	4.954.319,92	7.452.470,38	-2.498.150,46	-33,52%
Outras Prestações de Serviços	2.446.070,04	3.917.816,78	3.079.418,24	3.349.056,98	-269.638,74	-8,05%
Total	40.626.291,90	38.939.922,12	40.652.555,06	43.252.196,24	-2.599.641,18	-6,01%

Quadro 23: proveitos operacionais por linhas de atividade

Prestações de serviços por entidade financeira responsável

No ano de 2015 a produção no âmbito do Contrato Programa para o SNS tem um peso de 95% da produção total realizada no CHMA. Relativamente ao ano anterior verifica-se um agravamento da dependência do SNS de 1 ponto percentual.

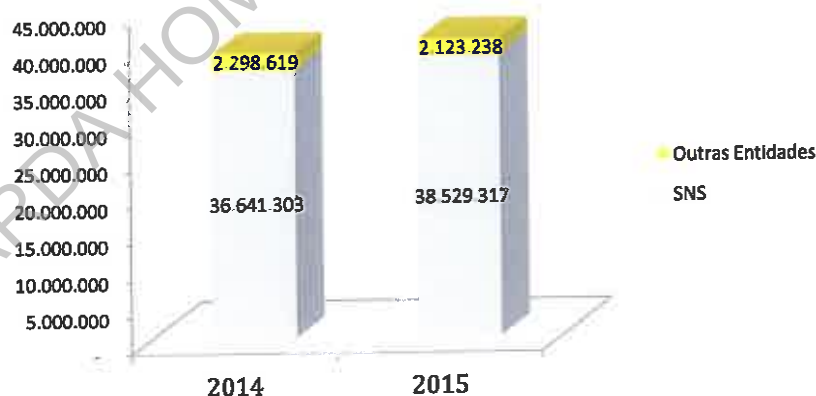


Figura 3: proveitos por entidade financeira responsável

Custos operacionais

Rubricas	Em euros (€)					
	2013	2014	2015			
			Realizado	Previsto	Desvio	
Custo das matérias consumidas	7.508.191,69	7.587.911,08	8.228.327,56	6.937.307,02	1.291.020,54	18,61%
Fornecimentos e serviços externos	8.351.084,97	8.757.634,60	9.309.754,07	6.332.889,90	2.976.864,17	47,01%
Custo com pessoal	30.729.425,81	30.497.200,04	29.784.937,78	29.231.119,19	553.818,59	1,89%
Outros Custos operacionais	20.063,73	17.551,61	263.927,03	10.000,00	253.927,03	2539,27%
Amortizações	1.569.016,89	1.329.801,91	1.034.321,42	1.043.023,04	-8.701,62	-0,83%
Provisões	0,00	0,00	112.311,60	0,00	112.311,60	0,00%
Total Custos e Perdas Operacionais	48.177.783,09	48.190.099,24	48.733.579,46	43.554.339,15	5.179.240,31	11,89%

Quadro 24: custos operacionais

Os custos operacionais registam um crescimento face ao período homólogo de 1,13%. Apesar da diminuição dos custos com pessoal, o aumento muito significativo do custo das matérias consumidas justifica a maior parte desta subida. Em menor escala, contribuem também para a evolução negativa os “outros custos operacionais” e a constituição de provisões para possíveis gastos com processos judiciais em curso.

Quando analisados os valores face ao orçamento, o custo das matérias consumidas a par com os gastos em fornecimentos e serviços externos revelam-se os grandes responsáveis pelo desvio verificado. Em termos relativos os “outros custos operacionais” registam o maior desvio face ao orçamento. O destaque nesta rubrica vai para a assunção como custo dos Pagamentos Especiais por Conta realizados antes de 2011 que se encontravam no ativo, dada a sua irrecuperabilidade, no valor de 248.976€. Relativamente ao custo das matérias consumidas deverá ser tido em devida conta e assumido como uma ressalva que os créditos obtidos no Âmbito do Apifarma 2015, que totalizam 411.804,50€ não se encontram reflectidos nesta rubrica mas sim registados como um proveito, o que de certa forma sobreavalia os custos das matérias consumidas.

Matérias consumidas

Descrição	Em euros (€)					
	2013	2014	2015			
			Realizado	Previsto	Desvio	
Matérias de Consumo	7.508.191,69	7.587.911,08	8.228.327,56	6.937.307,02	1.291.020,54	18,61%
Produtos Farmacêuticos	4.917.786,99	5.122.162,37	5.657.704,83	4.492.298,81	1.165.406,02	25,94%
Medicamentos	3.674.132,38	3.988.054,39	4.368.941,82	3.380.593,81	988.348,01	29,24%
Reagentes e prod diagnóstico rápido	1.184.880,22	1.080.272,75	1.231.190,34	1.052.800,00	178.390,34	16,94%
Outros produtos Farmacêuticos	58.774,39	53.835,23	57.572,67	58.905,00	-1.332,33	-2,26%
Material de consumo clínico	2.167.635,17	2.092.230,81	2.180.730,32	2.076.000,00	104.730,32	5,04%
Produtos alimentares	1.572,63	1.741,09	2.027,41	1.504,50	522,91	34,76%
Material de consumo hoteleiro	176.853,99	159.318,42	166.431,83	158.027,97	8.403,86	5,32%
Material de consumo administrativo	165.521,66	158.621,29	159.676,24	160.142,47	-466,23	-0,29%
Material de manutenção e conservação	78.821,25	53.837,1	61.756,93 €	49.333,27	12.423,66	25,18%

Quadro 25: custos com matérias consumidas

O orçamento em matérias consumidas para 2015 apresenta uma redução de 8,6% face aos consumos registados em 2014, o que trouxe dificuldades acrescidas para o cumprimento dos objetivos fixados.

A maioria das matérias consumidas registou valores acima do orçamento, sendo que apenas os custos com outros produtos farmacêuticos e o material de consumo administrativo conseguiram manter-se aquém dos valores estimados.

O consumo com medicamentos mantém a tendência de crescimento face aos valores estimados, registando para este ano valores 29% acima do previsto. Os consumos com reagentes situam-se também acima do previsto em 17%.

Consumo de medicamentos por área de atividade

Descrição	2013	2014	2015	Em euros (€)	
				Var % 2015/2014	Var % 2015/2013
Internamento /Consulta / Urgência	1.107.290,01	1.014.261,14	1.211.000,99	19,40%	9,37%
Hospital de Dia de Oncologia	798.051,60	1.119.514,61	1.408.831,97	25,84%	76,53%
Dispensa Gratuita em ambulatório	1.263.022,11	1.293.631,10	1.335.892,85	3,27%	5,77%
Outros	505.769,16	560.647,54	413.216,01	-26,30%	-18,30%
Total	3.674.132,88	3.988.054,39	4.368.941,82	9,55%	18,91%

Quadro Z6: custos com medicamentos por área de atividade

O aumento de consumo de medicamentos é transversal a todas as áreas clínicas, sendo que o hospital de dia de oncologia continua com a maior variação de crescimento.

Consumo de medicamentos por grupos terapêuticos

A análise dos consumos de 2015 por grupo fármaco-terapêutico revela um aumento nos encargos com medicamentos antivíricos, analgésicos e antipiréticos, hormonas e anti-hormonas, imunomoduladores e corretivos de volémia.

Os imunomoduladores continuam a ser o grupo fármaco-terapêutico com o maior peso nos consumos totais (45,08%), apesar disso conseguiram diminuir a variação registada em 2014. O grupo "Outros", que inclui algum material de penso e gases medicinais, com peso nos consumos totais de 17,18%, registou um aumento nos seus consumos em 4,48%. No grupo dos Antivíricos, 3º grupo com peso mais significativo no consumo total (8,76%),

registrou-se um aumento significativo na despesa (24,25%), comparativamente com o ano anterior. Os corretivos de volémia, 4º grupo com maior peso no total de consumos (6,21%) registaram um aumento de 38,74%.

Descrição	2013	2014	2015	Peso	Em euros (€)	
					Var % 2015/2014	Var % 2015/2013
Antibacterianos	186.668,74	177.590,59	158.238,74	3,62%	-10,90%	-15,23%
Antiviricos	352.087,73	307.885,31	382.545,23	8,76%	24,25%	8,65%
Analgésicos e antipiréticos	32.219,97	30.755,07	35.960,14	0,82%	16,92%	11,61%
Anticoagulantes e anti trombóticos	147.996,57	138.455,55	150.450,89	3,44%	8,66%	1,66%
Anti - hemorrágicos	23.369,19	41.619,52	31.956,87	0,73%	-23,22%	36,75%
Factores estimulantes da hematopoiese	9.928,04	12.102,27	10.158,37	0,23%	-16,06%	2,32%
Citotóxicos	90.242,89	58.953,31	48.797,76	1,12%	-17,23%	-45,93%
Hormonas e anti - hormonas	36.784,37	39.893,86	47.677,14	1,09%	19,51%	29,61%
Imunomoduladores	1.330.643,84	1.737.988,57	1.969.558,55	45,08%	13,32%	48,02%
Imunoglobulinas	93.065,23	100.212,62	102.834,45	2,35%	2,62%	10,50%
Correctivos de volémia	210.980,81	195.554,68	271.305,15	6,21%	38,74%	28,59%
Anestésicos	122.379,34	103.077,66	87.532,57	2,00%	-15,08%	-28,47%
Nutrição	63.933,49	50.597,26	64.727,29	1,48%	27,93%	1,24%
Psicofarmacos	188.266,58	215.580,74	204.993,18	4,69%	-4,91%	8,88%
Contraste radiológico	52.232,03	59.323,16	51.563,87	1,18%	-13,08%	-1,28%
Outros	733.333,56	718.464,22	750.641,62	17,18%	4,48%	2,36%
Total	3.674.132,38	3.988.054,39	4.368.941,82	100,00%	9,55%	18,91%

Quadro 27: medicamentos consumidos por grupo terapêutico

Fornecimentos e serviços externos

Rubricas	2013	2014	2015			
			Realizado	Previsto	Desvio	
Subcontratos	2.581.116,50	3.633.522,64	3.835.843,32	1.570.963,53	2.264.879,79	144,17%
Meios Complementares de Diagnóstico	1.469.025,08	1.409.705,42	1.708.991,89	910.318,63	798.673,26	87,74%
Meios Complementares de Terapêutica	418.602,67	450.615,93	376.373,25	319.350,74	57.022,51	17,86%
Internamento e Transporte de Doentes	421.003,48	1.773.170,29	1.750.478,18	341.294,16	1.409.184,02	412,89%
Outros Trabalhos executados no exterior	272.485,27	31,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	2.581.116,50	3.633.522,64	3.835.843,32	1.570.963,53	2.264.879,79	144,17%
Fornecimentos e serviços	5.769.968,47	5.124.111,96	5.473.910,75	4.761.926,37	711.984,38	14,95%
Fornecimentos e serviços I	1.301.683,05	1.267.087,52	1.207.820,20	1.272.101,29	-64.281,09	-5,05%
Rendas e Aluguéis	352.821,23	355.163,55	396.871,79	333.884,45	62.987,34	18,87%
Fornecimentos e serviços II	1.563.304,67	1.291.055,97	1.075.436,43	1.135.294,25	-59.857,82	-5,27%
Honorários	1.466.891,28	1.203.190,07	976.137,18	1.046.935,76	-70.798,58	-6,76%
Fornecimentos e serviços III	2.796.069,26	2.479.059,06	3.108.050,06	2.327.728,46	780.321,60	33,52%
Trabalhos especializados	1.776.681,92	1.675.092,57	1.975.978,37	1.634.240,30	341.738,07	20,91%
Serviços técnicos de recursos humanos	394.098,76	253.777,99	418.991,94	163.450,26	255.541,68	156,34%
Outros Fornecimentos e Serviços	108.911,49	86.909,41	82.604,06	26.802,37	55.801,69	208,20%
Total	5.769.968,47	5.124.111,96	5.473.910,75	4.761.926,37	711.984,38	14,95%
Total FSE	8.351.084,97	8.757.634,60	9.309.754,07	6.332.889,90	2.976.864,17	47,01%

Quadro 28: custos com FSE

Nos Fornecimentos e Serviços Externos são os subcontratos que mais pressionam no desvio registado face ao orçamento para 2015. Em termos absolutos o seu desvio é de 2.264.879,79€, o que corresponde a um peso de 76% dos desvios totais.

De fato, todas as rubricas que compõem os subcontratos registam valores acima do esperado, sendo que o internamento e transporte de doentes representam 45% do valor total registado. O crescimento verificado nesta rubrica é justificado pelos encargos assumidos com doentes operados em convenções com o SNS no âmbito do SIGIC.

Excluindo os subcontratos os fornecimentos e serviços externos registam um desvio de quase 15% face ao orçamento. É de ressaltar que os fornecimentos e serviços externos I e II registam valores abaixo do estimado. Recorde-se que são nestas rubricas que estão espelhados os consumos de água, eletricidade, combustíveis e telecomunicações. Para além disso os custos com honorários mantêm a tendência de descida observada em 2014 registando assim um valor inferior ao previsto em 6,76%.

Em oposição regista-se o crescimento dos custos com serviços técnicos de recursos humanos registados nos fornecimentos e serviços externos III, valores estes que comportam a contratação de serviços médicos e de empresas de serviços especializados.

Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal foram ajustados pela aplicação da redução remuneratória decorrente do artigo 2º da Lei nº 75/2014 de 12 de Setembro. Os custos com o pessoal continuam a considerar a redução de 5% na remuneração dos membros da administração nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010.

No ano de 2015 há uma diminuição no custo total das remunerações quando comparado com o ano anterior, sendo que a rubrica que regista a diferença mais significativa é o encargo com as pensões (uma variação de cerca de -82,92%).

Também quando comparados com os valores estimados, os custos registados com pensões marcam a diferença pela positiva. Apesar disso, o desvio favorável de 81,97% nesta rubrica não é suficiente para colmatar os restantes desvios desfavoráveis conduzindo a que os valores globais de custos com pessoal registem valores acima do orçamentado em 1,89%.

Em euros (€)

Rubricas	2013	2014	2015		Desvio	
			Realizado	Previsto		
Remunerações Órgãos Diretivos	354.117,76	308.403,72	254.548,85	335.000,00	-80.451,15	-24,02%
Remunerações de Pessoal	24.701.222,36	23.872.473,10	23.739.504,73	23.339.973,10	399.531,63	1,71%
Remunerações Base do Pessoal	17.334.761,80	16.884.033,63	16.940.829,56	16.455.052,97	485.776,59	2,95%
Regime função pública	9.440.874,92	8.724.850,90	8.473.705,37	8.573.966,28	-100.260,91	-1,17%
Contrato a termo certo	1.103.466,18	1.219.998,57	1.266.490,62	1.053.819,94	212.670,68	20,18%
Contrato individual de trabalho	6.740.191,42	6.855.012,97	6.964.481,34	6.784.034,43	180.446,91	2,66%
Pessoal em outra situação	50.229,28	84.171,19	236.152,23	43.232,32	192.919,91	446,24%
Suplementos de Remunerações	4.503.401,11	3.911.295,29	3.797.674,64	3.953.245,87	-155.571,23	-3,94%
Trabalho Extraordinário	1.504.174,68	1.452.893,19	1.428.954,12	1.338.002,03	90.952,09	6,80%
Horas Extraordinárias	1.382.795,88	1.328.555,37	1.315.887,26	1.234.223,00	81.664,26	6,62%
Prestações Sociais Diretas	27.739,22	25.086,11	25.911,80	26.216,74	-304,94	-1,16%
Subsídio de Férias e de Natal	2.835.320,23	3.052.058,07	2.975.088,73	2.905.457,52	69.631,21	2,40%
Pensões	131.368,39	263.885,06	45.072,81	250.000,00	-204.927,19	-81,97%
Encargos sobre Remunerações	5.360.160,50	5.675.186,50	5.496.495,04	4.958.662,90	537.832,14	10,85%
Seguros de acidentes trabalho	57.210,01	59.338,07	82.661,27	64.054,99	18.606,28	29,05%
Outros Custos com Pessoal	125.346,79	317.913,59	166.655,08	283.428,20	-116.773,12	-41,20%
Total	30.729.425,81	30.497.200,04	29.784.937,78	29.231.119,19	553.818,59	1,89%

Quadro 29: custos com pessoal

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO D

Situação Financeira e Patrimonial
Balanço

Descrição	Em euros (€)			
	2013	2014	2015	Var 15/14
Activo				
Imobilizado Líquido	11.461.580,59	10.311.604,30	9.391.858,68	-8,92%
Activo Circulante	6.917.447,06	9.214.590,08	8.713.594,33	-5,44%
Acréscimos e Diferimentos	4.029.283,60	5.534.414,13	4.737.315,01	-14,40%
Total do Activo	22.408.311,25	25.060.608,51	22.842.768,02	-8,85%
Fundos Próprios e Passivo				
Total Fundos Próprios	-15.957.957,10	-6.065.245,30	-12.482.103,86	105,80%
Passivo				
Curto Prazo	32.161.151,51	24.765.950,60	29.700.398,04	19,92%
Acréscimos e Diferimentos	6.205.116,84	6.359.903,21	5.624.473,84	-11,56%
Total Fundos Próprios e Passivo	22.408.311,25	25.060.608,51	22.842.768,02	-8,85%

Quadro 30: Balanço

Apesar dos investimentos realizados desde a constituição do CHMA em 2007, de manutenção e conservação e requalificação das instalações existentes, de montante aproximado dos 15,6 M€, o imobilizado líquido diminuiu face ao registo de 2014.

No ativo circulante um dos destaques vai para a redução em -903.461,26€ das disponibilidades na conta do Tesouro. Em 2014 houve a seguinte circunstância excecional que transitoriamente conduziu ao aumento das disponibilidades na Conta do Tesouro: fruto do Despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Saúde, n.º 15476-B/2014, de 19 de Dezembro de 2014 foram recebidos 3.300.000€ no âmbito do aumento de capital. Dado que os 3.300.000€ foram recebidos muito perto do final do ano de 2014, e seguindo também as instruções do Despacho referido, só foi possível utilizar para pagamentos 932.000€, tendo a restante verba transitado para 2015 numa conta do IGCP. Ultrapassada esta circunstância excecional, em 2015 naturalmente as disponibilidades na conta do Tesouro regrediram.

Um outro destaque no ativo circulante vai para a redução em cerca de 500.000€ da aplicação de tesouraria em certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC), dada a redução das disponibilidades financeiras do CHMA. Por último e contrariando a tendência

de redução do ativo circulante é de sublinhar o aumento das dívidas de terceiros em 630.882,33€.

Acréscimos e diferimentos referem-se à estimativa do incentivo institucional, previsto no Contrato Programa em função do cumprimento dos objetivos de qualidade e eficiência, e a estimativa de produção SNS não faturada.

A variação nos capitais próprios é negativa fruto dos resultados líquidos do exercício negativos.

O passivo de curto prazo aumenta decorrente do agravamento das dívidas a fornecedores de conta corrente e com os adiantamentos de clientes, designadamente da ACSS, com saldo ainda não regularizado em consequência de algum atraso na validação da faturação.

Indicadores económico-financeiros

Descrição	Especificação	2013	2014	2015
Indicadores de financiamento				
Fundo de Maneio (€)	Activo circulante - Exigências de cp	-25.243.704,45	-15.551.360,52	-20.986.803,71
Cobertura do Imobilizado	Cap. Permanentes / Imobilizado Líquido	-1,39	-0,59	-1,33
Solvabilidade	Cap. Próprios / cap. Alheios	-0,42	-0,19	-0,35
Indicadores de Funcionamento				
Rotação do Ativo	Vendas + Prest de Serv / Activo	1,81	1,62	1,89
Permanência de stocks	(Existências / Mat. Cons.) * 365	30,94	30,81	51,60
Prazo médio de recebimentos	Saldo de Clientes / (vendas + Prest Serv) * 365	11,25	8,91	15,72
Prazo médio de pagamentos	(Saldo méd Forn / Compras) * 365	98,69	194,45	202,00
Indicadores de liquidez				
Liquidez geral	Activo Circul / Pass Circulante	0,22	0,37	0,29
Liquidez reduzida	(Act Circul - Exist) / Pass Circulante	0,20	0,34	0,26
Liquidez Imediata	(DO + Caixa) / Pass Circulante	0,08	0,20	0,12
Indicadores de Estrutura operacional				
Rendibilidade operacional	{Res. Operacionais / Vendas} * 100	-16,40	-17,59	0,50

Quadro 31: indicadores económico-financeiros

Nos indicadores de financiamento verifica-se uma deterioração da posição do CHMA, o que é indiciador de que, quer no curto quer no médio prazo, o CHMA atravessará dificuldades de financiamento.

No curto prazo o destaque vai para o indicador fundo de maneio que vê a sua evolução agravada devido, por um lado, à redução do ativo circulante e, por outro lado, ao aumento das exigências de curto prazo. No longo prazo, as dificuldades a caminho refletem-se no

rácio da cobertura do imobilizado e no rácio da solvabilidade. O primeiro traduz a importância dos capitais permanentes no financiamento do imobilizado, isto é, tem subjacente a ideia de que os investimentos de longo prazo devem ser financiados com capitais de longo prazo. Um valor abaixo de um é tido como um valor preocupante. Para 2015, à semelhança dos anos anteriores, o valor deste rácio não só é inferior a um, como é negativo. O rácio da solvabilidade é um dos rácios mais utilizados e serve para analisar a estrutura de capitais, ou seja, a relação entre capitais alheios e capitais próprios. O valor indicativo é muito variável entre sectores de atividade ou indústrias e entre países: há países em que as empresas apresentam uma maior tradição na procura de capitais próprios e outros no financiamento da atividade das empresas através de capitais alheios. Ainda assim, é preocupante o fato do rácio ser negativo, dado que é um indicador de capitais próprios negativos.

Nos indicadores de liquidez verifica-se também uma deterioração da posição do CHMA, transversal aos três rácios. Esta evolução traduz a dificuldade financeira do CHMA de cumprir atempadamente os compromissos financeiros de curto prazo. Esta mesma perspetiva é corroborada pela análise dos indicadores da evolução do prazo médio de pagamento e recebimento.

Naturalmente só a inversão dos resultados da exploração permitirá resolver, de forma sustentada, esta importante dificuldade, no entanto, no curto prazo, será também necessário admitir um novo reforço do capital estatutário.

V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Apurado um resultado líquido negativo no valor de 6.416.858,56 €, o Conselho de Administração propõe que o mesmo seja levado à conta de Resultados Transitados.



CHMA
Centro Hospitalar do Médio Ave

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da competência estatutária, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Ave, I.P.E., vem propor que o resultado líquido do exercício, resultante do período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015, no montante de -6.416.858,56 Euros, transite para a conta de resultados transitados.

Santo Tirso, 24 de Março de 2016

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração	 André da Costa Afonso
Vogal Executivo	 Margarida Maria Magalhães Alves Machado
Diretor Clínico	 Mário António de Fátima Almeida
Enfermeira Diretora	 Margarida Maria Magalhães Alves Machado

Nota: O Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Ave, I.P.E., encontra-se constituído por 11 membros, sendo 7 vogais e 4 membros não vogais.

VI. ATIVIDADES E INVESTIMENTOS DESENVOLVIDOS EM 2015

ATIVIDADES RELEVANTES EM 2015

Projeto VMER nas Escolas da Trofa

A viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) do CHMA tem realizado os últimos anos, ações de formação e sensibilização, em escolas da sua área de influência.

Este projeto da VMER do CHMA teve como público-alvo principal os alunos do ensino secundário. Nas ações desenvolvidas o feedback recebido por parte de alunos e professores tem sido extremamente positivo, com uma demonstração de interesse e iteração assinalável, sendo reconhecida a importância deste tipo de ações e a pro-atividade do CHMA em realizá-las.

Nesse sentido, deslocou-se no dia 19 de março, à Escola Secundária da Trofa, com o objetivo de:

- Promover o bom relacionamento com as várias entidades da comunicada com a VMER do CHMA;
- Dar a conhecer a emergência pré hospitalar, reforçando a importância do sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM)
- Sensibilizar para a boa conduta em situações de doença súbita/sinistro, como e quando ativar os meios de emergência;
- Sensibilizar para a postura correta do público em presença de veículos em marcha de emergência.

A ação teve uma componente teórica e outra prática, onde foi apresentado material de demonstração para socorro, como a “Resusci Ane” de corpo inteiro. Para além disso, foi ainda possível aos alunos contactar com uma viatura médica de emergência e com os seus profissionais.

CHMA organiza rastreio e campanha de prevenção do AVC

O CHMA, através do Serviço de Medicina I, assinalou o Dia Nacional do Doente com AVC, sob o lema “Seja mais rápido que o AVC: Previna-se!”. Neste sentido, organizou um rastreio sobre os fatores de risco, no dia 31 de Março, entre as 08h30

e as 17h30, no recinto da Consulta Externa I, para além da divulgação de uma campanha de prevenção. O Acidente Vascular Cerebral é a principal causa de mortalidade em Portugal, pelo que o CHMA associou-se a este dia tendo como objetivo alertar os seus profissionais de saúde e a população em geral, relativamente aos cuidados a ter para prevenir o aparecimento da doença. Esta foi também uma oportunidade para o CHMA se associar à campanha “Eu Sou Mulher”, da Organização Mundial do AVC, e em sintonia com os princípios e orientações recomendadas pela Sociedade Portuguesa do AVC, lembrando que esta doença não discrimina sexos, podendo atingir de forma muito particular as mulheres, por terem risco de desenvolver a doença ou por serem as preferenciais cuidadoras dos doentes com AVC.

CHMA organizou conferência no âmbito do Dia Mundial da Asma

O Dia Mundial da Asma foi assinalado no dia 5 de maio com a realização de uma conferência subordinada ao tema a “Asma e Escola”, numa organização conjunta da Sociedade Portuguesa de Alergologia Pediátrica e do Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar do Médio Ave.

O evento decorreu na Didaxis e teve como destinatários professores, auxiliares de ação educativa, pais e alunos, tendo como objetivo dar a conhecer a doença, os sintomas e sinais menos específicos, as formas de atuar em situação de crise e o uso correto dos dispositivos inalatórios.

A palestra “Como conviver com a asma” teve como oradores Dr. Gonçalves Oliveira, Diretor do Serviço de Pediatria do CHMA, e a interna do 1º ano de formação específica de Pediatria, Dra. Diana Bordalo.

CHMA assinalou Dia Mundial da Hipertensão

O Serviço de Medicina I do CHMA comemorou, a 15 de Maio, o Dia Mundial da Hipertensão. À semelhança de anos anteriores, foi assinalada esta data com o objetivo de alertar os profissionais de saúde do CHMA e a população em geral para a necessidade de prevenir a doença. Tendo como mensagem a campanha “Conheça os seus valores – Controle a sua Pressão Arterial”, o CHMA organizou uma ação de

Rastreio de HTA no espaço da consulta, a que se seguiu um almoço com base numa refeição hipossalina e distribuição do “Pão Vida” no Hospital.

 CHMA celebrou Dia Mundial da Criança

No dia 1 de Junho, comemorou-se o Dia Mundial da Criança. Para assinalar esta data, o Serviço de Pediatria organizou um lanche em que participaram crianças, pais e profissionais do Serviço de Pediatria do CHMA.

 VMER do CHMA com os Desportistas

Mais uma vez a equipa da VMER do Centro Hospitalar do Médio Ave esteve próxima da comunidade com uma ação de sensibilização em Suporte Básico de Vida em parceria com “Os amigos do pedal” inserida nas 24 horas BTT que decorreu nos dias 11 e 12 de Julho.

 VMER do CHMA celebrou 6º aniversário

A VMER do CHMA comemorou, no dia 1 de Setembro, 6 anos de existência, tendo prestado assistência a mais de 9 000 pessoas neste período. A data foi assinalada com a organização de um evento pelos seus profissionais.

 35 anos do SNS - Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE organizou concurso “O Serviço Nacional de Saúde e EU” Destinado a jovens estudantes de Famalicão, Santo Tirso e Trofa

No âmbito das comemorações do 35º aniversário do Serviço Nacional de Saúde e, procurando estreitar e fortalecer a relação de proximidade entre o CHMA e a população da sua área de influência, o CHMA organizou um concurso destinado aos jovens estudantes do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, das escolas dos Concelhos de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa.

Sob o lema “O Serviço Nacional de Saúde e EU”, o concurso pretendeu estimular a criatividade dos jovens, proporcionando-lhes a possibilidade de expressarem a sua visão sobre a importância do SNS, através de uma de três formas: expressão literária, expressão plástica e expressão audiovisual/multimédia.

O concurso foi dividido em três escalões: 6º e 7º ano do Ensino Básico, 8º e 9º ano do Ensino Básico, e Ensino Secundário. Em cada escalão, o júri, foi composto por um

profissional do CHMA, um representante do setor Educativo e outro das Autarquias. Ao todo foram recebidos 93 trabalhos.

A cerimónia de entrega dos prémios do concurso decorreu no dia 12 de Setembro, na Casa da Artes de Vila Nova de Famalicão. Foram premiados 28 alunos provenientes das diversas escolas dos Concelhos de Vila Nova de Famalicão, Trofa e Santo Tirso, entre 93 trabalhos que participaram no concurso.

A adesão ao concurso por foi elevada, assim como a diversidade das abordagens e ao tema, pelo que a ação obteve um elevado sucesso junto da comunidade escolar.

 Conferência: “A Responsabilidade na Saúde numa sociedade cada vez mais litigante”

O CHMA promoveu em 16 de Outubro de 2015, na Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, uma Conferência subordinada ao tema: “A Responsabilidade na Saúde numa sociedade cada vez litigante”.

 IX Jornadas de Saúde Materna e Pediátrica do Centro Hospitalar do Médio Ave

O Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. (CHMA) promoveu em 6 de novembro de 2015, na Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, as IX JORNADAS DE SAÚDE MATERNA E PEDIÁTRICA DO MÉDIO AVE tendo envolvido diretamente os Serviços de Pediatria e Ginecologia / Obstetrícia do Centro Hospitalar do Médio Ave e a USF de S. Miguel-O-Anjo do ACES do Ave III de V. N. de Famalicão.

 SEMANA DA DIABETES 2015

Com o envolvimento dos Serviços de Medicina I, Pediatria e Consulta Externa, Unidade Integrada da Diabetes –UID, Gabinete de Nutrição e Alimentação, Psicologia e Serviço Social decorreu nos 11, 12 e 13 de Novembro a SEMANA DA DIABETES 2015 , sob o tema: Alimentação saudável e DIABETES.

 CHMA assina protocolo de afiliação com a FMUP

Foi assinado na aula magna do Centro Hospitalar S. João, e na presença do Sr. Ministro da Saúde, o protocolo de afiliação do CHMA, EPE e da FMUP, tendo como objetivo a criação de centros universitários alargados.

Na cerimónia o Sr. Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo, referiu a sua importância salientando que “esta é também uma renovação do conceito do estatuto de hospital universitário”.

Este protocolo com a FMUP para o ensino clínico é o reconhecimento de que o CHMA, EPE dispõe de qualidade e capacidade técnica para colaborar na formação médica.

 Plano Nacional para a segurança dos doentes

**PLANO NACIONAL PARA A
SEGURANÇA DOS DOENTES
2015-2020**



A QUALIDADE AGORA É LEI



 Médicos do Serviço de Pediatria com reconhecimento internacional

Foi aceite e publicado na conceituada revista Journal of Pediatric Neurology, o artigo “Stereotypies: From Normal to Pathological”, da co-autoria da Dr.ª Cláudia Melo, médica do Serviço de Pediatria do CHMA. No âmbito do 4th Pediatric Allergy and Asthma Meeting, que se realizou entre 15 e 17 Outubro, em Berlim, foram aceites 4 trabalhos de médicos do Serviço de Pediatria do CHMA: “Angioedema with C1 inhibitor deficiency in a girl - A challenge diagnosis” [Cristina Duarte Madureira, Tânia Lopes, Filipa Almeida, Susana Lopes, Alexandra Sequeira, Fernanda Carvalho, José Gonçalves Oliveira]; “Food allergy in the first year of life” [Tânia Lopes, Cristina Duarte Madureira, Susana Lopes, Filipa Almeida, Paula Fonseca, Clara Vieira,

Fernanda Carvalho]; - Sensitization to alternaria alternata: Is it a risk factor for severe rhinitis" [Susana Lopes, Filipa Almeida, Tânia Lopes, Cristina Duarte Madureira, José Gonçalves Oliveira, Fernanda Carvalho]; "Symptomatic dust mites and shrimp allergy – Three pediatric case reports"[Filipa Almeida, Susana Lopes, Cristina Duarte Madureira, Tânia Lopes, Fernanda Carvalho].

 Sociedade Portuguesa de Pediatria atribui Prémio "Pierre-Fabre - SPP 2014" a médica do CHMA

A médica interna de formação específica do 4.º ano do Serviço de Pediatria do CHMA, Dra. Susana Lopes, foi distinguida pela Sociedade Portuguesa de Pediatria com a atribuição do "Prémio Pierre- Fabre – SPP para as Melhores Comunicações no Estrangeiro e Publicações de Pediatria 2014" .

A pediatra do CHMA foi a primeira autora do estudo "Tell me how you sleep: Sleep habits and disturbances in portuguese pre-scholar and scholar children", apresentado durante o 5th Congress of the European Academy of Paediatric Societies, em Barcelona.

Pelo segundo ano consecutivo, o Serviço de Pediatria do CHMA foi distinguido nesta área, já que na edição anterior o mesmo aconteceu com a Dra. Cláudia Melo.

 CHMA e Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco alargam parceria à Pediatria

A Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco em parceria com o Centro Hospitalar Médio Ave têm vindo a desenvolver um projeto de leitura. Nesse âmbito, todas as terças-feiras, o "Bibliomóvel", desloca-se aos diferentes serviços de internamento do CHMA fazendo circular um carrinho de livros, que permite não só o serviço de leitura presencial, mas também o serviço de empréstimo, tanto de livros como de filmes.

Esta colaboração foi alargada a mais um projeto, denominado "Mala de Histórias", que visa proporcionar aos utentes do Serviço de Pediatria momentos de contacto com os livros e com as histórias que eles contam, facilitando ainda mais o seu período de convalescença.

Neste sentido, uma técnica de animação de leitura da Biblioteca Municipal vai visitar, uma vez por mês, as crianças internadas no Hospital de Famalicão, “com uma mala cheia de histórias”.

 CHMA valoriza resíduos com potencial

O Centro Hospitalar do Médio Ave e a Resinorte estabeleceram um protocolo de cooperação para a recolha dos resíduos com potencial do CHMA, que atualmente estavam a ser encaminhados para a recolha indiferenciada. Neste sentido, o CHMA vai fazer a gestão integrada dos resíduos hospitalares que são produzidos nas Unidades de Famalicão e Santo Tirso. Para isso, vão ser separadas as classes de resíduos perigosos dos não perigosos, adotados procedimentos específicos nas fases de triagem, deposição, recolha, armazenamento, transporte e encaminhamento dos resíduos para valorização. A Resinorte vai realizar ações de formação e sensibilização ambiental aos profissionais do CHMA, no âmbito da separação seletiva dos resíduos com potencial de valorização.

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TURMA

Evolução dos investimentos realizados

O investimento no CHMA foi muito baixo dos últimos anos condicionado pelos sucessivos orçamentos deficitários a que a conjuntura económica do país não é alheia.

					Em euros (€)
Código	Designação	Ac 2007/2013	2014	2015	Total
Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e outras construções	5.442.267,85	17.475,40	7.380,00	5.467.123,25
423	Equipamento básico				
4231	Médico - Cirurgico	2.121.181,67	71.139,34	69.511,53	2.261.832,54
4232	De imagiologia	119.014,64	0,00	0,00	119.014,64
4233	De laboratório	8.100,79	0,00	0,00	8.100,79
4234	Mobiliário hospitalar	510.983,78	0,00	0,00	510.983,78
4235	De desinfeção e esterilização	23.111,38	0,00	0,00	23.111,38
4236	De hotelaria	82.696,66	1.505,68	2.709,60	86.911,94
4239	Outros	479.103,32	33.675,35	31.263,99	544.042,66
Total da conta 423		3.344.192,24	106.320,37	103.485,12	3.553.997,73
424	De transporte	38.111,44	0,00	0,00	38.111,44
425	Ferramentas e utensílios	2.030,78	28,99	0,00	2.059,77
426	Equi. Admin. E Informático				
4261	Equipamento Administrativo	223.784,11	822,40	2.595,35	227.201,86
4262	Equipamento informático	1.763.318,53	48.174,18	16.710,28	1.828.202,99
Total da conta 426		1.987.102,64	48.996,58	19.305,63	2.055.404,85
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras	36.552,20	0,00	0,00	36.552,20
Total de Imobilizações Corpóreas		10.850.257,15	172.821,34	130.170,75	11.153.249,24
Imobilizações Incorpóreas					
43	Imobilizações Incorpóreas	81.862,08	6.767,90	0,00	88.629,98
Imobilizações em curso					
44	Imobilizações em curso	4.989.085,03	0,00	0,00	4.989.085,03
Total Geral		15.921.204,26	179.589,24	130.170,75	16.230.964,25

Quadro 32: investimento realizado

Fontes de financiamento dos investimentos realizados

					Em euros (€)
Designação	Ac 2007/2013	2014	2015	Total	
Capitais Próprios	9.047.350,88	68.319,74	51.153,92	9.166.824,54	
FEDER	3.612.593,39	0,00	0,00	3.612.593,39	
PIDDAC	223.656,00	0,00	0,00	223.656,00	
ACSS	1.407.491,00	0,00	0,00	1.407.491,00	
Fornecedores de Imobilizado	1.630.112,99	111.269,50	79.016,83	1.820.399,32	
	15.921.204,26	179.589,24	130.170,75	16.230.964,25	

Quadro 33: Fontes de financiamento

Verifica-se que cerca de 67% dos valores de investimentos realizados nos últimos exercícios foram financiados por recurso a capitais próprios, ou seja, auto financiamento

VII. DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ATIVIDADE PARA 2016

Estratégia e atividade assistencial para 2016

Aguardam-se orientações da tutela para elaboração do Plano Estratégico.

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TUTELA

VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração de Fluxos de Caixa

Mapa dos Fluxos Financeiros

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TUTELA

Balanco

BALANÇO ANALÍTICO em 31 de Dezembro de 2015

ACTIVO

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO			
		2015		2014	
		Activo Bruto	Amort./Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
	IMOBILIZADO				
	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas ..	0,00	0,00	0,00	0,00
455	Bens patrim.históric, art. e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens domínio público.....	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imob. em curso bens domínio pública..	0,00	0,00	0,00	0,00
446	Adiantam. p/conta bens dom.pub.....	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total bens de domínio público ...	0,00	0,00	0,00	0,00
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas de instalação.....	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas invest.e desenvolvimento.....	0,00	0,00	0,00	23.212,10
443	Imobilizações em curso Imob. Incorp....	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantam. p/conta imob. Incorp.	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total imobilizações incorpóreas ...	0,00	0,00	0,00	23.212,10
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
421	Terrenos e recursos naturais.....	0,00	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e outras construções.....	13.563.998,21	4.799.814,34	8.764.183,87	8.920.072,58
423	Equipamento básico.....	13.901.219,97	13.350.758,71	550.461,26	745.340,33
424	Equipamento de transporte.....	73.622,99	68.496,87	5.126,12	6.190,16
425	Ferramentas e utensílios.....	22.894,42	22.835,31	59,11	157,79
426	Equip.administrativo e informático.....	7.263.060,20	7.191.222,30	71.837,90	593.070,77
427	Taras e vasilhame.....	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas.....	838.626,25	838.435,83	190,42	23.560,57
442	Imobilizações em curso.....	0,00	0,00	0,00	0,00
448	Adiantamento p/conta imob. Corp.	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total imobilizações corpóreas ...	35.663.422,04	26.271.563,36	9.391.858,68	10.288.392,20
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
411	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
412	Obrigações e títulos de participação ...	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras.....	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobiliz. em curso invest.financeiros ...	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantam.p/conta invest.financeiros ...	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total investimentos financeiros ...	0,00	0,00	0,00	0,00
	CIRCULANTE				
	EXISTÊNCIAS :				
36	Matérias-primas, subs.e de consumo.....	980.674,63	0,00	980.674,63	694.504,63
34	Subprodutos, desp., resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias.....	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras.	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total das existências	980.674,63	0,00	980.674,63	694.504,63

BALANÇO ANALÍTICO em 31 de Dezembro de 2015

ACTIVO

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO			
		2015		2014	
		Activo Bruto	Amort./Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
	DIVIDAS TERCEIROS-Méd. longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
	DIVIDAS TERCEIROS - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	345.568,54	0,00	345.568,54	374.565,61
213	Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
215	Instituições do Ministério da Saúde	1.516.904,46	0,00	1.516.904,46	617.280,76
218	Clientes e utentes cobrança duvidosa ..	711.498,70	605.498,65	106.000,05	63.146,60
251	Devedores p/ execução do orçamento...	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	90.461,19	0,00	90.461,19	95.546,84
2619	Adiantamento a fornec. Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	385.742,38	0,00	385.742,38	542.103,50
262/3/4+ 267/8	Outros devedores	1.842.853,07	0,00	1.842.853,07	1.964.004,05
	Total dividas a terceiros	4.893.028,34	605.498,65	4.287.529,69	3.656.647,36
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	1.000.235,43	0,00	1.000.235,43	1.500.000,00
	Total títulos negociáveis	1.000.235,43	0,00	1.000.235,43	1.500.000,00
	DEPOSITOS INST.FINANC./CAIXA				
13	Conta no Tesouro	2.436.752,18	0,00	2.436.752,18	3.340.213,44
12	Depósitos em inst. Financeiras	3.906,90	0,00	3.906,90	19.340,92
11	Caixa	4.495,50	0,00	4.495,50	3.883,73
	Total de depósitos e caixa	2.445.154,58	0,00	2.445.154,58	3.363.438,09
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de Proveitos	4.724.926,23	0,00	4.724.926,23	5.533.241,12
272	Custos diferidos	12.388,78	0,00	12.388,78	1.173,01
	Total acréscimos e diferimentos ..	4.737.315,01	0,00	4.737.315,01	5.534.414,13
	Total de amortizações		26.271.563,36		
	Total de ajustamentos		605.498,65		
	TOTAL DO ACTIVO	49.719.830,03	26.877.062,01	22.842.768,02	25.060.608,51

BALANÇO ANALÍTICO em 31 de Dezembro de 2015

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO
Em euros

		EXERCÍCIO	
Código de Contas	Designação	2015	2014
FUNDO PATRIMONIAL			
51	Património	43.342.791,00	43.342.791,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
RESERVAS			
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	32.868,85	32.868,85
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	0,00	0,00
Total das reservas		32.868,85	32.868,85
59	Resultados transitados	-49.440.905,15	-42.633.616,95
88	Resultado líquido do exercício.....	-6.416.858,56	-6.807.288,20
Total do Fundo Patrimonial		-12.482.103,86	-6.065.245,30
PASSIVO			
PROVISÕES			
291	Provisões para cobrança duvidosa	0,00	0,00
292	Provisões para riscos e encargos	112.311,60	0,00
Total de provisões		112.311,60	0,00
DIVIDAS TERCEIROS - Médio e longo prazo		0,00	0,00
DIVIDAS TERCEIROS - Curto prazo:			
219	Adiantamentos de clientes, utentes e Inst.Min.Saúde	13.690.341,03	11.248.403,41
221	Fornecedores c/c.....	8.383.354,88	5.833.530,07
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	736.190,11	883.781,56
2311	Empréstimos obtidos	0,00	0,00
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	79.016,83	111.269,50
24	Estado e Outros Entes Públicos	1.080.955,23	1.040.544,12
262/3/4+	Outros Credores	5.618.228,36	5.648.421,94
267/8	Total de dívida a terceiros	29.588.086,44	24.765.950,60
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS			
273	Acréscimos de custos	4.465.658,62	4.930.499,96
274	Proveitos diferidos	1.158.815,22	1.429.403,25
Total de acréscimos e diferimentos		5.624.473,84	6.359.903,21
TOTAL DO PASSIVO		35.324.871,88	31.125.853,81
TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO		22.842.768,02	25.060.608,51

Demonstração de Resultados por Natureza

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS por natureza em 31 de Dezembro de 2015

CUSTOS E PERDAS

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO			
		2015		2014	
61	CUSTOS MERCAD.VENDIDAS M.CONSUMIDAS:				
612	Mercadorias	0,00		0,00	
616	Matérias de consumo	8.228.327,56	8.228.327,56	7.587.911,08	7.587.911,08
62	Fornecimentos e Serviços Externos		9.309.754,07		8.757.634,60
64	CUSTOS COM O PESSOAL:				
641	Remunerações dos órgãos directivos	254.548,85		308.403,72	
642	Remunerações base de pessoal	23.739.504,73		23.872.473,10	
643	Pensões	45.072,81		263.885,06	
645	Encargos sobre remunerações	5.496.495,04		5.675.186,50	
646	Seguros de acid. De trabalho e doenças Prof.	82.661,27		59.338,07	
647	Encargos sociais voluntários	26.657,24		35.589,37	
648	Outros custos com pessoal	51.542,50		125.030,12	
649	Estágios Profissionais	88.455,34	29.784.937,78	157.294,10	30.497.200,04
63	Transf. Correntes conc. e prest. Soc.		0,00		0,00
66	Amortizações do exercício	1.034.321,42		1.329.801,91	
67	Provisões do exercício	112.311,60	1.146.633,02	0,00	1.329.801,91
65	Outros custos e perdas operacionais		263.927,03		17.551,61
(A)			48.733.579,46		48.190.099,24
68	Outros custos e perdas financeiras		7.271,22		6.481,95
(C)			48.740.850,68		48.196.581,19
69	Custos e perdas extraordinárias		11.458,25		170.402,69
(E)			48.752.308,93		48.366.983,88
86	Imposto s/rendimento do exercício		7.760,79		8.233,43
(G)			48.760.069,72		48.375.217,31
88	Resultado Líquido do Exercício		-6.416.858,56		-6.807.288,20
			42.343.211,16		41.567.929,11

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS por natureza em 31 de Dezembro de 2015

PROVEITOS E GANHOS

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO			
		2015		2014	
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:				
711	Vendas	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	40.652.555,06	40.652.555,06	38.939.922,12	38.939.922,12
72	Impostos, taxas e outros		0,00		0,00
75	Trabalhos para a própria Entidade		0,00		0,00
73	Proveitos suplementares		61.829,92		61.910,42
74	TRANSF. SUBSID. CORRENTES OBTIDOS:				
741	Transferências - Tesouro	0,00		0,00	
742	Transferências correntes obtidas	0,00		0,00	
743	Subsid.correntes obtidos - Outros Ent.Públicos	46.212,64		81.745,37	
749	De outras entidades	0,00	46.212,64	0,00	81.745,37
76	Outros proveitos /ganhos operacionais		823.713,30		1.500.455,97
	(B)		41.584.310,92		40.584.033,88
78	Proveitos e ganhos financeiros		5.337,12		4.239,58
	(D)		41.589.648,04		40.588.273,46
79	Proveitos e ganhos extraordinários		753.563,12		979.655,65
	(F)		42.343.211,16		41.567.929,11
	RESUMO:				
	RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A)=		-7.149.268,54		-7.606.065,36
	RESULTADOS FINANCEIROS: (D)-(C)=		-1.934,10		-2.242,37
	RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C) =		-7.151.202,64		-7.608.307,73
	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO: (F)-(G)=		-6.416.858,56		-6.807.288,20

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Descrição	Em euros	
	2015	2014
Actividades operacionais		
Recebimento de Clientes	82.308.278,96	41.226.698,23
Pagamento a fornecedores	-15.824.356,50	-13.008.185,98
Pagamento a pessoal	-29.837.949,09	-30.826.657,85
Fluxos gerados pelas operações	36.645.973,37	-2.608.145,60
Pagamento de IRC	0,00	-28.045,98
Outros pagamentos/Recebimentos operacionais	-38.218.420,07	1.193.932,28
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-38.218.420,07	1.165.886,30
Recebimentos extraordinários	430.517,06	483.053,66
Pagamentos extraordinários	-106.627,59	-10.226,93
Fluxos gerados pelas rubricas extraordinárias	323.889,47	472.826,73
Fluxos das actividades operacionais	-1.248.557,23	-969.432,57
Actividades de investimentos		
Recebimentos provenientes de		
Investimentos Financeiros		
Imobilizações Corpóreas Imobilizações Incorpóreas		
Subsíd		
Juros e proveitos similares	5.345,88	4.230,82
Dividendos		
Pagamentos respeitantes a		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	-166.072,77	-65.678,39
Imobilizações incorpóreo	-2.204,29	-6.767,90
Imobilizações em curso		0,00
Fluxo das actividades de Investimento	-162.931,18	-68.215,47
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de		
Empréstimos Obtidos	0,00	3.300.000,00
Aumentos de Capital		
Subsídios e doações		
Venda de acções próprias		
Cobertura de prejuízos		
Pagamentos respeitantes a		
Empréstimos Obtidos		
Amortizações de contratos de locação financeira	-6.559,67	-6.265,53
Juros e custos similares		
Dividendos		
Reduções de capital e prestações suplementares		
Aquisição de acções próprias		
Fluxo de actividade de financiamento	-6.559,67	3.293.734,47
Variação de caixa	-1.418.048,08	2.256.086,43
Caixa no início do período	4.863.438,09	2.607.351,66
Caixa no fim do período	3.445.390,01	4.863.438,09

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Em euros	
	2015	2014
Numerário	4.495,50	3.883,73
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.440.659,08	3.359.554,36
Equivalentes a caixa		
Caixa e seus equivalentes		
Outras Aplicações de Tesouraria	1.000.235,43	1.500.000,00
Disponibilidades constantes do balanço	3.445.390,01	4.863.438,09

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TUTELA

Mapa dos Fluxos Financeiros

Fluxos Financeiros da Receita

Janeiro a Dezembro de 2015

Em euros

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Descrição	Cobrados	A cobrar	Total
	- Caixa	3.884	0	3.884
	- Depósitos	4.859.554	0	4.859.554
	I - SALDO INICIAL:	4.863.438	0	4.863.438
15	Titulos negociáveis	0	0	0
18	Outras aplicações de tesouraria	-499.765	0	-499.765
	Total das contas 15/18:	-499.765	0	-499.765
219	Adiantamentos de clientes	40.998.610	0	40.998.610
229	Adiantamentos a fornecedores	63.776	90.461	154.237
24	Estado e outros entes públicos	8.175.195	385.742	8.560.937
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0	0	0
262	Adiantamentos ao pessoal	24.105	1.335	25.440
263	Sindicatos	51.415	0	51.415
264	Regularização de dívidas por ordem do Tesouro	0	0	0
268	Devedores e credores diversos	113.382	0	113.382
	Total das receitas de fundos alheios:	49.426.482	477.538	49.904.021
23	Empréstimos obtidos	0	0	0
2745	Subsídios de investimento	0	0	0
2748/9	Outros proveitos diferidos	0	0	0
	Total da conta proveitos diferidos:	0	0	0
28	Empréstimos concedidos (Amortizações)	0	0	0
51	Fundo patrimonial (capital social)	0	0	0
575	Subsídios	0	0	0
576	Doações	0	0	0
	Total da conta de reservas:	0	0	0
711	Vendas	0	0	0
712	Prestações de serviços	40.380.474	272.081	40.652.555
72	Impostos e taxas	0	0	0
73	Proveitos suplementares	50.000	11.830	61.830
741	Transferências do Tesouro	0	0	0
742	Transferências correntes obtidas	0	0	0
743	Subsídios correntes obtidos-Outros entes púb.	46.213	0	46.213
749	Subsídios correntes obtidos-De outras entidades	0	0	0
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	220.377	603.336	823.713
78	Proveitos e ganhos financeiros	5.337	0	5.337
792/3/4/5/8	Proveitos e ganhos extraordinários	430.517	-425.933	4.584
	Total dos proveitos do exercício:	41.132.918	461.314	41.594.232
	II - RECEITAS DO EXERCÍCIO:	90.559.400	938.853	91.498.253
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	948.299	8.586.567	9.534.866
	III - RECEITAS EXERCÍC. ANTERIORES	948.299	8.586.567	9.534.866
	TOTAL GERAL:	96.371.138	9.525.420	105.896.558

Fluxos Financeiros da Despesa

Janeiro a Dezembro de 2015

Em euros

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Descrição	Pagos	Em dívida	Total
219	Adiantamentos de clientes	36.556.672	13.690.341	52.247.013
229	Adiantamentos a fornecedores	58.891	0	58.891
24	Estado e outros entes públicos	8.243.728	651.289	8.895.017
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0	0	0
262	Adiantamentos ao pessoal	20.624	0	20.624
263	Sindicatos	51.415	106	51.521
264	Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0	0	0
268	Devedores e credores diversos	113.741	6.206	119.950
Total da despesa de de fundos alheios:		47.044.870	14.347.945	61.392.815
23	Empréstimos obtidos	0	0	0
272	Custos Diferidos	0	12.389	12.389
28	Empréstimos concedidos (Concessão)	0	0	0
312	Mercadorias	0	0	0
3161	Produtos farmacêuticos	5.074.519	1.901.325	6.975.844
3162	Material de consumo clínico	2.304.238	-42.730	2.261.508
3163	Produtos alimentares	2.785	-632	2.153
3164	Material de consumo hoteleiro	178.499	-12.489	166.010
3165	Material de consumo administrativo	198.112	-34.858	163.254
3166	Material de manutenção e conservação	65.106	-4.384	60.722
3169	Outro material de consumo	0	0	0
Total da conta de compras:		7.621.240	1.808.231	9.627.471
41	Investimentos financeiros	0	0	0
42	Imobilizações corpóreas	166.073	-12.337	153.736
43	Imobilizações incorpóreas	0	-290.309	-290.309
44	Imobilizações em curso	0	0	0
45	Bens de domínio público	0	0	0
Total da conta de imobilizações:		166.073	-302.646	-136.573
6211	Assistência ambulatorial	0	0	0
6212	Meios complementares de diagnóstico	0	0	0
6213	Meios complementares de terapêutica	0	0	0
6214	Produtos vendidos por farmácias	0	0	0
6215	Internamentos	0	0	0
6216	Transporte de doentes	0	0	0
6217	Aparelhos complementares de terapêutica	0	0	0
6218	Trabalhos executados no exterior	2.207.587	1.628.256	3.835.843
6219	Outros sub-contratos	0	0	0
Total da conta de subcontratos:		2.207.587	1.628.256	3.835.843
6221	Fornecimentos e serviços I	1.043.417	184.404	1.227.821
6222	Fornecimentos e serviços II	1.084.722	-9.286	1.075.436
6223	Fornecimentos e serviços III	2.832.225	275.825	3.108.050
6229	Outros serviços	102.828	-20.224	82.604
Total da conta de Fornec. Serv. Terceiros:		5.063.191	410.719	5.473.911
63	Transferências corrent. conc. e prest. sociais	0	0	0
641	Remunerações dos órgãos directivos	227.972	-1.841.508	-1.613.536
6421	Remunerações base do pessoal	15.480.650	-1.807.684	13.672.966
6422	Suplementos de remunerações	3.908.155	-407.449	3.500.706
6423	Prestações sociais directas	25.912	0	25.912
6424	Subsídio de férias e natal	1.494.490	-1.841.508	-347.018
6425	Prémios de desempenho:	0	0	0
643	Pensões	45.073	0	45.073
645	Encargos sobre remunerações	4.736.222	-808.707	3.927.515
646	Seguros e acidentes no trabalho	87.094	-4.439	82.655
647	Encargos sociais voluntários	26.657	0	26.657
648	Encargos sociais voluntários	52.038	-495	51.543
649	Outros custos com pessoal	88.455	0	88.455
649	Estágios Profissionais	0	0	0
Total da conta de despesas com pessoal:		26.172.717	-6.711.764	19.460.953
65	Outros custos e perdas operacionais	16.183	247.745	263.927
68	Custos e perdas financeiras	6.013	1.258	7.271
691	Transferências de capital concedidas	0	0	0
693	Perdas em existências	0	0	0
694	Perdas em imobilizações	0	0	0
695	Multas e penalidades	0	0	0
698	Outros custos e perdas extraordinárias	106.628	-105.750	878
Total conta custos/perdas extraordinários:		106.628	-105.750	878
86	Imposto s/ rendimento do exercício(PC)	0	0	0
IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO:		88.604.501	11.334.384	99.938.885
69764	C.R.E.A. - Despesas com pessoal	3.644.608	924.806	4.569.415
697...	C.R.E.A. - Outros	676.639	12.562.740	13.239.379
V - DESPESAS EXERCÍCIO. ANTERIORES:		4.321.248	13.487.546	17.808.794
Cassa		4.496	0	4.496
DEPÓSITOS INSTIT. FINANCEIRAS:		0	0	0
Depósitos à ordem		3.907	0	3.907
Depósitos a prazo		0	0	0
Outros Depósitos		0	0	0
Tesouro Depósitos à Ordem		2.438.752	0	2.438.752
		2.440.659	0	2.440.659
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:		0	0	0
OUTRAS APLICAÇ. TESOUREARIA:		1.000.235	0	1.000.235
VI - SALDO FINAL:		3.445.390	0	3.445.390
TOTAL GERAL:		96.371.139	24.821.930	121.193.069

IX. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., adiante designado por CHMA, pessoa coletiva nº 508 093 937, com sede no Largo Domingos Moreira, concelho de Santo Tirso, foi criado pelo Decreto – Lei nº. 50-A/2007 de 28 de Fevereiro, por fusão do Hospital Conde de São Bento – Santo Tirso com o Hospital São João de Deus, E.P.E. de Vila Nova de Famalicão.

Constitui uma entidade pública empresarial integrada no Serviço Nacional de Saúde, e agrega as duas referidas unidades hospitalares, tendo por objeto a prestação de cuidados de saúde de acordo com o seu grau de diferenciação e o seu posicionamento no contexto do Serviço Nacional de Saúde.

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS). As notas omitidas devem entender-se como não plicáveis ao CHMA.

Os valores indicados são expressos em Euros.

8.1 - Caracterização da entidade

8.1.1 - Identificação

● CENTRO HOSPITALAR DO MEDIO AVE, E P E

● Largo Domingos Moreira

4780 – 371 SANTO TIRSO

Telef. 252 830 700 Fax: 252 858 986

● NIPC 508 093 937

● CAE nº. 85110

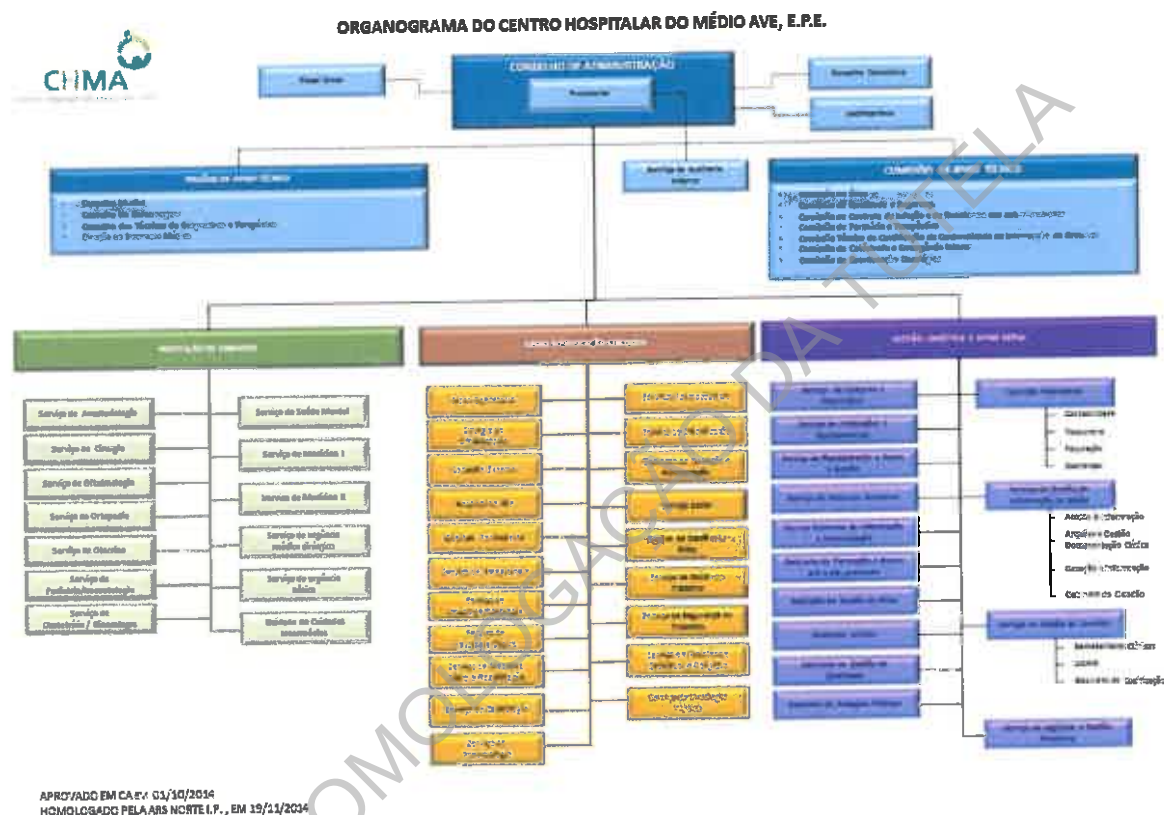
● REGIME: Aplica-se, com as necessárias adaptações, o regime jurídico, financeiro e de recursos humanos, constante dos capítulos II, III e IV do Decreto-Lei nº. 233/2005, de 29 de Dezembro.

8.1.2 - Legislação

Decreto- Lei nº. 50-A/2007 de 28 de Fevereiro;

E demais legislação aplicável às entidades públicas de natureza empresarial.

8.1.3 - Estrutura organizacional efetiva



8.1.4 - Descrição sumária das atividades

É um Estabelecimento de Saúde que presta cuidados de urgência, cuidados em ambatório e em regime de internamento.

8.1.5 - Recursos humanos

O quadro de pessoal do Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE apresentava em 31/12/2015 um total de 1029 Efetivos e 72 potenciais prestadores de serviços médicos correspondentes a 25 ETC de 40 horas semana.

Grupo/cargo/carreira/ modalidade de vinculação	Cargo Político / Mandato	CT em Funções Públicas p/ Tempo Indeterminado	CT em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo	CT em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto	Comissão de Serviço no âmbito do LTFP	Comissão de Serviço no âmbito do Código Trabalho	CT p/ tempo Indeterminado no âmbito Cód. Trabalho	CTR certo no âmbito do Código Trabalho	CTR incerto no âmbito do Código Trabalho	Total
Dirigente	4	2				2	6			14
Médico		66		61			80	1		208
Técnico Superior		10					18			28
Enfermeiro		182					165			347
Téc. Diagnóstico e Terapêutica		38					35	1		74
Assistente Técnico		69			1		36			106
Assistente Operacional		101					144		3	248
Docente		2								2
Outro Pessoal							2			2
Total	4	470	0	61	1	2	486	2	3	1029

Quadro 34: contagem de pessoal efetivo do CHMA por grupo/cargo/carreira/modalidade de vinculação

Órgãos / serviços / gabinetes e respetivas chefias

ÓRGÃO	NOME	CARGO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Américo dos Santos Afonso	Presidente
	Maria de Fátima Magalhães Alves Machado	Vogal executiva
	Norberto da Conceição Nunes	Vogal executivo (Diretor clínico)
	Olíndina Celeste Machado de Sá	Vogal executiva (Enfermeira diretora)
ANESTESIOLOGIA	Maria de Fátima Campos Figueiredo	Diretora de serviço
BLOCO OPERATÓRIO	Mário Rogério Dias Oliveira Peixoto	Diretor de serviço
	Maria Teresa D.L. Bastos Bacelar Fonseca	Enfermeira chefe
	Fernando Manuel da Costa Marques	Enfermeiro chefe
CARDIOLOGIA	Maria de Lurdes Costa Pimentel	Diretora de serviço
CIRURGIA DE AMBULATÓRIO	Maria Teresa D.L. Bastos Bacelar Fonseca	Enfermeira chefe
	Fernando Manuel da Costa Marques	Enfermeiro chefe
	José Manuel Duarte Pinheiro Cardoso	Diretor de serviço
	José Manuel Andrade Costa	Enfermeiro chefe
CIRURGIA GERAL	Carla Inês Soares Ribeiro	Enfermeira a exercer funções de chefia
	Pedro Manuel Costa Vieira de Castro	Enfermeiro a exercer funções de chefia
CONSULTA EXTERNA	Maria José Cardoso Maia	Enfermeira a exercer funções de chefia
	Maria de Fátima Dias Fernandes	Enfermeira chefe
GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA E BLOCO PARTOS	Angelina da Conceição Martins Pinheiro	Diretora de serviço
	Maria José Cardoso Maia	Enfermeira a exercer funções de chefia

HOSPITAL DE DIA	Marta Helena de Oliveira Novais da Silva	Diretora de serviço
	Pedro Manuel Costa Vieira de Castro	Enfermeiro a exercer funções de chefia
	Maria José Rego Mendes Ribeiro	Enfermeira a exercer funções de chefia
IMAGIOLOGIA	Helena Maria Guedes Homem de Melo	Responsável de serviço
IMUNOHEMOTERAPIA	Armindo Renato Martins Sousa	Técnico coordenador
	Inês Maria Carneiro Fontes	Diretora de serviço
MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO	Gisela Mariana Rego Moreira	Técnica coordenadora
	Alexandre Gomes Azevedo Reis	Diretor de serviço
	Isabel Maria Costa Oliveira Bastos	Técnica coordenadora
	Maria Manuela F. Silva Sousa	Técnica coordenadora
MEDICINA INTERNA I	Augusto Fernando Oliveira Duarte	Diretor de serviço
	Maria Luísa Dias da Costa	Enfermeira chefe
	Ana Maria da Cunha Alves Carvalho	Enfermeira chefe
MEDICINA INTERNA II	Maria Paula Mendes Baptista	Diretora de serviço
	Maria José Ribeiro Carneiro	Enfermeira chefe
NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO	João Pedro Tente Albuquerque Pinho	Responsável de gabinete
OFTALMOLOGIA	João Manuel Quelhas Aguilha	Diretor de serviço
	José Luís Guimarães Carneiro Ribeiro	Enfermeiro chefe
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA		Enfermeira a exercer funções de chefia
	Carla Inês Soares Ribeiro	
OTORRINO	Ana Paula Cruz Gomes Ribeiro	Diretora de serviço
PATOLOGIA CLÍNICA	Helena Maria Florisa Ferreira Silva	Diretora de serviço
	Gisela Mariana Rego Moreira	Técnica coordenadora
	José Manuel Gonçalves Oliveira	Diretor de serviço
	Maria Fátima Dias Fernandes	Enfermeira chefe
PEDIATRIA/NEONATOLOGIA	Angélica do Rosário L. Vilaça Correia Silva	Enfermeira responsável
PNEUMOLOGIA		
SAÚDE MENTAL	Mariana Gomes Serra Lemos	Diretora Serviço
	Maria de Fátima Dias Fernandes	Enfermeira chefe
SAÚDE NO TRABALHO	Graça Maria Fonseca S. Martinho	Coordenadora
SEGURANÇA NO TRABALHO	Paulo Gonzaga Seara Machado	Coordenador
URGÊNCIA	Nuno André Araújo Castro Pereira Cardoso	Diretor de serviço
	António Francisco Marques Moreira Pereira	Coordenador do serviço de urgência básica
	António Augusto Ribeiro da Silva	Enfermeiro chefe
		Enfermeira a exercer funções de chefia
	Maria José Rego Mendes Ribeiro	
CUIDADOS INTERMÉDIOS	David Alexandre Silva	Coordenador
FARMÁCIA	Carla Cristina Moreira Melo	Diretora de serviço
	Rosa Pereira Barros Araújo	Técnica coordenadora
SERVIÇO SOCIAL	Aurora Maria Martins Cunhal	Coordenadora
GABINETE DO CIDADÃO	Maria de Fátima Figueiredo Marques	Coordenadora
		Enfermeiro a exercer funções de chefia
ESTERILIZAÇÃO	Jorge Augusto Sousa Carvalho	
GESTÃO DA QUALIDADE	António Carlos Santos Esteves	Coordenador
GESTOR DO RISCO	Jorge Manuel Mira Nobre Mourão	Coordenador

ASSISTÊNCIA RELIGIOSA E ESPIRITUAL	Padre Jorge Filipe Vilaça Barbosa	Capelão
	Padre António Júlio Mariano	Capelão
AUDITOR INTERNO	Carlos Manuel Borges Lopes	Diretor de serviço
SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÓNIO	Miguel João de Brito Magalhães	Coordenador
	Laços	
SERVIÇO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DA SAÚDE	Maria de Fátima Figueiredo Marques	Coordenadora
SERVIÇOS FINANCEIROS	Rosa Maria Oliveira Matias Alves	Coordenadora
GABINETE DE FORMAÇÃO E ENSINO PRÉ PÓS GRADUADO	Maria Fernanda Pinheiro Costa Gomes Silva	Coordenadora
GABINETE JURÍDICO	Cristiana Rodrigues Marques	Coordenadora
SERVIÇO DE GESTÃO DE DOENTES	Cristina Maria Santos Calado Farinha Mourão	Coordenadora
SERVIÇO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	André Manuel da Silva Gonçalves	Coordenador
SERVIÇO DE LOGÍSTICA E GESTÃO HOTELEIRA	Jorge Manuel Mira Nobre Mourão	Coordenador
SERVIÇO DE PLANEAMENTO E APOIO À GESTÃO	Clara Maria Pinto Gonçalves	Coordenadora
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS	José Adélio da Silva Oliveira	Coordenador
SERVIÇO DE SISTEMAS INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Maria do Céu Silva Vivas	Coordenadora

Quadro 35: listagem de órgãos / serviços / gabinetes e respetivas chefias

8.1.6 - Organização contabilística

- 🔗 O CHMA dispõe de Manual de Procedimentos Contabilísticos;
- 🔗 O arquivo é mantido de acordo com os procedimentos legais em vigor e as normas internas estabelecidas para o efeito;
- 🔗 O Sistema Informático existente no CHMA é o SIDC, aplicação desenvolvida pela ACSS;
- 🔗 Não existe descentralização contabilística.

Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 – As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS) e não são incluídas as não aplicáveis.

8.2.3 – Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes e de acordo com as taxas máximas previstas na Portaria 671/2000 de 17 de Abril.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, à exceção da avaliação dos bens móveis da unidade de Famalicão que não constavam do imobilizado do Hospital de S. João de Deus, EPE aquando da empresarialização dessa entidade do Sector Público Administrativo em Sociedade Anónima de acordo com o disposto no Artº.7º. do Dec.-Lei294/2002 de 11 de Dezembro. As amortizações são calculadas de acordo com a legislação fiscal, sendo utilizado o método das quotas constantes, aplicando a taxas máximas da Portaria 671/2000 de 17 de Abril, seguindo o critério para início de amortização correspondente à data de aquisição do bem.

c) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas.

d) Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros encontram-se devidamente balanceadas pelo seu valor esperado de realização.

As provisões para cobrança duvidosa foram calculadas de acordo com a antiguidade de saldos e aplicando as taxas máximas fiscalmente aceites, tendo sido parcialmente anuladas por se manter a expectativa de recebimento dos respetivos saldos.

e) Acréscimos e Diferimentos

O registo dos custos relativos à rubrica Acréscimos e Diferimentos teve por base a sua imputação aos exercícios a que respeitam.

8.2.6 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento

Foram desreconhecidos do ativo todas as despesas de investigação e desenvolvimento.

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TUTELA



8.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado

Movimentos do ativo imobilizado e respectivas Amortizações e Ajustamentos a Valores do Ativo, de acordo com os quadros seguintes:

Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavali- ção/Ajust.	Aumentos	Alienações	Transferência Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de instalação	79.727,70				79.727,70	0,00
Desp. Invest.Desenvolvim.	210.581,01				210.581,01	0,00
Prop. Ind. Outros Direitos						
Trespases						0,00
Imobilizações em Curso	0,00					
Adiant. P/Con.Imob.Incorp.						
	290.308,71	0,00	0,00	0,00	290.308,71	0,00
Imobilizações Corpóreas:						
Terrenos e Rec. Naturais	0,00		0,00		0,00	
Ed. e Outras Construções:	13.556.618,21		7.380,00		0,00	13.563.998,21
Equip. Básico	13.785.474,15		109.338,76	5.853,64	12.260,70	13.901.219,97
Equip. de Transporte	73.622,99		0,00		0,00	73.622,99
Ferramentas e Utensílios	22.894,42		0,00		0,00	22.894,42
Equip. Adm.e Informática	7.232.450,57		19.305,63		11.304,00	7.263.060,20
Taras e Vasilhame	0,00		0,00		0,00	0,00
Outras Imob. Corpóreas	838.626,25		0,00		0,00	838.626,25
Imobilizações em Curso	0,00		0,00		0,00	0,00
Adiant. p/conta Imob. Corp.	0,00		0,00		0,00	0,00
	35.509.686,59	0,00	136.024,39	5.853,64	23.564,70	35.663.422,04

Amortizações e Ajustamentos para Valores do Activo

	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	79.727,70	0,00	79.727,70	0,00
Desp. Invest.Desenvolvimento	210.581,01	0,00	210.581,01	0,00
Prop. Ind. Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Trespases				
	290.308,71	0,00	290.308,71	0,00
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e Rec. Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Ed. e Outras Construções	4.636.545,63	163.268,71	0,00	4.799.814,34
Equip. Básico	13.040.133,82	310.980,03	355,14	13.350.758,71
Equip. de Transporte	67.432,83	1.064,04	0,00	68.496,87
Ferramentas e Utensílios	22.736,63	98,68	0,00	22.835,31
Equip. Administrativo	6.639.379,80	553.250,87	1.408,37	7.191.222,30
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imob. Corpóreas	815.065,68	23.370,15	0,00	838.435,83
	25.221.294,39	1.052.032,48	1.763,51	26.271.563,36
Investimentos Financeiros:				
Títulos e Outras Apl. Financeiras				
Outros Empréstimos Concedidos				

8.2.12 – Imobilizações implantadas em propriedade alheia

Foram imobilizados bens em edifícios de propriedade alheia no valor total de 13 563.998,21 € sendo o valor de 9 001 165,78 € da Unidade de Famalicão pertencendo à Santa Casa da Misericórdia de V. N. de Famalicão e o valor de 4 562 832,43 € da Unidade de Santo Tirso pertencendo à Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso.

8.2.17 – Outras Aplicações De Tesouraria

Os valores constantes no balanço referem-se a certificados especiais de dívida de curto prazo no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. e constam do seguinte quadro:

Outras Aplicações de Tesouraria

	Saldo Inicial	Reforço	Resgate	Saldo Final
Outros Fundos Imobiliários - CEDIC	1.500.000,00	362,99	500.127,56	1.000.235,43

8.2.22 – Valores globais das existências que se encontram fora das instituições:

As existências que se encontram em poder de terceiros são no valor de 21.384,43€ que corresponde à tabela discriminada:

Conta	Descrição	Nº. Factura	Valor
3162	Material Cons Clínico	Artur Salgado, Lda Mat. Medico - Cirurgico	7108 445,45 €
3162	Material Cons Clínico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22095374 396,44 €
3162	Material Cons Clínico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22089969 598,00 €
3162	Material Cons Clínico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22089360 684,76 €
3162	Material Cons Clínico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22093914 1.231,05 €
3162	Material Cons Clínico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22087343 36,04 €
3162	Material Cons Clínico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22100233 189,21 €
3162	Material Cons Clínico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22100183 65,78 €
3162	Material Cons Clínico	Coloplast Portugal, Unipessoal, Lda	15002187 11,93 €
3162	Material Cons Clínico	J.M.V. -Soc. Comer. Representações, Lda	3018 82,04 €
3162	Material Cons Clínico	Medicinalia Cormedica, Lda	9100114334 122,11 €
3162	Material Cons Clínico	Intersurgical, Lda	13665 47,23 €
3162	Material Cons Clínico	Factor Plus Prod. Médicos e Hospit, Lda	9091 82,66 €
3162	Material Cons Clínico	Biomet Merck Nova Saude e Ortopedia, Lda	1100161720 1.118,30 €
3162	Material Cons Clínico	Biomet Merck Nova Saude e Ortopedia, Lda	1100161721 5.565,00 €
3162	Material Cons Clínico	Artur Salgado, Lda Mat. Medico - Cirurgico	7107 75,22 €
3162	Material Cons Clínico	Artur Salgado, Lda Mat. Medico - Cirurgico	7106 25,23 €
3162	Material Cons Clínico	Artur Salgado, Lda Mat. Medico - Cirurgico	7105 295,20 €
3162	Material Cons Clínico	Johnson & Johnson, Lda.	15039067 2.393,31 €
3162	Material Cons Clínico	P.H.O. Produtos Hospitalares Ortop. Lda	20123858 694,81 €
3162	Material Cons Clínico	Medicinalia Cormedica, Lda	9100111723 1.028,20 €
3162	Material Cons Clínico	B. Braun Medical, Lda	325465767 151,44 €
3162	Material Cons Clínico	B. Braun Medical, Lda	325465903 688,80 €
3162	Material Cons Clínico	Sano - Tecnica, Lda	1679 136,53 €
3162	Material Cons Clínico	Speculum, Artigos Médicos, Lda	12107 922,50 €
3162	Material Cons Clínico	P.H.O. Produtos Hospitalares Ortop. Lda	20123884 694,81 €
		SUB TOTAL	17.782,05 €
3164	Material cons. Hoteleiro	Maria de Lurdes Sá Fernandes	120 6,00 €
3164	Material cons. Hoteleiro	Meilex, Lda	157901 31,49 €
		SUB TOTAL	37,49 €

3165	Mat. Cons. Administrativo	OfficePartner - Pap. E Sol. Escritório, Lda	1884	26,81 €
3165	Mat. Cons. Administrativo	Eco - Guima, Comercio Consumiveis Informatica, Lda	150441	29,52 €
3165	Mat. Cons. Administrativo	Julio Gonçalves Oliveira, Lda	15/430	4,65 €
3165	Mat. Cons. Administrativo	Enveloprinter, Lda	7079	12,30 €
3165	Mat. Cons. Administrativo	Artes Gráficas Mota & Ferreira, Lda	23791	399,14 €
3165	Mat. Cons. Administrativo	Enveloprinter, Lda	5/7080	33,95 €
		SUB TOTAL		506,37 €
3166	Matarial Cons. Manutenção	Construgenebra - Construções, Lda,	15/29	2.561,47 €
3166	Matarial Cons. Manutenção	Bacelar & Irmão, Lda	1153067	63,96 €
3166	Matarial Cons. Manutenção	Pichelaria Mouzinho, Lda	1574	44,65 €
3166	Matarial Cons. Manutenção	Maquet Portugal Comercio Equip Hospitalares	3159006433	356,70 €
3166	Matarial Cons. Manutenção	Pichelaria Mouzinho, Lda,	3835	32,14 €
		SUB TOTAL		3.058,92 €
		TOTAL GERAL		21.384,83 €

8.2.23 – Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2015, as dívidas de cobrança duvidosa de clientes totalizaram 711.998,70 €.

8.2.31 – Provisões

Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Existência:				
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
Produtos e trabalhos em curso				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos acabados e intermédios				
Mercadorias				
Dividas de terceiros:				
Clientes c/c				
Clientes – Títulos a receber				
Clientes de cobrança duvidosa	641.848,18		36.349,53	605.498,65
Empresas do grupo				
Empresas participadas e participantes				
Outros accionistas (sócios)				
Estado e outros entes públicos				
Outros devedores				
Subscritores de capital				
Títulos negociáveis:				
Acções em empresa do grupo				
Obrigações e títulos de participação em emp.do grupo				
Acções em empresas associadas				
Obrigações e títulos de participação em emp.associadas				
Outros títulos negociáveis				
Outras aplicações de tesouraria				

8.2.32 – Movimentos ocorridos nas contas da classe 5 “Fundo patrimonial”

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51- Capital	43.342.791,00	0,00	0,00	43.342.791,00
57 - Reservas				
571 - Reservas legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	32.868,85	0,00	0,00	32.868,85
578/9 - Outras Reservas				
59 - Resultados Transitados	-42.633.616,95	0,00	6.807.288,20	-49.440.905,15
88 - Resultados Líquidos	-6.807.288,20	6.807.288,20	6.416.858,56	-6.416.858,56
89 - Dividendos Antecipados				
TOTAL	-6.065.245,30	6.807.288,20	13.224.146,76	-12.482.103,86

8.2.33 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias - Primas Subsidiárias de Consumo
Existências Iniciais		694.504,63
Compras		8.496.605,13
Regularizações Existências		17.892,43
Existências Finais (Em Armazém)		980.674,63
Custos no Exercício	0	8.228.327,56

8.2.35 – Repartição do valor líquido das vendas e prestações de serviço

Conta	Nacional	EU	Outros	TOTAL
Vendas	0			0
Prestações de serviços	40.652.555,06			40.652.555,06
TOTAL	40.652.555,06			40.652.555,06

8.2.37 – Demonstração dos resultados financeiros

Custos e Perdas	Exercícios	
	2015	2014
681-Juros Suportados		1.041,42
682-Perdas em Emp.do Grupo e Associadas		
683-Amortizações de Invest.em Imóveis		
684-Provisões para Aplicações Financeiras		
685-Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		
686-Descontos de Pronto Pagamento Concedidos		
687-Perdas na Alienação de Apli. de Tesouraria		
688-Outros Custos e Perdas Financeiras	7.271,22	5.440,53
Resultados Financeiros	-1.934,10	-2.242,37
Total	5.337,12	4.239,58
Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2015	2014
781-Juros Obtidos	5.337,12	4.099,92
782-Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas		
783-Rendimentos de Imóveis		
784-Rendimentos de Participações de Capital		
785-Diferenças Câmbio Favoráveis		
786-Descontos Pronto Pagamento Obtidos		
787-Ganhos na Alienação de Apli. de Tesouraria		139,66
788-Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		
Total	5.337,12	4.239,58

8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios	
	2015	2014
691-Donativos		0,00
692-Dívidas Incobráveis		0,00
693-Perdas em Existências	10.580,66	54.425,73
694-Perdas em Imobilizações		0,00
695-Multas e Penalidades		10.040,63
696-Aumentos de Amortizações e Provisões		0,03
697-Correc. Relativas a Exercícios Anteriores		0,00
698-Outros Custos e Perdas Extraordinários	877,59	105.936,30
Resultados Extraordinários	742.104,87	809.252,56
Total	753.563,12	979.655,25
Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2015	2014
791-Restituição de Impostos		
792-Recuperação de Dívidas		
793-Ganhos e Existências	443.753,84	488.617,33
794-Ganhos em Imobilizações		0,00
795-Benefícios e Penalidades Contratuais		0,00
796-Reduções de Amortizações e Provisões	38.113,04	207.943,40
797-Correc.Relativas a Exercícios Anteriores		0,00
798-Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	271.696,24	283.094,52
Total	753.563,12	979.655,25

 PROCESSOS JUDICIAIS CONTRA O CHMA, E.P.E.

1. Processo n.º 326/08.5 BEPNF

DATA DA ENTRADA: 25.06.2008

AUTOR: Maria Manuela Lopes Silva Araújo

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum sob a forma ordinária

VALOR DA AÇÃO: 112.473,37 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

- Em 11 de março de 2014, foi proferida Sentença Absolutória, absolvendo o CHMA do pedido contra si formulado pela Autora.
- Em 03 de junho de 2014 foram apresentadas contra alegações de recurso no TCA Norte.

2. Processo n.º 688/08.4 BEPNF - TAF Penafiel

DATA DA ENTRADA: 26.11.2008

AUTOR: Amaro Teixeira Pereira

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum sob a forma ordinária

VALOR DA AÇÃO: 228.500,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

3. Processo n.º 1061/09.2 BEPRT - TAF Porto

DATA DA ENTRADA: 22.04.2009

AUTOR: Alberto Manuel Carneiro Ferreira

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum sob a forma ordinária

VALOR DA AÇÃO: 500.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

4. Processo n.º 195/10.5 BEPNF - TAF de Penafiel

DATA DA ENTRADA: 19.03.2010

AUTOR: Anabela Coelho Silva

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum sob a forma ordinária

VALOR DA AÇÃO: 610.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

5. Processo n.º 139/10.4TBSTS - Tribunal Judicial de Santo Tirso 2º Juízo Cível

DATA DA ENTRADA: 13.11.2009

AUTOR: Fénix Intersegur – Serviços de Prevenção e Segurança, Lda.

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum sob a forma ordinária

VALOR DA AÇÃO: 70.481,24 Euros

FUNDAMENTO: Indemnização por rescisão contratual

OBS.: PENDENTE



6. Processo n.º 553/11.8BEPNF – TAF de Penafiel

DATA DA ENTRADA: 20.09.2011

AUTOR: Ana da Conceição Ferreira dos Santos

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos

VALOR DA AÇÃO: 44.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Alegada ilegalidade da passagem da Autora à situação de licença sem vencimento de longa duração.

OBS.: PENDENTE

- Alegações finais entregues em 04.02.2015 e requerimento apresentado em 15.05.2015

7. Processo n.º 371/12.6BEPNF – TAF de Penafiel

DATA DA ENTRADA: 24.03.2012

AUTOR: Marta Sofia Ramos Silva

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum sob a forma ordinária

VALOR DA ACÇÃO: 100.800,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

8. Processo n.º 2829/13.0 BELSB - Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa – 3.ª UO

DATA DA ENTRADA: 09.12.2013

AUTOR: Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos

VALOR DA AÇÃO: 30.000,01 Euros

FUNDAMENTO: Impugnação da prática de 40 horas semanais de trabalho, aos Enfermeiros em RCTFP, a partir da entrada em vigor da Lei n.º 68/2013 de 29 de agosto

OBS.: PENDENTE

- Foi deduzida pelo CHMA em 17.01.2014, a respetiva contestação por adesão à apresentada pelo Ministério da Saúde.

9. Processo n.º 237/14.5 BEPNF – TRIBUNAL TRABALHO MAIA - PÓVOA

DATA DA ENTRADA: 09-04-2014

AUTOR: Dr. José Maria Dias, Eng. Vítor Boucinha e Dr. Ivo Sá Machado

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos

VALOR DA ACÇÃO: Euros 67 013,40 Euros

FUNDAMENTO: Pagamento de férias

OBS.: PENDENTE

- Audiência de discussão e julgamento agendada para 15/04/2016

10. Processo n.º 765/14.2 BEBRG – TAF BRAGA Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 28-04-2014

AUTOR: Sérgio Manuel Rosa Guerra e esposa Alexandra Carla Araújo Faria

NATUREZA DA ACÇÃO: Ação administrativa comum

VALOR DA ACÇÃO: Euros 520.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

- Contestação apresentada em 02.07.2014

11. Injunção n.º 71482/14.0 YIPRT - Balcão Nacional de Injunções

DATA DE ENTRADA: 06-06-2014

REQUERENTE: Schindler – Ascensores e Escadas Rolantes, S.A.

NATUREZA DA ACÇÃO: Injunção – Cobrança faturas

VALOR DA ACÇÃO: 27.922,46 EUROS

FUNDAMENTO: Cobrança de dívida relativa a fornecimento de serviços

OBS: PENDENTE

- A instância encontra-se suspensa por 20 dias, pois as partes manifestaram o propósito de chegarem a acordo.

12. Processo n.º 2864/14.1 BEBRG – TAF Braga – Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 29.12.2014

AUTOR: Vera Cristina Marques Carvalho

NATUREZA DA ACÇÃO: Ação administrativa comum

VALOR DA ACÇÃO: 393.363,14 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

- Contestação apresentada em 11.03.2015

13. Processo n.º 3092/14.1 BEBRG – TAF Braga – Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 02.01.2015

AUTOR: Jorge Fernando Araújo Costa

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum

VALOR DA AÇÃO: 820.796,80 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

- Contestação apresentada em 11.03.2015

14. Processo n.º 168/15.1 BEPRT – TAF do Porto – Unidade Orgânica 2

DATA DA ENTRADA: 20.01.2015

AUTOR: Ana Conceição Ferreira dos Santos

NATUREZA DA AÇÃO: Intimação para a Defesa de Direitos, Liberdades e Garantias

VALOR DA AÇÃO: Euros 30.000,01

FUNDAMENTO: Passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração

OBS.: PENDENTE

- Apresentada Contestação em 03.02.2015
- Apresentadas Cópias de Processo Clínico / Medicina do Trabalho

15. Processo n.º 185/15.1BEBRG - TAF BRAGA Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 22.01.2015

AUTOR: Márcia de Sousa Meireles

NATUREZA DA AÇÃO: Providência Cautelar

VALOR DA AÇÃO: Euros 30.000,01

FUNDAMENTO: Revogação de ato administrativo

OBS.: PENDENTE

- Apresentada Contestação em 06.02.2015

16. Processo n.º 794/15.9 T8GMR – Comarca de Braga

DATA DA ENTRADA: 10.02.2015

AUTOR: Susana Daniela Lapa de Lima

NATUREZA DA ACÇÃO: Ação administrativa comum

VALOR DA ACÇÃO: 102.183,25 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

- Contestação apresentada em 18.03.2015

17. Processo n.º 868/15.6 BEBRG - TAF BRAGA

DATA DA ENTRADA: 05.03.2015

AUTOR: Márcia de Sousa Meireles

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos

VALOR DA AÇÃO: Euros 30.000,01

FUNDAMENTO: Revogação de Ato Administrativo

OBS.: PENDENTE

- Apresentada Contestação em 17.04.2015

18. Processo n.º 1181/15.4 BEBRG - TAF Braga

DATA DA ENTRADA: 08.04.2015

AUTOR: Ângela Maria Miranda Barbosa

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum

VALOR DA ACÇÃO: 50.029,82 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

- Apresentada Contestação em 30.04.2015

19. Processo n.º 563/15.6 BEPRT - TAF Porto – Unidade Orgânica 2

DATA DA ENTRADA: 11.05.2015

AUTOR: José Miguel Carvalho Viana

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa especial

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Impugnação de Concurso

OBS.: PENDENTE

- Apresentada Contestação em 22.06.2015

20. Processo n.º 253/06.0 GCSTS- Tribunal Judicial de Santo Tirso 2.º Juízo Criminal

DATA DA ENTRADA: 04.11.2012

AUTOR: Célia Maria Moreira Martins

NATUREZA DA AÇÃO: Processo-Crime com pedido de indemnização civil

VALOR DA AÇÃO: 194.672,39 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica, por factos imputados a Dr. José M.D.P. Cardoso.

OBS.: PENDENTE

- Sentença condenatória
- Recurso apresentado em 30.09.2014 e contra alegações em 26.11.2014
- Processo remetido ao Tribunal da Relação do Porto em 06.02.2015
- Acórdão Condenatório em 09.12.2015
- Recurso para o STJ e Tribunal Constitucional
- Aguarda-se marcação de julgamento para apreciação do quantum indemnizatório.

21. Processo n.º 1923/12.0 BEBRG - TAF Braga - Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 06.12.2012

AUTOR: Célia Borges

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum sob a forma sumária

VALOR DA ACÇÃO: 20.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

- Está em fase de produção de prova. A aguardar relatório pericial.

22. Processo n.º 540/13.10 BEBRG - TAF Braga - Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 26.03.2013

AUTOR: Nuno Manuel Ferreira Teixeira e Outros

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum sob a forma ordinária

VALOR DA ACÇÃO: 302.700,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

- Está em fase de junção de elementos probatórios.

23. Processo n.º 1208/13.4 BEPRT - TAF PORTO - Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 14.06.2013

AUTOR: Alexandra Vieira de Araújo e Outros

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos

VALOR DA AÇÃO: Euros 30.000,01

FUNDAMENTO: Nulidade do Despacho 15630/2012 de 07 de Dezembro.

OBS.: PENDENTE

- O processo está a aguardar marcação de julgamento.

24. Processo n.º 1263/15.2 BEPNF – TAF Penafiel – Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 09.10.2013

AUTOR: Maria do Céu Coelho Cunha Faria

NATUREZA DA AÇÃO: Ação de processo comum

VALOR DA ACÇÃO: Euros 119.619,00

FUNDAMENTO: Negligência médica

OBS.: PENDENTE

- O processo aguarda marcação de julgamento.

25. Processo n.º 1733/12.4 BEPRT - TAF PORTO - Unidade Orgânica 2

DATA DA ENTRADA: 09.07.2012

AUTOR: Dr. Carlos Augusto Cardoso Guerra, Dr. João Vaz de Oliveira de Oliveira da Costa Milheiro, Dr. João Duarte de Sousa Coutinho

NATUREZA DA AÇÃO: Ação administrativa comum sumária

VALOR DA AÇÃO: Euros 9.378,95

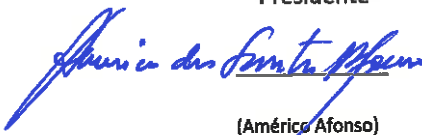
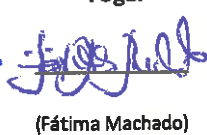
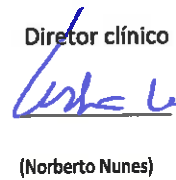
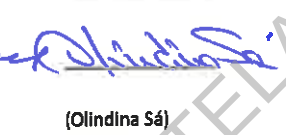
FUNDAMENTO: Reembolso dos descontos mensais efetuados no vencimento dos requerentes (SIGIC)

OBS.: PENDENTE

- Aguarda sentença.

Santo Tirso, 29 de Março de 2016

O Conselho de Administração

Presidente	Vogal	Diretor clínico	Enfª diretora
			
(Américo Afonso)	(Fátima Machado)	(Norberto Nunes)	(Olíndina Sá)

O contabilista certificado



(Rui Veiga)

TOC nº 17685

AGUARDA HOMOLOGAÇÃO DA TUTELA



X. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Aguarda
documento
do Fiscal
Único



XI RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aguarda
documento
do Fiscal
Único